

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**PRÓ-CRIANÇA: POR ENTRE CRECHES, LIVROS E
CANÇÕES, A BUSCA DE CONSENSOS**
(SANTA CATARINA – DÉCADA DE 80)

Florianópolis - 2001



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“PRÓ-CRIANÇA: POR ENTRE CRÉCHES, LIVROS E CANÇÕES, A
BUSCA DE CONSENSOS (SANTA CATARINA – DÉCADA DE 1980)”**

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 27/06/2001

Dra. Marli Auras - Orientadora/UFSC

Dra. Ivete Simionatto - Examinadora /UFSC

Dr. Erni José Seibel - Examinador/UFSC

Dra. Eloísa Acires Candal Rocha - Suplente/UFSC

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti
Coordenador do PPGE/CED/UFSC

Marilda Merência Rodrigues

Florianópolis, Santa Catarina, junho de 2001.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar o meu agradecimento a algumas pessoas que estiveram diretamente envolvidas com o feitió ou com as circunstâncias resultantes deste trabalho.

À Professora Marli Auras, não apenas pelas ricas orientações, mas sobretudo, por me proporcionar uma quebra de paradigmas, um novo olhar sobre a realidade e a função da pesquisa.

Às Professoras Maria Célia Marcondes de Moraes e Eloísa Acires Candal Rocha por me fazerem buscar cada vez mais inteligibilidade e consistência para este trabalho, pensando principalmente nos futuros leitores deste.

Ao Jean, um companheiro, um amigo, um interlocutor, que em tantos momentos me fez enxergar outras variáveis da pesquisa, mas principalmente, pelo amor, afeto e incentivo dedicado ao longo desses anos.

A todos os meus colegas de turma e, em especial, à Márcia, pelas conversas sempre tão motivadoras; à Jane, pela troca de experiências e à Aline, amiga e companheira de orientações.

E por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus pais, Francelino e Merência, para quem o mundo acadêmico é difícil de compreender, mas não as dificuldades advindas dele.

SUMÁRIO

Resumo	v
Abstract	vi
Lista de Siglas	vii
Introdução	10
Capítulo I –	
Pró-Criança: Um Caminho Conservador	
Até os Pequenos	18
1.1. Sob uma multiplicidade de formas, em busca de uma homogeneização.....	18
1.2. Os significados da estratégia de intervenção social via a “opção pelo pequeno”.....	22
Capítulo II-	
Pró-Criança: Em Conformidade Com as	
Políticas Nacionais de Barateamento	
e Qualificação Desqualificadora	45
2.1. Apelos à participação como respostas à diversificação e complexificação da sociedade.....	47
2.2. Qual política para a Infância está sendo proposta ?.....	67
Capítulo III-	
Por Entre Creches, Livros e Canções	
A Busca de Consensos	102
3.1. Argumentos de convencimentos sobre a conveniência e viabilidade das Creches Domiciliares.....	104

3.2. E os Livros e Canções selecionados pelo Projeto Pró-Criança, o que dizem?.....	118
3.3. Quais consensos podem ser evidenciados nestas estórias?.....	128
Considerações Finais.....	146
Bibliografia	149
Fontes Documentais.....	154
Anexos.....	160

RESUMO

A presente dissertação é um estudo sobre o Projeto Pró-Criança, proposto em Santa Catarina nos anos de 1980. Tem como objetivo fundamental, discutir alguns instrumentos utilizados pelas forças políticas, que pretendem tornar-se hegemônicas por uma via mais consensual, para a consecução dos objetivos de tal projeto. A “opção pelos pequenos”, aparece como a principal via para o convencimento do Projeto Pró-Criança, contudo, tais proponentes mantêm-se ou emergem de uma íntima articulação com o regime autoritário. E, no interior de uma proposta que visa a criança de 0 a 6 anos, e que se auto-intitula como inovadora, sobressai-se uma política assistencialista, em consonância com as políticas propostas em âmbito nacional, contribuindo para a desqualificação da Educação e descomprometimento do Estado para com as políticas sociais.

ABSTRACT

The present dissertation is a study on the Pro-child Project, proposed in Santa Catarina in the 80's. It has as fundamental objective, argue some instruments used by the political forces, which intend to become hegemonic by a more consensual way, for the goals of such project to be achieved. The "option for the little ones", appears to be the main way for the conviction of the Pro-child Project, however, such proponents maintain themselves or emerge from an intimate articulation with the authoritarian regime. And, inside a proposal that aims children from 0 to 6 years old, and that entitle themselves as innovative, a helping politics is excelled, in consonance with proposed political in national scope, contributing for the disqualification of the Education and the State's non-compromising for the social politics.

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

ALISC – Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina

ANDES – Associação Nacional dos Docentes

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

CBE – Conferência Brasileira de Educação

CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

CPB – Confederação de Professores do Brasil

DSP – Departamento de Saúde Pública

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESG – Escola Superior de Guerra

FAS – Fundo de Assistência Social

FECIC – Festival da Canção para a Infância Catarinense

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IOESC – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina

LADESC – Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LSN – Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PP – Partido Popular

PROAPEC – Projeto de Atendimento ao Pré-escolar Carente

PRODASEC – Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as populações carentes urbanas

PRONASEC – Programa Nacional de Ações Sócio – Educativas e Culturais para o Meio Rural

PSECD – Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos

RBS – Rede Brasil Sul de Comunicações

RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEEESC – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Santa Catarina

STO – Secretaria de Transportes e Obras

UDESC – Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Em meio a dezenas de livros infantis, nas estantes de um Sebo¹, havia um com páginas já envelhecidas, expressão do manuseio de inúmeras mãos, cujo formato e título **Uma Família Feliz** causavam-me estranheza, curiosidade e até uma incerta familiaridade², que se acenava com uma forte vontade de saber mais sobre aquele pequeno livro que exibia a sigla do Estado de Santa Catarina e um slogan ainda mais instigante: “Governo do Estado Cumprindo a Carta dos Catarinenses”.³



¹ Livraria onde se vendem livros usados.

² Falo de uma “incerta familiaridade” porque estudava em uma Escola Pública Estadual de Santa Catarina no momento em que foram lançados e distribuídos estes livros.

³ Gostaria de ressaltar que o primeiro momento de encontro com este livro a que me refiro, ocorreu em meados de 1998, o que instigou algumas aproximações acerca do Projeto Pró-Criança, resultando num Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **Pró-Criança: a instrumentalização de discursos na construção de sujeitos (Santa Catarina 1982-1986)**.

As páginas desse livro de enredo simplista, recheadas por desenhos aparentemente ingênuos traziam um norte que saltava aos olhos já nas suas primeiras falas:

“Pedro, Pedrinho e Pedroca eram três rapazes amigos e estudiosos que moravam na Rua Nova, bonita, de casas simples, mas caprichadas. Maria, Mariquinha e Maricota eram três meninhas amigas e trabalhadeiras, moravam na Rua da Figueirinha, pequenininha, de casas miúdas, mas muito limpinhas”.⁴

Longe de representar apenas rimas e distrações, com um olhar mais atento para esta literatura infantil reconheceria algo que se projeta de modo bem mais abrangente do que ingenuamente pode parecer. Há uma instrumentalização da linguagem escrita, a qual parte de um lugar de produção real, cujos destinatários ou meio de circulação já estão previamente definidos.

O universo de estudos acerca de livros infantis conta com alguns títulos expressivos, dentre eles **As belas Mentiras**, de DEIRÓ⁵, o qual analisa as ideologias subjacentes aos textos didáticos, o que nos fornece subsídios para análise de diversos elementos comuns nos livros infantis. Não se trata, portanto da inexistência de estudos, mas pode-se ainda falar de uma ampliação de espaço para a discussão de algo que vem

⁴ SASSE, Marita Decke. **Uma Família Feliz**. Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.

⁵ Os estudos aos quais refiro-me são:

DEIRÓ, Maria L. C. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: PUC, 1978.

ECO, Humberto, BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**; São Paulo: Summus, 1980.

ABRAMOVICH, Fany (org.). **O mito da Infância feliz**. São Paulo: Summus, 1983.

BELLOTTI, Elena G. **Educar para a submissão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

MICHEL, Andrée. **Não aos Estereótipos! Vencer o sexismo nos livros para Crianças e nos manuais escolares**. São Paulo: Cons. Est. da Condição Feminina; Unesco, 1989.

GOES, Lúcia P. **Introdução à Literatura Infantil e Juvenil**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

ZIBERMAN, R & LAJOLO, M. **Um Brasil para Crianças- para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos**. São Paulo: Global, 1993.

FRANTZ, Maria H. Z. **O Ensino de Literatura nas séries iniciais**. 2ª ed. Ijuí: ed. Unijuí, 1997.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

estabelecendo posturas, valores e principalmente, de um instrumento a serviço de uma determinada “ordem”.

Era preciso saber mais sobre o universo que se ocultava por detrás daquele livrinho, o que instigou a delimitação do presente estudo, cujos objetivos foram moldados pelo interesse em desvelar dimensões políticas, culturais e sociais que subjazem aos livros selecionados pelo então denominado (e pouco conhecido, pelo menos no meio acadêmico) Projeto Pró-Criança, o que só poderia tornar-se possível mediante o entendimento do que foi o Projeto em questão, qual o momento histórico que o viabilizou e os direcionamentos propostos pelo mesmo.

Vinda de um Curso de História, profundamente marcado pela perspectiva francesa da História Cultural, concebia claramente a possibilidade de fazer um trabalho que se espelhasse ao que DARNTON faz em seu livro **O grande massacre de gatos**, no qual vislumbra significados inesperados de contos infantis, onde tenta mostrar não apenas o que as pessoas pensavam, mas como pensavam, como interpretavam o mundo, como conferiam-lhe significado e lhe infundiam emoção, na França do século XVIII.⁶

Contudo pairava uma inquietação que se fortaleceu com o ingresso no curso de Mestrado em Educação. Para isto tornou-se necessário avançar mais na compreensão do que era ou é a realidade, posto que isso já não seria possível no interior de uma perspectiva historiográfica, com dimensões tão subjetivas e que parecia esforçar-se por negar o real, por afirmar que não existe uma verdade e sim uma miríade delas, por transformar o real em apenas discursos, textos e narrativas.

⁶ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Minha insegurança foi ampliada e na consternação da condição de “quebra de paradigmas” fui questionada sobre o que existia para além desses discursos. Então fui perdendo o chão, se é que ele existia...

Assim, em um contexto onde falar de realidade tornara-se quase uma heresia, fui apresentada ao que hoje considero o pensamento mais profundo acerca da historicidade das relações humanas: o de Antonio Gramsci (1891-1937).

Este pensador, segundo Coutinho, estabelece a sua polêmica entre duas frentes, isto é, contra as tendências auto-intituladas ortodoxas (materialismo vulgar) e principalmente contra as tentativas de destruir o materialismo enquanto concepção unitária do mundo, fragmentando-o em partes isoladas e descaracterizadas.⁷

Pareciam preceitos básicos, mas que ampliavam o entendimento de História, agora compreendida como produto do trabalho humano. Assim, reforçada pela leitura de **A Ideologia Alemã**, de MARX e ENGELS⁸ começava a perceber que “a primeira condição de toda a história humana é naturalmente, a existência de seres humanos vivos”⁹ e que “pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material”.¹⁰ Ou seja, a partir do processo de complexificação das relações; do processo de transformação da natureza,

⁷ COUTINHO, C. N.; KONDER, L. In: GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. Prefácio, p. 4.

⁸ MARX, Karl & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁹ Idem, p. 10.

¹⁰ Ibidem, p. 10-11.

começou-se a fazer história. Isto para mim era fundamentalmente um deslocamento, a abertura para uma outra compreensão, no âmbito da qual a prática apresentava-se como critério de verdade da teoria e não o contrário.

Isto ganhava força, principalmente quando me deparava com a seguinte realidade: o livro **Uma Família Feliz**, já referido e exposto na abertura desta Introdução, estampava o nome de um órgão - LADESC (Liga de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense), presidido por Ângela Amin, esposa do então Governador do Estado de Santa Catarina (Esperidião Amin) no período de seu lançamento (1986)¹¹. Não por mera coincidência Ângela é a atual prefeita reeleita de Florianópolis, sendo também novamente a primeira dama do Estado já que Esperidião Amin é, na atual gestão, mais uma vez governador de Santa Catarina.

Percebi que a compreensão desta realidade, que parecia aparentemente tão simples e já traçada, só poderia avançar a partir de um entendimento que trabalhasse com a perspectiva de totalidade, não enquanto justaposição ou soma das partes, mas enquanto síntese de múltiplas relações. “Nos termos lukacsianos, esta totalidade concreta é a estrutura na qual se inserem como momentos dialéticos, a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas, isto é, não existe uma hierarquia a priori dos momentos da realidade”.¹²

Desse modo, em busca da compreensão do que significava de fato o Projeto Pró-Criança chegamos a documentos de suas diferentes fases, de idealização,

¹¹ É importante lembrar que o referido livro foi lançado em 1986, mas o Concurso que selecionou livros infantis para a Coleção Pró-Criança, foi iniciado em 1984.

¹² COUTINHO, C. N; KONDER, L. In: GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. Prefácio, p. 4.

implementação e andamento. Assim, mediante o intitulado “Documento Básico”, pudemos vislumbrar o que e quem de fato eram os alvos desse Projeto, apresentados em tal documento como “Primeiro os Pequenos”. De tal modo tornava-se perceptível uma questão fundamental acerca do significado desta “opção” por uma massa homogeneizada sob a fórmula pequeno: quem eram esses “pequenos”? E, portanto, que forças políticas eram essas que acenavam para uma política de atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade, em Santa Catarina?

Além do Documento Básico do projeto Pró-Criança tivemos acesso a outros documentos, tais como Informativos, não sendo possível definir quantos destes existiam já que encontramos exemplares do número 2 ao 7. Estes, indicavam um movimento intenso do Projeto, agrupando em seu interior, todo e qualquer evento referente à saúde, educação e cultura, que aconteciam no Estado de Santa Catarina; apontando, assim como no Documento principal do Projeto, para o principal “recurso” de viabilização das propostas do Pró-Criança, qual seja, a “**Participação**”. Aí despontava uma das principais questões que permeavam este Projeto, tratava-se fundamentalmente da definição do papel do Estado e dos indivíduos frente a “res publica”.

Quando intitulo este trabalho como **Pró-Criança por entre Creches, Livros e Canções, a busca de consensos**, evidentemente conduzo a um entendimento pautado

por uma interpretação dessas fontes documentais¹³, que orientam minha principal hipótese, qual seja, a de que os livros, as músicas infantis, as creches domiciliares e outros que denominamos de subprojetos deste Projeto, tenham servido de artifício, de instrumentos geradores de conformismo, de uma política que se pretende retoricamente divorciada da ideologia. Na célebre fala de GRAMSCI “qual é o tipo histórico do conformismo e do homem-massa do qual fazemos parte?”¹⁴

Nas palavras de FERNANDES “a política, aparentemente divorciada da ideologia, é pura ideologia, uma tentativa de transformar o mundo com ‘boas intenções’, sem alterar a substância das coisas e a ordem da sociedade”¹⁵.

Nesse sentido, tentaremos ao longo destas páginas desvelar dimensões destas substâncias, desta ordem existente, o que se pretende manter, construir ou transformar a partir do Projeto Pró-Criança.

Assim, num primeiro momento (Capítulo I), ao considerarmos o projeto Pró-Criança no contexto histórico que o viabiliza, buscamos evidenciar a multiplicidade de formas em que ele é apresentado; os seus objetivos e a prioridade anunciada aos “pequenos”. Desse modo, buscaremos fundamentalmente discutir essa tão anunciada

¹³ As fontes às quais me refiro compreendem Relatórios de Encontros das Instituições ligadas ao Pró-Criança, tanto da fase de idealização quanto implementação e acompanhamento do Projeto (1982-1986), tais como: Informativos, o Documento Básico, que reúne as principais fundamentações do Pró-Criança, os livros infantis selecionados no concurso promovido pelo Pró-Criança Cultural e as Canções selecionadas no concurso de músicas no Festival da Canção – Fecic, entre outras. A relação das fontes disponíveis encontra-se ao final deste trabalho. Em relação à sua disponibilidade para a pesquisa, pude contar com o apoio da Secretaria Estadual de Educação, local onde se encontram alguns destes documentos citados, e principalmente, de forma decisiva, com o apoio do Arquivo do Núcleo de Educação Infantil da UFSC, onde se encontram reunidas grande parte das fontes disponíveis. Alguns dos livros selecionados pelo Pró-Criança cultural, mais precisamente 18 deles, foram obtidos através dos Sebos, os outros 13 foram obtidos mediante acervos particulares; o mesmo pode ser dito em relação aos discos do Festival da Canção para a Infância Catarinense.

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. op. cit., p. 12.

¹⁵ FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 18.

opção pelos “pequenos” e o contexto de “emergência” dessas forças políticas que estão propondo o denominado projeto.

No segundo capítulo intitulado **Pró-Criança: em conformidade com as políticas nacionais de barateamento e qualificação desqualificadora**, tentaremos evidenciar os instrumentos que o Pró-Criança busca disponibilizar para a consecução dos seus objetivos. Procuramos discutir qual política, para a infância catarinense, está sendo proposta e concomitante a isto, as perspectivas de atendimento a crianças de 0 a 6 anos que permeiam as políticas governamentais de âmbito nacional.

No terceiro capítulo, problematizaremos mais detidamente o subprojeto de Creches Domiciliares, no interior do Projeto Pró-Criança, e o subprojeto Pró-Criança Cultural, que compreende um concurso de livros e músicas infantis. Cabe ressaltar que, inicialmente, tinha o propósito de analisar o conteúdo desses livros e músicas selecionadas por tal Projeto, contudo, com a premência do tempo, apresentamos apenas uma análise acerca do conteúdo dos livros e, fazemos alguns indicativos referentes ao conteúdo das músicas.

Assim, mediante o subprojeto de Creches Domiciliares, procuramos discutir acerca dos discursos que buscavam convencer sobre a conveniência e viabilidade da sua disseminação em Santa Catarina, embora, todas as justificativas de convencimento desse subprojeto perpassem ao longo do presente trabalho, visto que coincidem/corroboram a fundamentação de todo o Projeto Pró-Criança. E por fim buscamos evidenciar mediante o conteúdo dos livros infantis, a busca de construção de consensos. Porém, faz-se necessário lembrar, que estes não aparecem apenas nos livros, mas são consensos que incansavelmente são repetidos, repisados, ao longo de toda a proposição e implementação do Projeto Pró-Criança.

Capítulo I –

Pró-Criança: Um Caminho Conservador Até os Pequenos

1.1. Sob uma multiplicidade de formas, em busca de uma homogeneização

Inúmeras foram as vezes em que ouvimos questionamentos acerca do que seria esse tal projeto Pró-Criança; não havia e não há respostas consistentes que dêem conta de uma breve síntese.

Um aspecto inibidor parecia emergir da sua dimensão¹⁶, corremos mesmo o risco de nos perdermos na sua amplitude, no sentido de que este termo Pró-Criança vai ser amplamente usado enquanto um recurso “guarda-chuva”, no sentido de que nele tudo cabe.

De modo ainda preliminar quer nos parecer um projeto que se caracteriza por uma variedade de medidas que convergem para as propostas acerca das necessidades mais elementares do ser humano, propondo-se a atender crianças catarinenses de todas as regiões do Estado, priorizando, sobretudo, as periferias urbanas e rurais, tornando-se visível em um contexto em que a inexistência de políticas públicas, voltadas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, marcava o cenário brasileiro e catarinense.

O referido projeto é apresentando por seus idealizadores sob uma multiplicidade de formas ou nomenclaturas, que aqui denominamos subprojetos e, embora delimitem aparentemente territórios geográficos ou sociais, representam, ao nosso ver, uma

¹⁶ Todos os subprojetos do projeto Pró-Criança eram representados pela figura de um pintinho personalizado com os objetos do subprojeto a que se referiam. (ver anexo I).

tentativa de remediar problemas essenciais para a sobrevivência nos diferentes tipos de “comunidades”.

Gostaríamos de frisar que o termo comunidade não aparece aqui de forma tranqüila, já que entendemos que este pode ser um conceito que tende a homogeneizar, a esconder as contradições da realidade. Nesse sentido, CHAUI apresenta uma discussão sobre o que se entende por comunidade numa sociedade de classes, destacando que “na análise de Marx acerca das formas pré-capitalistas, os três tipos de comunidades estudadas (primitiva, oriental, germânica – feudal) são constituídos por uma determinação fundamental, qual seja a forma comunitária da propriedade (da terra) e dos instrumentos de trabalho (no artesanato)”. A autora prossegue questionando se “seria por obra do acaso que a idéia de Nação e de Comunidade nacional tenham surgido exatamente quando a realidade das comunidades desapareceu? Se a comunidade não for a Nação (pois se esta encontra-se dividida em classes), onde estará? Na perspectiva da teologia da libertação surge a idéia da comunidade como uma comunidade de destino, de sorte que o vínculo que une os membros de uma comunidade é um destino comum. Ora, dada a divisão das classes, haveria diferença entre comunidade de destino e classe social? Se houver, qual poderá ser?”¹⁷

A autora continua em tom incitante: “quando, portanto, aceitamos os termos da lei, segundo a qual a escola recebe e presta serviço à comunidade, não estaremos confundindo, o bairro, a vila, a periferia, isto é, os agrupamentos com a comunidade? Mas o que há de ser uma comunidade assim definida? O que se oculta sob ela? O que

¹⁷ CHAUI, Marilena. Ideologia e Educação. *Rev. Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez/Autores Associados/CEDES, n. 5, jan., 1980, p. 30.

está sendo silenciado quando se fala sobre comunidade numa sociedade de classes onde as condições objetivas da vida comunitária não podem existir?”¹⁸

Esta fala é bastante significativa, principalmente porque ao considerarmos o projeto Pró-Criança falamos de um projeto voltado ao “pequeno”, que por sua vez, está inserido dentro de uma comunidade, colocada sob os holofotes como “carente” ou, nas entrelinhas dos documentos, como uma categoria de organização social à qual se atribuem as responsabilidades pelas deficiências. Por outro lado, tal política fortalece o descomprometimento efetivo do Estado com as demandas públicas, descaracterizando a sua função de provedor.

A variedade de formas, sob as quais apresenta-se o referido projeto Pró-Criança, traz no seu interior uma tendência homogeneizante, marcada por adjetivos como “desassistidos” e “pequenos”. Estes parecem estar por toda parte, em todos os subprojetos, os quais apresentamos sucintamente no início do nosso trabalho.

Assim, temos o Pró-Criança Rural, cuja proposta baseia-se no objetivo de que “as mães e a família rural tenham mais acesso às informações sobre saúde, alimentação e estimulação e dessa forma possam decidir sobre a forma de educação dos filhos”¹⁹, o Pró-Criança Saúde, tendo sua preocupação voltada principalmente ao saneamento básico, o que interfere diretamente no seu principal alvo, isto é, o primeiro ano de vida da criança, já que seu objetivo é a “redução da mortalidade e a morbidade causada por um grande número de doenças”.²⁰ Um outro subprojeto é o Pró-Criança Pesqueira, cujas atividades estendem-se também desde aspectos ligados à falta de saneamento

¹⁸ Idem.

¹⁹ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p. 20.

²⁰ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, nº4, outono/inverno, 1985, p. 15.

básico, e por sua vez, de saúde, implicando doação de roupas e alimentos para as famílias consideradas “carentes”²¹. Temos ainda o subprojeto Gaivota, que propunha atendimento a um número de quinze crianças em lugares não previamente determinados, pois o elemento que mais o caracteriza é a ausência de base física definida; e o subprojeto Creches Domiciliares, que se caracteriza por atender crianças de 0 a 6 anos “através de lares auxiliares da comunidade, durante a jornada de trabalho de seus responsáveis”²². E, por fim, o Pró-Criança Cultural, que compreende um concurso de estórias infantis (coleção Pró-Criança), um Festival de Canções destinadas às crianças do Estado de Santa Catarina (FECIC) e apresentações nas áreas rurais, pesqueiras e periferias urbanas, da peça teatral Imaginascendo, a qual insere-se na atividade denominada Teatrandando - um jeito de mambembar, desenvolvido pelo Pró-Criança e pela Cooperativa de Atores Banco de Praça.²³

Para efeitos desta pesquisa consideramos como sendo mais representativos os subprojetos Pró-Criança Cultural, selecionando no interior deste os concursos de estórias e músicas, e o subprojeto Creches Domiciliares, o que não significa que o entendimento destes prescindia da análise, em muitos momentos, da proposta dos outros subprojetos, haja vista os diversos elementos que possuem em comum, seja porque propõem-se a assistir crianças de 0 a 6 anos e, essencialmente, pela forma como encaminham a efetivação de suas propostas, via constante apelo a participação das comunidades.

²¹ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, nº 5, primavera, 1985, p. 17.

²² COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Creches Domiciliares**. Doc: versão 3. Florianópolis: LADESC, 1984, p. 02.

²³ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, nº 5, primavera, 1985, p. 24.

Do ponto de vista dos idealizadores do Projeto Pró-Criança, trata-se de um “sistema governamental - comunitário – participativo - Pró – criança: conjunto de ações realizadas de forma ordenada, coordenada e harmônica, tendo por fundamento comum a criança de 0 a 6 anos, considerada no seio da família e no ambiente que a cerca”²⁴.

Temos acima a enunciação de um projeto que se caracteriza, ao mesmo tempo, governamental, comunitário e participativo. Cabe perguntarmos qual é o papel do Estado dentro deste projeto, qual papel define-se para a comunidade e que atendimento reserva-se a essas crianças.

Trata-se, inegavelmente, de uma política para a infância catarinense; mas de qual tipo?

1.2. Os significados da estratégia de intervenção social via a “opção pelo pequeno”

É importante ressaltar que esta política de caráter assistencialista, que se apresenta com uma “finalidade de dar atendimento à criança de maneira integrada, com ênfase para a nutrição, a saúde, o saneamento, a educação, a estimulação e a afetividade”²⁵, está inserida dentro de um projeto maior definido como a “opção pelos pequenos”, proclamado na “Carta dos Catarinenses”²⁶, e que vai deliberadamente construindo a figura de “bom político” do então governador Esperidião Amin e de sua

²⁴ COMISSAO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

²⁵ Idem.

²⁶ Documento que reúne as propostas de governo de Esperidião Amin e Victor Fontana, para as eleições de 1982 em Santa Catarina. Antes de sua forma definitiva, foram publicados na imprensa em torno de 20 “cartas setoriais”, que apresentavam as propostas de governo, por áreas, resultando na “Carta”, o que serviu para ocupar precioso espaço na imprensa e colocar a candidatura de Amin em evidência. In: AGUIAR, Itamar. **As Eleições de 1982 para governador em Santa Catarina – Táticas e Estratégias das Elites no confronto com as Oposições**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991, p. 63.

esposa Ângela Amin, presidente do Pró - Criança²⁷, ou seja, é uma proposta de intervenção social e ao mesmo tempo um instrumento de “marketing” político, pautado numa escolha pelo “pequeno” considerado principalmente (mas não apenas) às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Aqui, aparece nitidamente um aspecto problemático, o conteúdo deste termo “pequeno”. Quem é ele e o que se pretende ao propagar-se uma “opção” pelo mesmo?

Na Carta dos Catarinenses, essa opção aparece enquanto um compromisso, assim assumido publicamente:

O compromisso maior de dar prioridade aos pequenos não é simples jogo de palavras, nem mera retórica. É isto sim, fruto da experiência de quem tem pautado sua vida pública em ações voltadas fundamentalmente às comunidades mais carentes de Santa Catarina.

Essa meta, conforme tem destacado o candidato a governador, não é uma caridade. Pelo contrário. Ela é economicamente útil e socialmente inadiável.²⁸

A prioridade do governo é atribuída como sendo o atendimento das necessidades mais elementares da parte mais pobre da sociedade, o que é posto como não sendo arroubo populista ou ato de caridade, porém como fruto de suas experiências. O que isto significa? Quem estava no governo até então? De qual contexto vingou/emergiu tal apregoada “vida pública?” Por onde andava este que agora se apresenta com tanta experiência no âmbito social? Por que agora os “pequenos” adquirem esta importância?

²⁷ Uma das estratégias para a construção dessa imagem pode ser percebida através da escolha do símbolo do Pró-Criança, assim descrita pelo **Documento Básico**: “no dia 8/05/83, comemorando o dia das Mães, Amin e Ângela receberam mais de mil crianças no palácio da Agrônômica. As crianças escolheram o símbolo do pintinho, como logotipo oficial do programa Pró-Criança”.

²⁸ AMIN, Esperidião; FONTANA, Victor. **Carta dos Catarinenses**: Santa Catarina um compromisso com o futuro. Florianópolis, IOESC, 1982. Não paginado.

De que forma esta postura é economicamente útil? O que está ocorrendo no âmbito social que a transforma em algo **socialmente inadiável**?

Compreendemos a partir de Gramsci que “na mais simples atividade intelectual está contida uma determinada concepção do mundo, que está enraizada em cada ato, no comportamento, nas atitudes diante de cada circunstância”²⁹, cabe à nós pesquisadores, a tarefa de compreendermos historicamente, como é constituída e utilizada determinada concepção de mundo, com quais objetivos, quais elementos possibilitaram a construção de determinados pensamentos, o que o impulsionou. Temos clareza de que as idéias não surgem do nada, simplesmente não aparecem ou desaparecem no vazio, elas têm raízes terrenas, surgem de respostas às necessidades objetivas, são portanto, históricas, fruto do trabalho dos homens e das mulheres. Daí nosso entendimento de que a realidade pode ser modificada, mas para isso temos que conhecê-la para além das aparências, do imediatamente dado ou anunciado, o que significa dizer que as “múltiplas relações” não são apreendidas de imediato, num simples piscar de olhos, mas pelo trabalho de reflexão, de busca de mediações, na acepção clássica de que não se percebe a mais-valia caminhando pelos corredores da fábrica.

Neste sentido, devemos ficar bastante atentos para as implicações daquilo que se está proclamando como a “vez dos pequenos”, a “opção” por eles. Diante disto, torna-se imprescindível percebermos o lugar de onde foi produzido e está partindo o projeto Pró-Criança, o que implica em conhecermos a trajetória política de quem está sob a incumbência de propor este direcionamento político-cultural, isto é, precisamos

²⁹ GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 11-12.

perceber o processo (em curso) de construção de uma hegemonia, compreendendo que esta “exige ação intencional, consciente, politicamente articulada”.³⁰

Não se trata obviamente de uma ação individual, mas da expressão de uma relação de forças,³¹ na qual Esperidião Amin surge como a figura que reúne os requisitos necessários a um dado momento político, onde não apenas a coerção é ainda absolutamente necessária, porém impõe-se crescentemente a necessidade de buscar a construção do consenso, de apontar em sua direção.

Em estudo acerca do processo eleitoral em Santa Catarina em 1982, AGUIAR discute aspectos conjunturais e políticos que em grande medida nos inserem na trama política do momento histórico em questão. Segundo o autor, as eleições de novembro de 1982 “propiciaram a possibilidade de ruptura no sistema político até então dominante em Santa Catarina, principalmente se levarmos em conta o surgimento de candidatura independente das forças tradicionais que sempre dominaram o Estado, representado neste pleito pela candidatura peemedebista. As elites tiveram que se apegar com todas as armas em torno da candidatura de Amin, cuja vitória em 1982 é até hoje questionada”.³²

³⁰ AURAS, Marli. O pensamento vivo do marxista Antonio Gramsci. *Revista Plural*, Florianópolis: APUFSC, ano 2, n. 2, jan/jun, 1992.

³¹ Segundo Gramsci, na “relação de força”, é necessário distinguir diversos momentos ou graus, que no fundamental são os seguintes: o primeiro, com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. O segundo momento é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. O terceiro momento é o da relação das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta (o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo). In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 3 v., p. 40-43.

³² Esse debate acerca do questionamento dos resultados da eleição de 1982 para o governo de Santa Catarina está presente em estudos de vários autores, dentre eles: VIOLA, Eduardo, FONTANA, Remy, AURAS, Marli, nos quais destaca-se o uso da máquina estatal por parte do PDS.

A compreensão da importância da candidatura peemedebista pode ser vislumbrada na medida em que entendemos o PMDB, ou antes, o MDB³³ como o grande partido de oposição ao regime militar. Segundo AGUIAR, este partido constituía-se também em Santa Catarina enquanto “importante pólo de aglutinação da insatisfação popular, não só contra o regime, mas também contra a estrutura de dominação estadual. Assim, podemos verificar mesmo antes da reformulação partidária de 1979, o declínio arenista e o conseqüente crescimento partidário do então MDB, alcançando importantes vitórias no plano eleitoral em quase toda a década de 70. O partido havia vencido a disputa para o senado em 1974, bem como aumentado o número de prefeituras, conquistando importantes redutos em cidades pólos de forte vigor econômico, a exemplo de Blumenau, Joinville e Lages”.³⁴

Continuando este processo de crescentes vitórias da oposição e ampliação do espaço de democratização, as eleições de 1978 também trariam alcances positivos para o partido oposicionista, que acabaria obtendo êxito para o senado, “a exemplo do que ocorrera em 74, com a vitória de Jaison Barreto reforçando o crescimento no plano

³³ O Ato Institucional número 2 (AI-2), assinado pelo general Castelo Branco, em 17 de outubro de 1965, 24 dias após as eleições para os governos estaduais, vencidas por candidatos oposicionistas em Minas Gerais e na Guanabara, estabelecia dentre outras coisas, a extinção dos partidos políticos existentes e, pelo nível de exigências e restrições para a constituição de um partido político, formaram-se dois pólos, a ARENA e o MDB. Somente com a lei 6.767/79, o pluripartidarismo se converteria numa possibilidade, inclusive a curto prazo. Para além da intenção manifesta, no entanto, se escondia o interesse dos “militares, enquanto governo”, em dividir a frente oposicionista alojada no MDB. O que, de fato, veio a acontecer com o surgimento de novos partidos políticos. Desse modo, a Arena numa evidente tentativa de disfarce virou PDS (Partido Democrático Social) e o MDB passou a se denominar PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), pois a nova legislação, visando desgastar a sigla oposicionista, determinou a obrigatoriedade da palavra partido em todas as agremiações políticas. In: GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 60; 220.

³⁴ AGUIAR, Itamar. **As Eleições de 1982 para governador em Santa Catarina – Táticas e Estratégias das Elites no confronto com as Oposições**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: CFH/UFSC, 1991, p. 44.

partidário. Chegamos, então, ao final do período revelando a possibilidade de duros embates nas próximas eleições”.³⁵

Alguns estudos têm procurado enfatizar o vigor do crescimento das forças populares em Santa Catarina, principalmente no que diz respeito à possibilidade de formação de uma nova cultura política e o revigoração/adensamento da vida partidária. Estes estudos apontam na direção da organização de certos setores da classe trabalhadora que passam a reivindicar e lutar por seus direitos, assim como na organização de vários movimentos reivindicatórios no meio rural e urbano. São exemplos significativos deste fato, as lutas sociais que eclodem no Estado em meados da década de 70 e início dos anos 80.³⁶

As dificuldades sentidas na esfera econômica irão obrigar as diferentes categorias profissionais a se organizarem em torno de suas principais bandeiras de luta, incluir em sua agenda política a defesa da redemocratização do país. Não seria por acaso que no Estado, certos segmentos da classe trabalhadora do campo e da cidade, se colocassem em 82 ao lado do PMDB, capaz naquele momento de canalizar a insatisfação popular contra o regime militar, e igualmente contra a estrutura de dominação estadual.³⁷

Uma insatisfação que também vai ser grandemente sentida no campo, e explicitada sob a forma de tensões constituídas em virtude do empobrecimento deste contingente populacional, que já em 1980 se manifestava através das primeiras invasões

³⁵ *Ibidem*, p.45.

AGUIAR considera ainda alguns outros aspectos como sendo fundamentais para o acirramento das eleições de 82 em Santa Catarina, tais como a fusão do PP com o PMDB confirmando o temor das elites quanto ao possível malogro eleitoral do partido situacionista. Salienta também o aumento vertiginoso da impopularidade do regime, bem como dos governos catarinenses, então nomeados pelos militares no período e o processo de urbanização que se efetua na década de 70 em Santa Catarina, que deve ter contribuído para aumentar ainda mais a insatisfação popular contra o regime militar.

³⁶ Conforme mostram entre outros, os estudos de: Teresa Kleba Lisboa, “o movimento dos trabalhadores rurais sem terra do oeste catarinense”, dissertação /Mestrado/1987, Ilse Scherer – Warren, “Movimentos Populares em Santa Catarina: notas para um mapeamento”, 1987 (Apud AGUIAR, p.46)

³⁷ AGUIAR, op. cit., p. 48.

de trabalhadores sem terra, com a ocupação por mais de 300 famílias da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, também no Oeste do Estado de Santa Catarina.³⁸ O que não pode ser lido como um movimento restrito ao campo ou ao Estado de Santa Catarina, haja vista o conjunto de movimentos que se orientam no mesmo sentido em diferentes partes do Brasil. Assim “em 1980 cerca de 1 milhão e 500 mil camponeses estavam fazendo greves, indo às ruas em passeatas ou concentrações, barrando estradas, reocupando terras que lhes foram tomadas ou resistindo contra a implantação de projetos anti-sociais, manifestavam sua insatisfação com as condições de vida no campo e com os rumos da Política Agrária e da Política Agrícola do Governo”.³⁹

Pode-se depreender sumariamente que o regime autoritário, cujos representantes estaduais até então apareciam sob a forma de governadores indicados⁴⁰, já não podia ignorar a necessidade de buscar legitimar-se perante o povo (aqui entendido enquanto uma massa organizada não homogeneamente).

Em Santa Catarina, Esperidião Amin adequava-se ao perfil conservador, era confiável, ao mesmo tempo em que acenava para o “pequeno”, o que resultaria em uma nova espécie de dominação que “pretendia-se revigorada, mas que não implicasse uma ruptura com o antigo. Ao mesmo tempo em que garantiria o respaldo necessário à candidatura das elites em uma difícil disputa eleitoral, desfrutando de simpatia popular

³⁸ Idem.

³⁹ CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: ed. da UFF. Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991, p. 226-7.

⁴⁰ É importante lembrar, que em 6/02/1966, ainda em decorrência do resultado da eleição governamental do ano anterior, foi baixado o AI-3, que estabelecia entre outras coisas que a partir de então os governadores também seriam eleitos indiretamente pela maioria absoluta das respectivas Assembléias Legislativas. Isso praticamente transformava os governadores em interventores do governo federal, uma vez que os escolhidos, haviam sido, de fato, aceitos e designados pelo Poder Executivo. Este Ato também determinava que os prefeitos das capitais seriam transformados em cargo de confiança, deixando de ser eleitos pelo voto popular, para serem nomeados pelos governadores. (GERMANO, p. 60-61)

em várias faixas, principalmente em redutos como da capital catarinense, na região da periferia, tendo sido o deputado federal mais votado em 78, afinava-se ideologicamente com estes setores dominantes”⁴¹.

É o que podemos entrever nas falas de FONTANA, acerca da diversidade de cargos pelos quais Amin passou em importantes órgãos públicos.

Com efeito, o Sr. Amin tem sido basicamente um funcionário bem situado no aparelho do Estado ao longo dos últimos 10 anos, de onde foi catapultado à posição de mando político. Foi, neste período, sempre um homem do aparelho administrativo de Estado, onde ocupou posições relevantes em cargos, via- de - regra de confiança. Sua carreira, que o monopólio dos meios de difusão rotula de brilhante, transcorreu, ou melhor, coincidiu com o auge do regime burocrático-autoritário⁴².

Segundo o autor, um ponto que deve causar intriga ao observador é a extrema diversidade dos cargos desempenhados por Esperidião Amin, num tão breve período, cargos para os quais dispensava-lhe concurso público e habilidades específicas, assim:

Poderíamos imaginar os funcionários de carreira, do quadro permanente do serviço público, indagarem-se por que este frenético saltitar de um ponto a outro operado por tal administrador. Seria o mesmo dotado de habilidades tão diversificadas quanto especializadas como educação (Sec. Interino de Educação), telefonia (Diretor da Telesc), finanças e investimentos (Diretor do Badesc), administração municipal (Prefeito indicado da Capital), para finalmente desembocar na atividade política legislativa (dep. federal), e dessa condição retornar a administração como Secretário de Obras, como plataforma antecipada de sua candidatura ao governo.⁴³

⁴¹ AGUIAR, op. cit., p. 49.

⁴² FONTANA, Remy. Governo Amin- Um voto de desconfiança. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 2, nº 3, dez. 1982, p. 22.

⁴³ Idem.

Temos na exposição uma nítida clareza das relações existentes entre os oligarcas⁴⁴, então no poder, e o seu futuro representante, Esperidião Amin, o qual buscará a sua legitimação por uma outra via, que dar-se-á muito mais pela busca do consenso do que pela coerção, o que justifica em grande medida, a profundidade do seu enraizamento na política catarinense. É importante, porém, ressaltar que este reconhecimento da massa não ocorre de forma desinteressada, simplesmente por simpatia aos pobres. Trata-se sim, das contradições que a realidade apresenta, de seus embates.

Segundo AURAS, “na passagem dos anos 70 aos anos 80, o governo central dava prosseguimento à estratégia da ‘abertura política’, a fim de tornar o aparelho governamental menos excludente. Em Santa Catarina cresciam os movimentos ligados aos interesses populares, que se constituíam progressivamente em novas forças sociais (trabalhador assalariado urbano, professores, pequeno produtor agrícola, homens rurais sem terra, mulher agricultora, etc.), resultantes de substantivas alterações na estrutura econômica catarinense (desenvolvimento industrial, crescente urbanização, modernização da agricultura, etc.). Esta emergência de novas forças no cenário político, leva a direita oligarca a “liberalizar” seu discurso, suas propostas. Não é mais possível caminhar de costas para o povo. Ele constrói seus próprios contornos, desenha-se,

⁴⁴ A compreensão de oligarquia presente neste trabalho segue estritamente o sentido definido por Bobbio e apreendido por Marli Auras, de que o termo “se limita a chamar a atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar” (BOBBIO apud AURAS, p. 9)

marca presença crescentemente ativa, luta pela construção de um Estado democrático, com ressonância popular”.⁴⁵

Temos, portanto, a configuração de uma “nova direita”, cujo representante nas eleições de 1982, a qual restabelecia o direito às eleições diretas ao governo do Estado, foi Esperidião Amin.

Esta nova direita à que nos referimos é indicada por FONTANA e MOTA, que ao analisar a situação emergente a partir das eleições de 1982, detecta o aparecimento de uma nova direita, articulada e competente: “dentro de padrões civilizados que a distanciam aceleradamente da direita megalítica dos anos 70, sustentando a tese da necessidade de uma ‘República Forte’, (mas que) não abrirá mão dos mecanismos de centralização que mantêm as oposições longe dos negócios fundamentais do Estado”.⁴⁶

Nesse mesmo sentido, FONTANA assinala que “no contexto de uma nova direita, onde situa-se politicamente o Sr. Amin, é possível eliminar-se o arbítrio e a repressão sob suas formas mais diretas, na relação Estado-Povo, e substituí-los por mecanismos de captação do consenso; é também possível transitar de uma situação de radical exclusão política, para formas controladas de mobilização e de participação seletiva. Não se trata ainda de uma mobilização autêntica e de uma participação popular genuína, mas de táticas de envolvimento e estratégias de cooptação, visando regular os

⁴⁵AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: Da Guerra aos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991, p. 46.

⁴⁶MOTA, Carlos Guilherme Apud FONTANA, Remy. Governo Amin- Um voto de desconfiança. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 2, n. 3, dez., 1982, p.50.

conflitos e mantê-los nos limites toleráveis de uma ordem que não é democrática, nem popular e nem nacional”.⁴⁷

Em tal contexto, os “pequenos” aparecem intensamente nos projetos políticos como uma espécie de fórmula mágica (apresentada na Carta dos Catarinenses) o que segundo FONTANA tem inegavelmente um forte apelo, sendo de fácil assimilação.⁴⁸

(...)“os pequenos” do governante do PDS, revela apenas uma artificiosa construção de campanha eleitoral e o indício de uma proposta de integração e tutela, formulada pelo alto, por um representante de um partido que nunca teve respaldo nem prática popular. O que estaria subjacente à fórmula “opção pelos pequenos” é a tentativa de homogeneização de segmentos distintos da população, que tem posições estruturais diversa na sociedade.⁴⁹

Em documento norteador do Projeto Pró-Criança, denominado Documento Básico, é possível vislumbrar quem são e onde estão estes “pequenos”, tão mencionados pelo candidato a governador e agora, no momento da formulação deste Documento, já governador de Santa Catarina.

Muitos são os pequenos no pequeno Estado de Santa Catarina, mas ninguém é mais o Pequeno do que aquele que acaba de despertar para a vida: a criança de zero a seis anos. Para efeitos desta proposta, estamos nos referindo exclusivamente à essas crianças. Durante muito tempo não se deu maior importância aos primeiros anos de vida das pessoas. Os pequenos eram considerados adultos em miniatura e o binômio prêmio/castigo se fazia presente, na medida em que a criança externava condutas adequadas ou não, ao meio adulto. Nas últimas décadas, ocorreu uma verdadeira descoberta do “mundo da criança” partiu-se quase para o extremo oposto: “Tudo se decide antes dos seis anos.” Nesse sentido, grande influência exerceram os resultados de pesquisas sobre o crescimento emocional e da personalidade, sobre o desenvolvimento cognitivo e em especial sobre bioquímica cerebral, que indicam que a capacidade criadora do cérebro e

⁴⁷ FONTANA, Remy. op. cit., p.50-51.

⁴⁸ Ibidem, p. 29.

⁴⁹ Ibidem, p. 30.

as possibilidades de seus neurônios podem se desenvolver extraordinariamente em condições adequadas.⁵⁰

“Tudo se decide antes dos seis anos”, este pressuposto pode ser muito significativo do ponto de vista da formação do ser humano. As noções de público, de privado, do permitido, do proibido acabam sendo grandemente desenvolvidos neste período da existência e, principalmente, o lugar que cada um deve ocupar, no sentido de se conformar na sociedade, isto é, de percebê-la como algo dado e determinado previamente.

As pesquisas, como o próprio Documento do Pró-Criança referencia, indicavam naquele momento (início da década de 80), as possibilidades dos neurônios das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos desenvolverem-se extraordinariamente em condições adequadas. Mas, do ponto de vista do Projeto Pró-Criança em nenhum momento define-se esta situação “adequada”, contudo, não deve ser evidentemente a que o referido projeto propunha.

Assim, o “pequeno”, considerado pelo projeto em questão como a criança nesta mesma faixa etária, traz em seu interior um extenso rol de ausências, de necessidades básicas e vitais que se estendem desde o atendimento institucional educacional, ao saneamento e à saúde, dentre outras, mas que expressam ao mesmo tempo as ausências do adulto. Entretanto, esse universo de ausências do “mundo adulto” já aparece como algo dado, naturalizado e aceito; a preocupação com a criança, então, aparece como a grande novidade.

⁵⁰ PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

O mesmo documento acima citado anuncia que a mensagem da prioridade para o pequeno, é a grande aspiração de toda a sociedade e que “ o Catarinense deseja uma sociedade mais justa e se dispõe a renunciar a alguns privilégios, desde que os veja convertidos em um benefício social mais amplo”.⁵¹

A Carta dos Catarinenses, documento que reúne os compromissos ou propagandas de governo, afirma que “a ação voltar-se-ia muito mais à distribuição e muito menos ao crescimento. Não fosse esta a resposta adequada às aspirações de nossa gente, haveria ainda a considerar as dificuldades econômicas em que o Brasil está mergulhado”.

O catarinense deseja uma sociedade mais justa e se dispõe a renunciar? Estamos falando mesmo de privilégios e, o que é isto? Segundo o Dicionário Aurélio⁵², “privilégio é uma vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum”. Ou ainda, “permissão especial, prerrogativa, imunidade, dom”. O que está sendo entendido? Será que é um dom, que lhe confere imunidade, transformando-se em prerrogativa, que por si só é excludente e contra o direito comum? Mas quem são estas pessoas, que se posicionam como tal? São seres demiurgos? E por que a ação voltar-se-ia muito mais à distribuição e menos ao crescimento?

Compartilhamos as posições de CHAUI de que a democracia está ancorada em noções de direitos. Assim, vemos de forma bastante problemática essas questões que definem as posturas dos idealizadores e implementadores do projeto Pró-Criança. Quer nos parecer que se trata de opções políticas que definem o papel do Estado, e legitimam as diferenças, dando margem àqueles que constroem suas imagens pautadas em

⁵¹ PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

⁵² DICIONÁRIO ELETRÔNICO Aurélio, 2000.

compaixão, em solidariedade, quando deveriam pautar-se por justiça, por igualdade. Aliás, é possível falar em ajuda, proteção, quando se fala em cidadão? Possivelmente, dentro de um Estado marcadamente liberal, como é demonstrado na Carta dos Catarinenses:

É preciso trabalhar com desprendimento. É preciso assumir responsabilidades sociais. É preciso INOVAR, acrescentando aos fundamentos da sociedade a solidariedade que a democracia e a justiça social exigem. É preciso RENOVAR proporcionando a todos os segmentos sociais a oportunidade de participar do Poder e responsabilizar-se por ele. A quem é forte, é dispensável a ajuda. Só os pequenos dela necessitam. Embora esta seja a verdadeira origem do Estado – servir aos pequenos – a história tem mostrado que, com poucas exceções, o Estado sempre se colocou ao lado dos mais fortes. É possível renovar nisto. Basta uma decisão política forte, intensa, coerente, com suporte social incontestável. É preciso repor o Estado no caminho do qual ele nunca deveria ter saído. É preciso que o Estado retome a sua posição de súdito do homem e não de seu soberano. O ser humano procede de Deus e não do Estado. Em consequência, sobre os interesses do Estado se sobrepõem os interesses da pessoa humana.⁵³

Nas palavras de CHAUI, “embora a visão liberal reduza a democracia ao regime da Lei da ordem, essa imagem deixa escapar o principal, isto é, que a democracia está fundada na noção de direitos e por isso mesmo está apta a diferenciá-los de privilégios e carências. Os primeiros são, por definição, particulares, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, porque deixariam de ser privilégios. Carências, por sua vez são sempre específicas e particulares, não conseguindo ultrapassar a especificidade e a particularidade rumo a um interesse comum nem universalizar-se num direito”.⁵⁴

⁵³ AMIN, Esperidião Amin; FONTANA, Victor. **Carta dos Catarinenses**: Santa Catarina um compromisso com o futuro. Florianópolis: IOESC, 1982. Não paginado.

⁵⁴ CHAUI, Marilena. Universidade em Liquidação. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jul., 1999.

É indubitável que residam muitas sutilezas no conceito “pequeno”, algumas delas, tais como a “opção” por eles no sentido econômico, ou a tentativa de construir e cristalizar uma polaridade, lê-se subalternidade entre grandes e pequenos, ou ainda a homogeneização estratégica, cristalizada sob a forma desta categoria, no intuito de submergir os movimentos sociais que se apresentam em todas as suas complexidades e abrangências, em diferentes segmentos e posições dentro da sociedade.

Deste modo, não há uma negação, pelo contrário, há o reconhecimento da presença dos pobres, entendidos/conformados nesta categoria hierarquizada. Contudo, é preciso trilhar por estes discursos muitas vezes persuasivos, com muito cuidado, pois o conteúdo das propostas sofre um recorte, no qual sobressai o senso comum. Sabemos que “o exercício da hegemonia consiste na capacidade de se conquistar a adesão e o consenso de outros grupos sociais e de se neutralizar e isolar os grupos adversários, limitando e dissolvendo sua eficácia hegemônica, sua força de persuasão sobre os homens. Isto requer capacidade de interpretar os interesses de outros, além dos seus próprios, ou seja, compreender-se e compreender os demais, e levar em conta as forças adversas”.⁵⁵

Assim, a partir das leituras de Gramsci, AURAS nos adverte, que a “hegemonia implica direção do elemento dirigente pelo consenso do elemento subalterno. Tal consenso não é dado, é uma conquista que a força hegemônica deve dispor, mediante dois momentos que, conexos entre si, são sempre de domínio e direção, de coerção e de

⁵⁵ AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: Da Guerra aos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991, p. 18-19.

consenso, de constrição e de persuasão, de condicionamento e de liberdade. O peso de cada um dos momentos varia segundo as diversas situações históricas”.⁵⁶

Nesse processo de construção da hegemonia dos segmentos dominantes, o “pequeno” aparece como chave essencial neste jogo de forças, e assim, ganha reconhecimento:

Santa Catarina, como de resto de todo o Brasil, teve o seu desenvolvimento baseado tanto no trabalho e na dedicação dos moradores das faixas mais pobres de espaço geográfico quanto na confiança dos possuidores de bens e riquezas, que aqui os aplicaram e fizeram frutificar. Não se pode, infelizmente, dizer que a retribuição a esse esforço tenha sido igual, e não será, enquanto houver alguém que se alimente mal, more mal e não conte com um mínimo indispensável de serviços públicos eficazes. Atribuir, portanto ao atendimento das necessidades mais elementares da parte mais pobre da sociedade, a prioridade da ação governamental, longe de traduzir um arroubo populista ou um ato de caridade, significa um reconhecimento da sua participação na construção da riqueza do Estado, em primeiro lugar, e da injustiça que tem caracterizado a repartição do bolo dos benefícios sociais. É uma postura de governante que corresponde à crise atual e à necessidade de enfrentá-la com novos remédios. Para Santa Catarina, “o pequeno primeiro” é bem mais que um slogan. É a verdade, economicamente útil e socialmente inadiável.⁵⁷

A famigerada “opção pelo pequeno” vai tendo que ser reconhecida, de fato, como sendo muito mais do que um slogan, uma peça fundamental nas articulações de um aparelho governamental que precisa tornar-se hegemônico e para isto, indubitavelmente precisa legitimar-se perante o esgotamento das relações marcadamente coercitivas. Assim, o “pequeno”, passa a ser ressaltado retoricamente como uma forma “inovadora”, como um instrumento que o Estado dispõe para lidar com uma realidade que apresenta-se mais complexa, definindo-o ou descaracterizando-o enquanto provedor.

⁵⁶ Ibidem, p. 19.

⁵⁷ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

AURAS sintetiza, em um capítulo intitulado **Esperidião Amin: de braços com a Oligarquia e de olho no voto popular**, as relações que estavam permeando aquele momento histórico, isto é, a década de 80, período em que acontecia um acelerado processo de urbanização e todo um rol de mudanças profundas promovidas pelo avanço das forças capitalistas, desestruturando o poder de mando agrário,⁵⁸ culminando na necessidade de construir uma nova figura que “substituísse” ou melhor, representasse os oligarcas no poder, isto é, Esperidião Amin, o qual será transformado no “lutador das causas democráticas”. Em síntese:

Em um contexto histórico de forte concentração do poder econômico e do poder político, a “opção pelos pequenos”, não é apenas uma hábil peça de marketing político, a alcançar, pela televisão, cada uma das milhares de desassistidas famílias catarinenses, em tempos de “abertura” do Estado Autoritário. Tal opção, se por um lado, é constringida a reconhecer a presença do outro - o que, por contradição, abre flancos para que os movimentos populares avancem e desmistifiquem a estratégia da tutela governamental sobre eles -, por outro lado, dada a continuidade do modelo econômico concentrador de rendas, oligopolizado, o investimento financeiro no “pequeno” tem fortes chances de fazer crescer, ainda mais, a riqueza dos grandes.⁵⁹

É possível inferir ainda, que o Estado ao colocar-se imediatamente ao lado do “pequeno”, bradando essa atitude como “economicamente útil”, expõe mais algumas facetas desta “opção”, que é a de fazer parecer ajuda aquilo que ele deveria garantir como direito; uma outra é o Estado exercer o papel de gerenciador enquanto a comunidade participa como executora.

Todavia, é preciso entender que esta atitude que atenta para o “pequeno” enquanto mantenedor da política dos “grandes”, não foi criada, ou inventada por Esperidião Amin, mas é interessante perceber que ela já era adotada, por exemplo, por

⁵⁸ AURAS, op. cit., p. 60.

⁵⁹ Ibidem, p. 316.

Victor Fontana, o então candidato a vice-governador na chapa que se dizia representante dos “pequenos”. Fontana, como empresário (Grupo Sadia), já havia feito esta opção, sendo um dos idealizadores na criação e implantação em sua empresa do sistema conhecido como de “produção integrada”, uma relação que se estabelece a partir da exploração da polaridade entre o grande e o pequeno.

Como nos lembra AURAS, “a burguesia industrial catarinense, ao longo de sua formação, auxiliada pelas políticas governamentais, pôde repartir o espaço territorial do Estado (como é o caso do Oeste) entre os grandes grupos econômicos, instituindo áreas cativas. Pode assim, determinar unilateralmente a existência, o cotidiano e o futuro de seus habitantes em torno, por exemplo, das planilhas de produção de aves e porcos, destinados cada vez mais ao mercado internacional, apesar dos brutais índices de subnutrição da grande maioria dos brasileiros⁶⁰, inclusive dos catarinenses. Sob tal sistema de produção integrada, milhares de pequenos produtores rurais encontram-se atrelados às agroindústrias. Mantém a propriedade da terra (sob hipoteca) porque isto é mais vantajoso para o capital: a diligente força de trabalho da família colona, que se encarrega até de sua auto-reprodução, assegura altas taxas de lucro para as empresas. Os pequenos produtores encontram-se presos, por meio de “suas” terras, aos grandes grupos econômicos. Abandonar a tutela de um destes grupos significa, praticamente, pelo cerrado domínio que exercem no mercado, ter que sair do campo em direção à cidade. Muito antes de Amin, a Sadia, a exemplo de vários outros grupos econômicos, já havia feito a opção pelos pequenos e, da exploração do sobretrabalho dele, aliada aos

⁶⁰ A estimativa em 1982 é de que uma em quatro crianças brasileiras é portadora de desnutrição de 2º e 3º graus e, na maioria absoluta dos óbitos de criança de 1 a 5 anos, a má nutrição aparece como causa associada às doenças típicas de regiões subdesenvolvidas. In: BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. **Propostas para o Atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade.** 2ª ed., Brasília, MPAS/SPR, 1983.

privilégios das políticas governamentais, pôde construir o seu poderio econômico, fazer-se grande e oligopolizar o mercado”.⁶¹

Neste sistema integrado de trabalho, embora a agroindústria contrate o trabalho do chefe da família, na realidade todos trabalham, sobretudo a mulher. Além de ser diretamente responsável por uma etapa do circuito produtivo, a unidade familiar é também responsável pela reprodução de sua própria força de trabalho. Grande parte da faina diária de longas horas fica ao encargo da mulher, auxiliada pelas crianças. O emprego da mão-de-obra familiar explica porque a força de trabalho é um dos itens de menor percentual de gasto na produção agroindustrial. Mulheres e crianças são, historicamente, mal remuneradas pelo capital.⁶²

Nas palavras de um camponês integrado:

Os frangos e esses porcos de raça são mais delicados do que crianças. Se você não está sempre de olho em cima, faltou água, ração, não baixa a cortina na hora certa, pronto, prejuízo certo. Esses bichos vivem melhor que meus filhos. Me dizem que na cidade tem creche. Olha só, meu chiqueiro tem maternidade e creche. O chiqueiro e o galinheiro é melhor que minha casa. Já não dá mais p'ra dizer como antigamente: essa casa parece um chiqueiro, tá sujo que nem galinheiro. Minha mulher fica bronqueando e me pergunta quando é que vamos fazer uma casa boa como o chiqueiro. Mas sabe como é, tem que ser assim, primeiro eles, depois nós. O porco manda, nós obedecemos. Se eles morrem nós vamos junto.⁶³

A tão anunciada “opção pelos pequenos”, cujo representante máximo em Santa Catarina situa-se na figura de Esperidião Amin, teve, portanto, suas bases históricas ancoradas na necessidade de construir uma nova alternativa para manter-se no poder,

⁶¹ AURAS, Marli, op. cit., p. 307.

⁶² Ibidem, p. 290.

⁶³ BELATO, Dinarte, apud Auras, p. 292.

voltando-se ao pequeno, mas intimamente ligado a necessidade de reprodução do poder do capital. Era preciso pautar-se numa política de atendimento à massa e construir assim a hegemonia de uma “nova direita”, com fumos de civilização. Buscar o consentimento da maioria da população tornava-se imprescindível e, deste modo, as políticas de atendimento aos “pequenos” passam a ganhar fôlego. No entanto, tais políticas são construídas no interior de uma perspectiva pautada na polaridade dos “pequenos” e “grandes”, onde cada um desses pólos tem os seus papéis claramente definidos.

É uma postura que fica bastante visível na posição defendida pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)⁶⁴ de Santa Catarina, que resultou, segundo AGUIAR, no Seminário realizado em dezembro de 1983 denominado **“A economia dos pequenos- a estratégia para a manutenção e o aperfeiçoamento do modelo catarinense de desenvolvimento”**, baseado no programa econômico defendido por Amin na Carta.⁶⁵

“Assim, os membros da ADESG afirmariam que ‘é o apoio e o suporte financeiro no empresário que irá materializar sonhos do Estado de continuar a ter crescente arrecadação de impostos’ e de ‘ter solução para o problema social do desemprego, da calmaria social a mais longa possível, de poder materializar promessas eleitorais de saúde, educação, estradas... para o povo’”.⁶⁶

Ainda segundo AGUIAR, o Documento prossegue apontando uma série de medidas, visando a adoção de políticas que procurassem favorecer o meio empresarial

⁶⁴ É importante lembrar, que a Escola Superior de Guerra, criada em 1948, daria cunho definitivo à Ideologia da Segurança Nacional, cujas bases conceptuais visavam justificar o controle das Forças Armadas sobre o Estado. (GERMANO, p. 47)

⁶⁵ AGUIAR, op. cit. p. 66- 67.

⁶⁶ Ibidem, p. 67.

por parte do sistema financeiro do Estado, bem como a ação do governo estadual junto a esfera federal em apoio e estímulo à indústria.

Tal preocupação é grandemente manifestada no Relatório dos quatro anos de governo de Esperidião Amin e Victor Fontana, intitulado **Resposta à Carta dos Catarinenses**, no qual é afirmada a valorização da iniciativa privada, “especialmente porque, em Santa Catarina, ela significa - a par de competência e bons resultados - preocupação social real”. Continua ainda o Relatório expondo algumas das políticas que beneficiaram 34 empresas, como foi o caso da ampliação do prazo para recolhimento do ICM⁶⁷, política justificada como de reconhecimento pelos investimentos feitos por tais empresas para o aumento da produção.⁶⁸

Neste mesmo sentido, o documento intitulado **A Vez do Pequeno** reitera alguns princípios da **Carta dos Catarinenses**, por meio de uma metáfora marcadamente religiosa, na qual a postura retórica de “opção pelos pequenos” abre espaço para a escolha real do “grande”. Assim:

“A maioria do povo catarinense quer que todas as nações solidárias se reúnam para, em gesto cristão, sem que ninguém se julgue excluído, fazer aparecer na tela de Santa Catarina a imagem dos pequenos, nítida, clara, ao lado da imagem dos grandes”.⁶⁹

Não surpreende, portanto, a relação que se estabelece entre solidariedade, gesto cristão, o pequeno e a exclusão. Tudo isto é pensado a partir do pressuposto da

⁶⁷ Hoje conhecido como ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

⁶⁸ AMIN, Esperidião. **Resposta à Carta dos Catarinenses**. Florianópolis: [s.n.], 1987, p. 198 – 204.

⁶⁹ AMIN, Esperidião. **A vez do pequeno: uma experiência de governo**. 2ª ed. Florianópolis: Casa Civil, 1986, p. 12.

polaridade, que aparece de forma muito natural e essencial para a manutenção, construção e consolidação de domínio e direção.

A abrangência desta categoria do “pequeno” também é prescrita a partir do próprio Documento Básico do Pró-Criança, no qual “os pequenos são os quase 200.000 produtores rurais que, com propriedades de área inferior a 50 hectares, produzem mais de 80% da nossa riqueza agrícola. São os mais de 100 mil proprietários de pequenos negócios que, ao longo do tempo, sempre representaram uma verdadeira vacina contra o desemprego. São os jovens que se frustram diante da perspectiva de enfrentar seu projeto de vida sem um ofício. São os pescadores, historicamente explorados por um sistema de comercialização injusto. São os agricultores sem terra, que vêm inchar as periferias das cidades; são os menores desassistidos, cujo presente só não é mais desalentador que o seu futuro. É, enfim, essa ampla camada social que, com notável acuidade, puramente intuitiva, divide o mundo em duas metades impermeáveis: a sua e a dos “grandes”, os detentores dos privilégios”.⁷⁰

No interior deste processo de reconhecimento do “pequeno”, de respostas a demandas populares, o “grande”, mediante propostas e argumentos aparentemente democráticos e inclusivos, vai garantindo e naturalizando as diferenças de classes, reconstruindo e reafirmando uma polaridade básica. De um lado o “pequeno”, que na visão do “grande” precisa ser tutelado; do outro lado o “grande”, mostrando o caminho a ser seguido pelo “pequeno”.

⁷⁰ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

Ao problematizar esse conceito “pequeno”, recordo rapidamente uma idéia presente num texto de ECO e BONAZZI, a de que, com uma esmola na mão e um sorriso nos lábios deixa-se morrer de fome massas inteiras de trabalhadores.⁷¹

Esta propalada “opção pelos pequenos”, parece-nos bastante estratégica politicamente, reveste-se de uma aparência inovadora, sorri com a esmola na mão, mas esforça-se por ser possível e preciso dar outras esmolas. Vale lembrar que não há possibilidade real de democracia e justiça social onde há lugar para sentimentos de compaixão pelos considerados deserdados ou, na linguagem mais recente da campanha de reeleição da prefeita Ângela Amin (em 2000), os considerados “desafortunados”.

⁷¹ ECO, Humberto; BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980, p. 16.

Capítulo II

Pró-Criança: Em Conformidade Com As Políticas Nacionais de Barateamento e Qualificação Desqualificadora

Entre Atos Institucionais, Leis de Segurança Nacional, Atos Complementares, Decretos Leis, Medidas Provisórias⁷², a luta pela democracia, ou por uma sociedade baseada numa igualdade de direitos e de acesso aos bens culturais, ao conhecimento e a um universo educacional que nos possibilite entender e construir lucidamente uma proposta baseada na igualdade, vem se traduzindo constantemente em lutas silenciadas e redimensionadas. Lutas estas que têm tido os seus teores banalizados ou simplesmente adaptados, retomados e absorvidos como bandeiras de campanha política, de figuras que pretendem/precisam tornar-se populares, e/ou estrategicamente manipulados a fim de que se estabeleça um direcionamento ou redirecionamento das grandes massas populares.

Contudo, essas lutas silenciadas, também observadas a partir da incorporação de algumas palavras de ordem das oposições políticas na tentativa de esvaziar o seu poder de contestação e ao mesmo tempo de convencimento, não podem ser lidas como algo inexorável, já que não são renunciadas pelos grupos de oposição, até mesmo porque os embates de distintos grupos da sociedade vêm à tona para mostrar a extenuação destas incorporações, corroborando para que não sejam destituídas do seu significado prático.

⁷² Segundo Germano estamos diante de um regime político de inequívoco cunho ditatorial, que, ao longo de sua duração (1964-1985), deixou como herança do ponto de vista “legislativo” 17 Atos Institucionais, 130 Atos Complementares, 11 Decretos Secretos e 2260 Decretos-Leis. In: GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 70.

Um exemplo concreto destas incorporações pode ser dado a partir de Esperidião Amin, onde nos documentos de campanha e/ou programa de governo aparecem de forma recorrente os termos: participação, distribuição, consulta, descentralizar, inovar, integrar e ação conjunta.

VIEIRA, ao fazer um percurso analítico da história da república brasileira, assinala o silêncio que havia pairado na sociedade, nos longos anos de ditadura, através de inúmeros instrumentos repressivos, aprofundadores das raízes antidemocráticas deste país.

“Não é difícil imaginar como o silêncio havia pairado sobre a sociedade brasileira. O Ministro do governo de Médici, por meio do Decreto-Lei nº 1.077, regulamentou a Emenda Constitucional nº 1. Por este Decreto-Lei, jornais e revistas tinham de registrar-se na Polícia Federal, além de obedecer a uma série de exigências. A Censura avançava livremente, em nome da tranquilidade e da moral”.⁷³

Assim, empreendimentos culturais, canais de comunicação e manifestações ganham conotação de baderna e de ameaça à ordem da “grande nação”, trazendo à tona a debilidade democrática evidenciada pelos limites impostos no interior de um sistema pautado na intolerância, na exclusão econômico-social.

Nas palavras do referido autor, a democracia no Brasil tem sido motivo para justificar a quebra da legalidade constitucional, em evidente desacato à soberania popular.⁷⁴

Nesse sentido, a fragilidade da democracia apontada também por CHAUI ganha inteligibilidade, já que é visualizada em âmbito retórico, restrita ao que seria a

⁷³ VIEIRA, Evaldo. **A República brasileira: 1964-1984**. São Paulo:Ed. Moderna, 1985, p. 36.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 8.

afirmação de um sistema político, sem, contudo, ser percebida na prática, presentificando-se nas relações cotidianas, ou “como forma da própria vida social”.⁷⁵

2.1. Apelos à Participação como repostas à diversificação e complexificação da sociedade

Ao estudarmos o processo de constituição de “abertura política” no Brasil, apreendemos como o apelo à democracia e à participação ganha força e visibilidade. O que não configura a sua inexistência anteriormente, ao contrário, os embates, as aspirações já se encontravam na sociedade, o que acontece agora, são as iniciativas no sentido de reconhecimento oficial deste debate, no intuito de (re) conduzi-lo.

GERMANO caracteriza a forma de governo durante a ditadura militar como uma “ditadura sem hegemonia”, no sentido trabalhado por Gramsci, ou seja, é um braço do Estado (as Forças Armadas) e não uma classe que conduz o processo de “renovação” burguesa. A repressão/dominação se sobrepõe em grande medida à função de direção (cultural – intelectual), de construção do consenso ou propriamente de hegemonia.⁷⁶

Entretanto, mesmo em se tratando de uma ditadura, isto não quer dizer que o Regime prescindia de um mínimo de consenso, de legitimação, “ainda que estes sejam obtidos pela via do ‘transformismo’, _ molecular ou de grupo _ através da cooptação ou assimilação, pelo bloco no poder, de frações rivais das próprias classes dominantes e mesmo de setores das classes subalternas, buscando assim, redimensionar as lutas das massas populares”.⁷⁷

⁷⁵ CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1997, p. 142.

⁷⁶ GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 102.

⁷⁷ Idem.

Como a força das armas não basta por si só para dar sustentabilidade e pretensa durabilidade ao regime é necessário que o Estado Militar busque bases de legitimação, ainda que mínimas, pela adesão da parte dos intelectuais, das camadas médias e de acenos para setores populares. “Daí os apelos constantes à democracia e à liberdade, quando estas eram duramente golpeadas por ele; daí a proclamação em favor da erradicação da miséria social quando, na prática, as suas políticas concorriam para manter ou aumentar de forma dramática os índices de pobreza relativa mesmo num contexto de crescimento econômico, mediante a intensificação da exploração da força de trabalho, da concentração desmedida da renda e da manutenção de um numeroso exército industrial de reserva. Daí o discurso favorável à erradicação do analfabetismo, a valorização e a expansão da educação escolar, quando o setor era penalizado com forte repressão política, insuficiência e mesmo diminuição das verbas consignadas no orçamento da União, além da malversação dos recursos públicos destinados a área educacional”.⁷⁸

A distância entre a linguagem dos governos e a realidade vivida pelas maiorias também aparece no texto de VIEIRA, quando, por exemplo: falava-se então em democracia, porém, praticava-se a indicação presidencial, sem consultar o povo; ou ainda, as posições do presidente João Figueiredo quanto a partidos oposicionistas, “quanto mais efervescência, menos distensão, era assim, que desejava alcançar a confiança do povo, ‘com poucas concessões, de início’, pois ‘concessão gera concessão’”.⁷⁹

⁷⁸ *Ibidem*, p. 102-3.

⁷⁹ VIEIRA, *op. cit.*, p. 53-4.

Contudo,

em meio ao arrocho salarial, os aumentos de preços ocorriam freqüentemente, deixando a população inconformada. Saltava aos olhos de todos o fosso, deliberadamente aberto, entre o governo e o povo. Vigorava a política carrancuda do “nada a declarar”. Apesar da arrogância, crescia a necessidade de ter que explicar e, nas respostas geralmente curtas e grossas dos governantes, perpassava todo o descaso pela “res publica”.⁸⁰

Estamos assim, historicamente, diante de formulações de exigências de democratização “de baixo para cima”; os movimentos oposicionistas revelavam/indicavam a possibilidade real de mudança e ao mesmo tempo exibem a diversidade e a complexidade de interesses, de demandas efetivas em pauta.

Especialmente a partir de 1978, ampliam-se as mobilizações de cunho mais nitidamente social: as greves operárias do ABC e da capital de São Paulo, o Movimento do Custo de Vida, as greves de professores, dos motoristas de ônibus e de táxis, de lixeiros, dos médicos e funcionários de hospitais, dos jornalistas, dos funcionários públicos, e até mesmo, as greves da polícia mostram a amplitude da insatisfação com os salários e as condições de vida: protestos públicos de moradores da periferia e de favelados exprimem os reclamos dos trabalhadores dos serviços públicos; o movimento por creches congrega clubes de mães, associações femininas e movimentos feministas, revelando um novo grau de articulação das mulheres em torno dos problemas que as atingem”.⁸¹

⁸⁰ AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: Da Guerra aos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991, p. 22.

⁸¹ BRANT, Vinícius Caldeira. **Da Resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo**, in: **São Paulo: o povo em movimento**. 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1983, p. 25.

É importante ressaltar que tal processo vai conferindo visibilidade política aos diferentes âmbitos de lutas, como é o caso da demanda por educação infantil, uma vez que políticas públicas, voltadas a crianças de 0 a 6 anos, eram praticamente inexistentes.

ROCHA, em seu estudo sobre a pesquisa em educação infantil no Brasil, situa historicamente os encontros da área educacional, percebendo, com a chamada “abertura política”, uma ampla atividade nesta área a partir da década de 1980. Mesmo não sendo a educação prioridade dos governos, intensificou-se o debate nacional sobre o tema.

Segundo a autora, os educadores passaram a participar mais da discussão das questões educacionais, em organizações como CBE’s (Conferência Brasileira de Educação), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) dentre outras Associações educativas. Nas CBE’s predominavam temas sobre a educação popular, análises ideológicas da Educação, dependência cultural, projetos educativos da sociedade civil e exigência de uma escola pública de qualidade comprometida com a necessidade das classes populares. Nas reuniões da SBPC, evidencia-se a preocupação com a prática educacional nas periferias urbanas, e ressaltava-se o papel integrativo da escola, a valorização do espaço escolar e a escola comunitária.⁸²

E aqui, aparece de forma mais evidente uma das principais questões que permeiam o debate acerca deste reconhecimento do “pequeno” proposto pelo projeto Pró-Criança, isto é, o papel da educação dentro desta perspectiva política que se volta para o “pequeno”, considerado principalmente como a criança de 0 a 6 anos. Este reconhecimento possui um caráter pedagógico muito mais abrangente, chegando às

⁸²ROCHA, Eloísa A. C. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia.** Florianópolis:UFSC/CED/NUP, 1999, p. 23.

famílias pela via da “educação infantil”, em outras palavras, foi explorando a ausência de uma política educacional especificamente articulada⁸³ para as crianças em idade pré-escolar, que o Pró-Criança ganhou força, ênfase e espaço, o que ocorre não apenas em Santa Catarina, mas em várias regiões do país com projetos da mesma natureza. É o que poderemos verificar mais adiante, a partir do documento produzido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em convênio com o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Em uma perspectiva de reconhecimento das demandas, GERMANO aponta algumas medidas, tomadas entre os governos de Geisel e Figueiredo⁸⁴, as quais visavam atender as necessidades de segmentos da população “socialmente vulneráveis” e “carentes”. As primeiras medidas adotadas, a partir de 1974, diziam respeito à criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), do Conselho de Desenvolvimento Social e ao Fundo de Assistência Social (FAS).⁸⁵

Estas medidas, segundo o autor, representaram sobretudo, a introdução de mecanismos de coordenação das políticas e programas sociais que, ao nível do discurso, foram identificados, sempre pelo Estado, como ajuda destinada aos carentes. A seguir,

⁸³Política Educacional aqui entendida como o conjunto de medidas tomadas ou (apenas formuladas) pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho de ensino (propriamente escolar ou não) CUNHA apud GERMANO, p. 101.

⁸⁴ Presidentes do Brasil em períodos da década de 70 e 80, do regime ditatorial brasileiro, conhecidos por uma perspectiva de “abertura do regime”, porém, uma abertura “lenta, segura e gradual”.

⁸⁵ GERMANO, op. cit., p. 229.

É importante lembrar, que em setembro de 1980 foi firmado um convênio entre o Ministério da Previdência, a Secretaria de Assistência Social e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com o propósito de oferecer subsídios para a elaboração de políticas e programas de serviços básicos para crianças carentes de 0 a 6 anos de idade.

foram implantados inúmeros programas de impacto político que envolviam, em certa medida, a propalada “participação comunitária”.⁸⁶

Assim, em janeiro de 1980, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foram elaborados dois programas especiais com duração prevista até 1989, o PRONASEC e o PRODASEC. O primeiro, o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o meio rural, visava proporcionar oportunidade de educação básica combinada com diversas modalidades de formação especial, principalmente de educação para o trabalho, de fortalecimento da organização social e econômica, de desenvolvimento cultural da população e desenvolvimento comunitário.⁸⁷

O segundo, o PRODASEC – Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as populações carentes urbanas, visava atuação integrada de organismos governamentais dos três níveis, federal, estadual e municipal, e do setor privado, no sentido de promover o desenvolvimento comunitário e urbano, e ainda políticas de emprego, habitação, formação profissional, saúde, assistência social e educação, apoiando o primeiro grau e o pré-escolar.

A implementação desses programas baseia-se sobretudo, em uma atuação integrada e no envolvimento comunitário das populações das áreas rurais ou das periferias urbanas, o que ao nosso ver, são indicativos que contribuem para a desmistificação do próprio projeto Pró-Criança e da figura de Esperidião Amin, mostrando que este vai construindo seu perfil de “político hábil”, mas está inserido num contexto que viabiliza suas ações frente ao referido projeto.

⁸⁶ Idem, p. 229.

⁸⁷ CUNHA, op. cit., p. 393.

Este Programa foi proposto para nove Estados da região Nordeste e para o Espírito Santo.

CUNHA apresenta um conjunto de dados e discussões acerca dessas políticas educacionais que, teoricamente, não se pretendem enquanto políticas e, um dado de grande importância neste processo (aqui entendido enquanto uma série de relações ativas⁸⁸) é a intensificação das correntes migratórias campo-cidade, o que levou a mudanças extremamente importantes na estrutura sócio-demográfica do país. Se em 1950, dois de cada três brasileiros viviam no campo, em 1980 esta situação havia se invertido.⁸⁹

O que está intimamente relacionado ao que Germano indica acerca do processo de crescimento e diversificação da sociedade civil, a partir de meados dos anos 70: instituições como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Igreja Católica, Sindicatos de Trabalhadores, entidades representativas de professores e estudantes se mobilizam contra a ditadura. Surge uma imprensa alternativa com os jornais Opinião, Movimento, Pasquim, entre outros. Aumenta a resistência, abrem-se espaços democráticos na sociedade, as greves operárias voltam a acontecer a partir de 1977. Vêm à tona novas formas de organização e mobilização populares representadas pelos movimentos sociais oriundos das periferias das grandes cidades e dos trabalhadores sem terra. No campo educacional a UNE (União Nacional dos Estudantes) se organiza, ainda que na ilegalidade; a Associação Nacional dos Docentes (ANDES) é fundada em princípios dos anos 80; a Confederação de Professores do Brasil (CPB)

⁸⁸ GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 39.

⁸⁹ CUNHA, op. cit, p.32.

a emergência de novos problemas, temas e metas potenciais na agenda do sistema político”.⁹³

Temas como “redistributivismo” e o “participacionismo” que o próprio II Plano Nacional de Desenvolvimento incorpora, expondo nos seus objetivos a necessidade de “realizar política de melhoria da distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico”⁹⁴, o que vai ser enfatizado, ainda mais pelo III PND (1980-1985), haja vista que os seus interlocutores, que parece já estarem bem melhor definidos, “são as classes subalternas, o povo pobre das periferias urbanas e das áreas rurais e, com menor intensidade, uma parte das chamadas classes médias empobrecidas pelas políticas econômicas dos sucessivos governos militares. Daí o discurso em favor da distribuição da renda e os apelos ‘participacionistas’ ”.⁹⁵

No âmbito do movimento sindical e popular nos anos de 1978 e 1979, cresceram as mobilizações contra o arrocho salarial, e as greves voltaram a acontecer após longo período de repressão, violando, na prática, a legalidade da ditadura.

Em 1978, segundo ALVES, 539.037 trabalhadores entraram em greve, compreendendo desde metalúrgicos, portuários, bancários, pessoal da saúde, professores, trabalhadores rurais, etc. e abrangendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e a cidade de Brasília. No ano seguinte, houve um aumento substancial do número de greves e, por conseguinte, de

⁹³ GERMANO, op. cit., p. 223.

⁹⁴ Ibidem, p. 224.

⁹⁵ Ibidem, p. 233.

grevistas, atingindo a significativa participação de 3.207.994 trabalhadores espalhados por 15 Estados, dentre estes Santa Catarina.⁹⁶

A participação aparece como um dos princípios fundamentais da democracia e o III PND expõe como objetivo – síntese a expressão do imperativo da “construção de uma sociedade desenvolvida e livre em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível”.⁹⁷ Contudo, essa perspectiva será melhor visualizada no âmbito da educação a partir de 1979, através do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (PSECD).

No tocante à educação pré-escolar, o III PSECD deixa transparecer que ela deveria se revestir de caráter fortemente compensatório, tendo em vista o reconhecimento de que **“nos primeiros anos da infância se decidem em grande parte, as potencialidades da personalidade humana;** o impacto sobre a criança, a partir dos 7 anos de idade, pode estar já totalmente comprometido com um passado de desnutrição e de pobreza”. Além disso, ressalte-se “o fato de que o acesso ao pré-escolar, concentrado nas famílias ricas, acentua ainda mais a distância para com o aproveitamento escolar de crianças pobres.”⁹⁸

Em Santa Catarina, mediante o reconhecimento retórico da importância fundamental dos primeiros anos da infância, o Programa Pró-Criança reveste-se de um caráter compensatório, tendo a participação comunitária, o aligeiramento e o aspecto informal da educação como elementos indispensáveis para a concretização dos objetivos estabelecidos em todos os seus subprojetos, como o Pró-Criança Cultural, Rural, Saúde, Creches Domiciliares, enfim, nos diferentes propósitos de atuação do Pró-Criança.

⁹⁶ ALVES, Maria H.M. Apud GERMANO, p. 231.

⁹⁷ GERMANO, op. cit., p. 226-228.

⁹⁸ Ibidem, p. 252 [grifos nossos].

A partir do Documento Básico é possível apreender como essas políticas, ditas “inclusivas e participativas”, vão definir de fato as formas de efetivação de tal projeto, assim as noções conceptuais do “pequeno” vão aparecer, desvelando quem são estes no Projeto Pró-Criança, e ainda, como o Estado sustenta essa relação confortável, para poucos, de “pequenos” e “grandes”.

Em consonância com o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, o Projeto Pró-Criança apresenta os seus fundamentos quanto ao desenvolvimento da criança, ratificando o que já havia sido definido no citado Plano em 1979. Desse modo, destaca o quanto o período de 0 a 6 anos é fundamental para o desenvolvimento da “pessoa”.

Algumas ciências vêm mostrando como os primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento da pessoa. A base da personalidade se forma nesse período. O cérebro atinge 80% do seu peso total aos quatro anos de idade. Até os três anos, a criança já adquiriu praticamente toda a estrutura de comunicação lingüística que usará como adulto. Suas primeiras e mais marcantes experiências já se fizeram antes dos quatro anos. Ela já terá a essa idade experimentado amor ou rejeição, carinho ou desprezo, atenção ou indiferença, apoio ou proibição, confiança ou desconfiança, alegria ou tristeza. Essas vivências terão sido determinantes na formação de sua auto-imagem e irão, conseqüentemente, pautar todo o seu desenvolvimento futuro.⁹⁹

Considerando esses fundamentos biológicos, psicológicos e, por conseguinte educacionais do Projeto Pró-Criança e, as condições objetivas em que a maioria das crianças de 0 a 6 anos sobreviviam no momento em questão, pode-se inferir que as políticas nacionais e regionais de atendimento a elas, não estavam de fato preocupadas

⁹⁹ DIDONET, V. **Atendimento ao pré-escolar**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1979, v. 1 Apud Documento Básico. [grifos nossos].

Gostaríamos de frisar, que esta citação já foi apresentada em outro momento neste trabalho, porém, achamos necessário repeti-la aqui, de modo que não percamos de vista esta fundamentação do Projeto em questão.

com estes fundamentos, haja vista que se tratava de programas que buscavam, ao fim e ao cabo, manter as crianças e as famílias nas mesmas condições em que já se encontravam.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontados por Documento do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1980 o Brasil possuía 119 milhões de habitantes, sendo que os menores de sete anos representavam um contingente de aproximadamente 22 milhões de crianças. Apresentava uma taxa anual de crescimento em torno de 2,48%, ou seja, nasciam aproximadamente 3,5 milhões de crianças anualmente, das quais 68% no interior de famílias de baixa renda, isto é, famílias que possuíam o rendimento mensal de até dois salários mínimos.¹⁰⁰

A incidência de óbitos, de crianças menores de um ano, era de aproximadamente 315 mil por ano, grande parte causados por doenças infecciosas e parasitárias, sobretudo diarreia. A prevalência decorria, segundo tal documento, freqüentemente das precárias condições sócio-econômicas e ambientais que cercavam, e ainda cercam, grande parte da população brasileira.

Mais atemorizante ainda é constatar que do total dos óbitos de crianças menores de um ano, de **157 a 210 mil** tinham como causa básica ou associada, a **desnutrição**.

¹⁰⁰ BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. **Propostas para o Atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade.** 2ª ed., Brasília, MPAS/SPR, 1983.

A porcentagem desta população infantil que apresentava desnutrição era então uma das maiores da América Latina. De acordo com o sistema de Gómez¹⁰¹, 53 % ou 12 milhões, tinham desnutrição de 1º, 2º ou 3º graus (dados do Brasil – de todas as crianças).¹⁰²

Assim, através de movimentos reivindicatórios, da realidade que teimava em borrar aquela tela construída/erguida por Amin dos “pequenos” harmoniosamente ao lado dos “grandes”¹⁰³, os dados numéricos também fortaleciam essa volta ao pequeno, que segundo o Projeto Pró-Criança, é uma “ampla camada social que, com notável acuidade, puramente intuitiva, divide o mundo em duas metades impermeáveis: a sua e a dos “grandes”, os detentores de privilégios”.¹⁰⁴

Tem-se a impressão de que esta fala situa-se fora de todo o processo histórico que viabiliza esta separação tão enfatizada pelos proponentes. É uma fala que tenta minimizar esse processo, principalmente quando destaca que essa ampla camada social tem uma perspicácia apenas intuitiva de construir uma separação, uma divisão que, segundo o documento, afirma-se impermeável, entre os grandes e pequenos.

O referido documento prossegue:

¹⁰¹ Na América Latina, o sistema de classificação do estado nutricional mais empregado era o de Gómez, baseado no peso para a idade. Mais recentemente (isto é, no momento de elaboração do Documento do MPAS), o sistema bi-dimensional de Waterlow, baseado no peso para a altura e altura para idade, estava sendo cada vez mais empregado porque conseguia distinguir os casos de desnutrição aguda, pregressa e crônica.

¹⁰² Quanto à severidade, a desnutrição de 2º e 3º graus era de 16%, pelo sistema de Gómez, e de 28%, ou 6,2 milhões pelo sistema de Waterlow. O tipo de desnutrição mais comum manifestada nas crianças brasileiras era a pregressa, isto é, crescimento de altura retardado.

¹⁰³ A tela a qual nos referimos é parte da figura de linguagem utilizada por Esperidião Amin. Citação que trazemos neste trabalho na p. 42.

¹⁰⁴ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

O reflexo das dificuldades se dá de imediato sobre a parcela mais pobre da população. Ela não dispõe de qualquer poder de barganha para enfrentá-las. Por isso, é dever do Estado ajudar e proteger esses cidadãos. Ou aplicamos com eficácia os fundamentos cristãos da solidariedade- dando conseqüência aos unânimes protestos pelo advento da justiça social- diluindo a cota de sacrifício segundo a possibilidade de cada grupo e não segundo a lei do mais forte. Esta não é uma tarefa complexa. Ela é simples. É preciso que o poder público tenha a sensibilidade necessária para conhecer e acatar não só as necessidades, mas principalmente os desejos sociais; diálogo permanente, tolerância democrática e austeridade como exemplo.¹⁰⁵

Quer nos parecer que a democracia é sobrepujada por uma espécie de tolerância democrática e austeridade que definem, nas entrelinhas do documento, a relação hierárquica de governantes e subalternos, clarificada pela negação de direitos e legitimada a partir de uma negociação de privilégios, já que a parte mais pobre da população é posta como não tendo condições de barganhar, de negociar. Afinal, do que estamos falando, de troca de favores?

Trata-se de aplicar com eficácia os fundamentos cristãos da solidariedade? Deveríamos estar falando de cidadão e não de fiéis, já que historicamente podemos falar de uma coexistência do Estado e da Igreja, algumas vezes pacíficas, outras menos, porém, o que parece prevalecer é o princípio de que “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Qual é a concepção de cidadania que corrobora a concepção de Estado presente neste Documento Básico que expõe as principais idéias do projeto Pró-Criança? O que define este cidadão?

Essas questões vão sendo vislumbradas ao longo de todos os documentos referentes ao Pró-Criança, em frases curtas ou pensamentos mais elaborados, mas que refletem uma compreensão muito nítida da política educacional, isto é, da direção que está sendo proposta. Sentido que aparece, por exemplo, neste recorte:

¹⁰⁵ HELOU FILHO, ESPERIDIÃO AMIN. Primeiro os pequenos. **Veja**. Ponto de Vista. fev., 1983, Apud Documento Básico.

“É preciso diminuir o impacto do centro urbano na vida das pessoas. Desenvolver uma ação como se cada uma das comunidades fosse uma cidade. Devolver a individualização de cada pessoa. A sociedade atual não admite que se ‘mande fazer’. Ela quer que se faça ‘junto’”.

De um lado, temos a exposição de uma nítida necessidade de condução. De outro, o poder de realização desta parcela da população quando se trata de mão-de-obra barata ou gratuita. O que pode ser facilmente visualizado, por exemplo, na proposta de construção de jardins de infância em algumas cidades de Santa Catarina, com enorme “participação” das comunidades.

O Informativo do Projeto divulga em tom veemente: **“Comunidades participam na construção de oito Jardins de Infância em Nova Veneza”**.¹⁰⁶ Aqui, realmente aparece o caráter “criativo” anunciado pelo Pró-Criança. Foi proposto em reuniões, um concurso para construção de jardins de infância, onde a Prefeitura Municipal e as comunidades participariam na construção de todos os jardins. Cada comunidade, em envelope fechado, levaria a sua proposta, contendo todo tipo de ajuda, como dinheiro, materiais de construção, terreno, etc. O dinheiro seria colocado em uma conta bancária especial e, ao mesmo tempo, correria um juro superior a 1% ao pago pelas cadernetas de poupança. As doações em material de construção ficariam sob a

¹⁰⁶ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p. 16.

responsabilidade da Prefeitura Municipal da cidade participante.¹⁰⁷

O documento destaca ainda que “nas comunidades a ajuda é realizada de várias maneiras, com doações espontâneas em dinheiro, terreno, material de construção; arrecadações através de bailes, bingos, torneios de canastras”.¹⁰⁸ Enfim, a participação é apregoada como uma espécie de favor para as comunidades e, para corroborar essa perspectiva o documento proclama em tom festivo: “A primeira dama do Estado e presidente da LADESC, senhora Ângela Amin esteve presente no ato inaugural do jardim de Vila Maria.”¹⁰⁹

A participação/execução da comunidade na construção dos jardins de infância é um indicativo de que o Pró-Criança se traduz enquanto uma política para a educação infantil, mas numa perspectiva que desvela sobretudo, a ausência de uma política “articulada” e “séria” para estas crianças.

Em 1984, o Documento Básico apontava que de cada seis catarinenses, um tinha menos de sete anos de idade. Havia mais de 600.000 crianças, das quais 10% eram

¹⁰⁷ Ibidem, p. 16.

“**Primeiro Concurso:** dia 4 de abril de 1983 – As comunidades que melhores condições apresentaram: Caravaggio e de Vila Maria. Foi arrecadado, entre dinheiro, material de construção, terrenos, um montante avaliado em 7 milhões de cruzeiros. **Segundo Concurso:** 4 de maio. Vencedores: comunidades de São Francisco do Rio Morto e São Bento Baixo. Total arrecadado: 15 milhões de cruzeiros, incluindo dinheiro, material de construção a avaliação dos terrenos. O Jardim de Vila Maria estará em atividades no mês de agosto, e o de São Bento Baixo em março de 1985. A prefeitura Municipal pretende realizar um novo concurso no final deste ano ou no início de 1985. Participantes: comunidade de Nova Veneza (sede), São Bento Alto, São Bonifácio e Rio Cedro Alto. Atendimento – Funcionamento: por conta da prefeitura. Jardim Caravaggio: as crianças contam com duas professoras e uma merendeira. Vila Maria: conta com uma professora e uma merendeira. **Participação:** além da participação das comunidades, da prefeitura, o governo do Estado tem participado na construção dos jardins de infância, sendo que o BESC CLUBE ajudou na construção do Jardim Caravaggio e a LADESC participou na construção do jardim de Vila Maria”. In: COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo.** Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p. 16-17.

¹⁰⁸ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo.** Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p. 17

¹⁰⁹ Idem.

atendidas diretamente pela rede institucional existente. A rede particular foi responsável por 42% do total em 1982.

O Documento prossegue:

Considerando que esta rede atendia, basicamente, a população de renda alta e média e em melhores condições, pode-se afirmar que os que menos precisam são os mais beneficiados. A quase totalidade da matrícula da rede estadual se concentra na faixa etária de 5 e 6 anos e que as crianças que completam sete anos no ano da matrícula, são admitidas pelo Sistema Estadual de Ensino na 1ª série do 1º grau.

O atendimento institucional cresce na medida em que se aproxima da escolarização obrigatória. Pode-se, pois, questionar as possibilidades preventivas do atendimento existente, considerando-se sua pequena significância quantitativa e sua incidência tardia.¹¹⁰

Pode-se depreender que a preocupação institucional para com as crianças em idades menores de 5 ou 6 anos ainda era bastante reduzida e, agora, buscava-se programas de baixo custo para remediar o abandono, porém, numa perspectiva assistencial. Um dos aspectos dessa perspectiva, segundo KULMANN JR, é que a baixa qualidade do atendimento faz parte dos seus objetivos: previa-se uma educação que preparasse as crianças pobres para o futuro que com maior probabilidade lhes esteja destinado; não a mesma educação dos outros, pois isso poderia levar essas crianças a pensarem mais sobre sua condição social. Por isso, uma educação mais moral do que intelectual, voltada para a profissionalização.¹¹¹

E ao que nos parece, o próprio projeto Pró-Criança se contradiz na medida em que afirma que ao considerar as características dessa faixa etária (0 a 6 anos)

¹¹⁰ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

¹¹¹ KULMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: ed. Mediação, 1988, p. 182.

“constata-se que não se pode isolar essas crianças de um contexto social mais amplo”.¹¹² Contudo, o que é feito quando se esforçam por manter as mesmas estruturas, as mesmas condições no atendimento às crianças de 0 a 6 anos das comunidades consideradas alvos do Pró-Criança, isto é, crianças das periferias urbanas e rurais, das comunidades pesqueiras e mineiras? Um dos exemplos mais evidentes seria o subprojeto Creches Domiciliares, no qual uma vizinha, chamada de crecheira, cuida de crianças da mesma comunidade, dividem a mesma condição social, partilham quase que os mesmos conhecimentos, as mesmas culturas, enfim, oferecem um mundo igual ao já conhecido da criança, porque o que parece estar em jogo é a sobrevivência de filhos de trabalhadores.

O Pró-Criança atinge nitidamente a criança de 0 a 6 anos e, por conseguinte atinge também a família no seu interior, o que a torna, de modo confortável para o projeto, em executores, colaboradores e “participantes” de uma ação que se apresenta como integrada.

“Uma ação que se destina aos pequenos, necessariamente, atingirá a constelação familiar, implicando em uma corresponsabilidade comunitária”.¹¹³

Pode-se depreender, que o Pró-Criança com todos os seus instrumentos persuasivos ou coercitivos, na medida em que não restam muitas outras escolhas para os chamados “co-responsáveis” — o Estado organiza, a comunidade executa, paga, contribui, levanta fundos, eis o sentido da participação propalada pelo projeto em questão — constitui-se enquanto direção, atos intencionais que buscam construir

¹¹² COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

¹¹³ Idem.

efetivamente consensos, o consenso da pobreza, de como lidar com esta classe que se homogeneiza na fala dos proponentes como o “pequeno”.

Entretanto, temos visto ao longo da história que esta categoria social denominada de “pequeno” não se traduz pela homogeneidade. É impossível minimizar a complexidade do real no dualismo pequeno/grande. Neste reducionismo, a comunidade aparece como um elemento agregador, unificador, pacificador, no qual a “participação” comunitária exprime no nosso entendimento um artifício valiosíssimo na reprodução de sentidos comuns.

GRAMSCI ao explicar o processo de difusão e popularização de novas concepções de mundo, afirma que não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico. E, neste processo de difusão, que é simultaneamente, de substituição do velho e muito freqüentemente de combinação entre o novo e o velho, influem a **forma racional** em que a nova concepção é exposta e apresentada, a **autoridade do expositor** e dos pensadores e cientistas nos quais o expositor se apóia, a **participação** na mesma organização daquele que sustenta a nova concepção.¹¹⁴

Nesse entendimento, “pode-se concluir que o processo de difusão, das novas concepções ocorre por razões políticas, isto é, em última instância, sociais; entretanto, o elemento formal (a coerência lógica), o elemento autoritário e o elemento organizativo têm uma função muito grande neste processo”.¹¹⁵

Disto, Gramsci conclui que:

¹¹⁴GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 25 [grifos nossos].

¹¹⁵ Idem.

“Nas massas, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé. Em que elementos baseia-se a sua filosofia? E especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta?”

“O elemento mais importante é de caráter não racional – é um elemento de fé. Mas, de fé em quem e em quê? Notadamente no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também diferentes como ele: o homem do povo pensa que, no meio de tantos ele não pode se equivocar radicalmente, como o adversário, argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que em seu grupo, existe quem poderia fazer isto, certamente ainda melhor do que o referido adversário, e de fato, ele se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira que ele se convenceu de sua justeza, as razões da sua fé”.¹¹⁶

Essa fé no grupo social ao qual pertence pode ser bastante significativa e legível se pensarmos a partir do pressuposto do Projeto Pró-Criança, no qual busca-se conseguir co-responsáveis dentro da comunidade, também como porta-vozes de um projeto que se anuncia como sendo governamental, mas que se legitima a partir da própria atuação e interesse da comunidade. Desse modo, são pessoas pautadas nos mesmos princípios de conduta, que se convenceram e podem convencer, podem transformar-se em agentes de difusão e fusão de conformismos.

Um outro meio de chegar ao senso comum, pode ser também a partir da repetição, a qual, segundo GRAMSCI, constitui-se no meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular, desse modo não se deve cansar jamais de repetir os

¹¹⁶ Ibidem, p. 26.

próprios argumentos.¹¹⁷ Eis uma estratégia bastante utilizada pelo Pró-Criança e pelo seu maior representante, Esperidião Amin.

Porém, aqui se faz necessário uma distinção fundamental, GRAMSCI propõe uma elevação intelectual da massa, para que, fazendo a crítica de suas posturas, supere o senso comum. O Pró-Criança trabalha fundamentalmente na construção e consolidação de consensos referentes à pobreza e empobrecedores da existência e da historicidade humana.¹¹⁸

Contudo, é conveniente não perdermos de vista a dimensão que GRAMSCI nos apresenta e que também se traduz numa preocupação de CHAUI, isto é, a dimensão de que “as massas populares jamais mudam a sua concepção aceitando-a em sua forma ‘pura’, apenas e sempre como combinação heteróclita e bizarra”¹¹⁹, ou na fala de CHAUI:

O cotidiano não pode ser pensado como um lugar mítico onde, em sua pureza, os pobres se apresentam como são, libertos de ideologias estranhas. Melhor vê-lo em sua ambigüidade de ‘conformismo’ e ‘resistência’, expresso na ‘consciência’ fragmentada da cultura popular.¹²⁰

2.2. Qual política para a Infância está sendo proposta?

A dimensão do questionamento acima elaborado ganha visibilidade a partir do conteúdo do título do presente capítulo, através do qual explicitamos a idéia de

¹¹⁷ Ibidem, p. 27.

¹¹⁸ Compreendemos que as citações de Gramsci referidas neste trabalho exigem aprofundamento; elas implicam em mediações aqui ainda não presentes.

¹¹⁹ Ibidem, p. 25.

¹²⁰ CHAUI, apud SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 141.

conformidade entre as propostas de atendimento a crianças em idades de 0 a 6 anos, em âmbito nacional, referentes aos primeiros anos da década de 1980 e, às propostas que fundamentam o Projeto Pró-Criança em Santa Catarina.

Assim, visando a ampliação da compreensão desta conformidade e, por conseguinte o entendimento de qual política para a infância está sendo proposta, mas não apenas para a infância, trazemos recortes de alguns dos principais documentos norteadores das mesmas, dentre eles, o Documento elaborado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, intitulado **Propostas para o Atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade**, o **Documento Básico Pró-Criança** e os **Informativos** do mesmo Projeto.

A partir do Documento Básico tem-se o pressuposto de que a “ação direta junto à criança passa a ser um pólo irradiador de um processo muito mais amplo junto à família e à comunidade”¹²¹. O que remete a uma profunda significação, qual seja, a criança é vista enquanto um pólo irradiador do processo. Entretanto o que vem a ser exatamente isso? Pólo é um norte, o que dirige, o que encaminha, o que guia. Irradiador – que projeta em diversas direções. Nesse sentido, a criança passa a ser um dos meios mais rápidos e eficazes para se atingir o contexto familiar e deste modo, passa a ser também instrumento de convencimento da positividade de determinadas posições do Estado que definem não apenas a forma de cuidado da criança de 0 a 6 anos, mas definem em grande medida a proporção da ausência do Estado nesta e em outras tarefas.

Confirmando esta idéia da criança enquanto pólo irradiador, o mesmo documento alerta para não “confundir o processo educativo com a escolarização. O

¹²¹ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

processo educativo começa antes da escolarização e vai muito além dela. É permanente”.¹²²

Considerando que a educação infantil quando levada a sério, com todos os recursos de que precisa tem um custo elevado, sobressai, dessa aparente clareza exposta no documento acerca da distinção entre o processo educativo e a escolarização, a justificativa de descomprometimento da própria escolarização, embutindo nela uma negatividade, refletindo uma falta de vontade política que não se restringe à falta de interesse, ao contrário reflete o seu interesse a partir do desinteresse.

Essa discussão ganha relevo no trabalho de AURAS, no qual a autora questiona a ausência de vontade política da parte dos governantes, em construir uma escola pública de boa qualidade para todos. E assim argumenta:

Porque a escola é importante no processo de construção da hegemonia popular. A especificidade do trabalho escolar reside na socialização do saber, na difusão de verdades já descobertas e na descoberta de novas verdades. Nesta perspectiva, a educação passa a ser entendida como instrumento de luta, como trabalho de superação do senso comum e de construção da consciência articulada, crítica, filosófica, com vistas à criação de uma nova cultura”.¹²³

Evidentemente que tendo a Escola essa especificidade, apontada por AURAS, o projeto Pró-Criança tende a distinguir fundamentalmente o processo de escolarização do processo educativo, que por sua vez acontece ininterruptamente.

Sem querer reduzir a uma simplificação maniqueísta, convém destacar que este Projeto é fruto de uma conjuntura histórica profundamente marcada pelo fortalecimento

¹²² Idem.

¹²³ AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: Da Guerra aos “Fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991, p. 14-15.

de movimentos sociais em Santa Catarina (e no Brasil), por movimentos que, como no caso da luta dos educadores em Santa Catarina, “com suas demandas específicas exigiam a democratização do poder, melhores condições de trabalho, melhor qualidade de vida”¹²⁴. E, principalmente, exigiam uma ampliação da participação na definição dos planos governamentais para a Educação.¹²⁵

Assim sendo, com o intuito de forjar uma renovação conservadora, é que Esperidião Amin insere-se neste contexto, o qual viabiliza a construção de uma política pautada na tão anunciada “opção pelos pequenos”, propagando uma participação, que não era evidentemente a mesma proposta pela Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC). Para esta, a questão da participação como pressuposto da democratização era vista como a possibilidade de “abrir espaços nas decisões autoritárias e arbitrárias”.¹²⁶

Por outro lado, a participação tencionada aos “pequenos” identificava-se muito mais com a execução de obras, com a participação na colaboração de doação para viabilização de um projeto que se propunha “integrado”.

Posição inversa à participação idealizada pela ALISC pôde ser facilmente vislumbrada a partir da postura de Esperidião Amin enquanto governador do Estado, frente à greve de Professores:

¹²⁴ AURAS, Marli et. al. A democratização da educação em Santa Catarina: um outro estilo de diagnóstico – documento síntese. *Perspectiva*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, nº 23, p. 48

¹²⁵ Sobre o Processo de democratização da educação em Santa Catarina, ver: AURAS, Marli et. al. A democratização da educação em Santa Catarina: um outro estilo de diagnóstico – documento síntese. *Perspectiva*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, nº 23. DAROS, Maria das Dores. Em busca da Participação- a luta dos professores pela democratização da educação. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 1999.

¹²⁶ Documento da ALISC apresentado no II Encontro Estadual de Professores realizado em Lages, em abril de 1982. Arquivos SINTE/SC Apud DAROS, Maria das Dores, p. 89.

Em 1983, frente ao descaso do governo estadual para com as reivindicações do professorado, sobretudo do ponto de vista salarial, uma vez que o recém empossado governador Esperidião Amin havia prometido, enquanto candidato, remuneração sempre acima dos índices da inflação, irrompe em todo o Estado, durante os dias dois a doze de maio, um movimento de paralisação dos docentes. O governo do Estado manteve-se irredutível e nenhum atendimento imediato concedeu às reivindicações dos grevistas. Ao contrário, promoveu punições. Muitos professores tiveram seu salário de maio diminuído em um terço, em função do desconto relativo aos dez dias parados. Foram enormes as pressões exercidas pelo aparelho estatal sobre os educadores, via diretores de escolas: suspensão de professores, transferência de alunos e orientadores educacionais que haviam apoiado o movimento grevista.¹²⁷

Diante deste aparente descaso, frente ao movimento dos Professores, o governo acaba por reconhecer, naquele contexto, o poder que emana de tais manifestações; não se trata apenas da resistência às reivindicações salariais, mas das dimensões que essas vitórias podem adquirir.

Guardadas as devidas proporções e singularidades, a questão que se coloca nesse momento é muito mais complexa; é o que podemos depreender da análise de SADER em relação à greve dos metalúrgicos de São Bernardo-SP em 1979, quando Luís Inácio da Silva falava para 90 mil trabalhadores e, na análise do referido autor, todo o discurso era efetivamente montado em cima da convocação, de um chamado para o engajamento, de um conflito que não era apenas salarial, mas que começava a “ser investido de um significado maior, vinculado à própria honra dos que o assumiram”.¹²⁸ Neste sentido, a

¹²⁷ AURAS, Marli et. al. A democratização da educação em Santa Catarina: um outro estilo de diagnóstico – documento síntese. *Perspectiva*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, nº 23, p. 55.

¹²⁸ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 190.

manutenção da greve significava também ou sobretudo, “afirmar a própria dignidade contra o desrespeito com que pretendiam tratá-los”.¹²⁹

Esses enfrentamentos ganhavam uma dimensão histórica, que exigiam reconhecimento e mudanças, contudo, as mudanças concernentes à forma de atuação do Estado apresentavam-se sob a forma de uma renovação conservadora, que não ocorreu de forma isolada em Santa Catarina, pois como indica GERMANO houve também um processo de renovação das denominadas elites oligárquicas no nordeste, a partir de 1979. Segundo o autor, a partir deste período, surgem políticas ditas “modernas”, embora diretamente vinculados à ditadura e à forma de dominação existente. E,

“embora tenham pertencido a Arena e, depois ao PDS e representem o conservadorismo e a manutenção dos interesses mais atrasados, esses políticos adotavam um discurso “avançado” de denúncia e crítica da situação de miséria social do povo nordestino, ao mesmo tempo em que faziam uso de fortes apelos participacionistas e democratizantes.”¹³⁰

Deste modo a candidatura de Esperidião Amin não ocorreu de forma aleatória, e sim muito antes do ano pré-eleitoral, como afirma Henrique Córdova (ex-governador) anos mais tarde. Segundo este, ao nomear Amin para o cargo de Secretário dos Transportes e obras, o então governador Jorge Bornhausen já havia “optado” pelo seu sucessor.¹³¹

Nesse mesmo sentido, AGUIAR constata, conforme relatórios oficiais do Tribunal de Contas, que esta Secretaria “detinha no governo Bornhausen/Córdova a

¹²⁹ Ibidem, p. 191.

¹³⁰ GERMANO, J. Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993, p.231.

¹³¹ AGUIAR, Itamar. **As Eleições de 1982 para governador em Santa Catarina – Táticas e Estratégias das Elites no confronto com as Oposições**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991, p. 55

maior dotação orçamentária. Constituiu-se numa espécie de núcleo do governo”.¹³² O que possibilitou um grande número de obras, sendo que “o maior número de realizações ocorreram nos anos eleitorais e (mesmo pré-eleitoral), como no caso de 82”.¹³³

Esse conjunto de ações permitiu a constituição do slogan de campanha eleitoral presente na Carta dos Catarinenses: “Quem fez, vai fazer”.

De tal modo, é que a Carta dos Catarinenses atesta a respeito de Amin:

“Como Secretário dos Transportes e Obras integrou um governo que conseguiu formar respeitável acervo de realizações de cunho social. Nessa função desenvolveu um trabalho que dá consistência à sua plataforma política ao posto de Governador do Estado. O PEQUENO PRIMEIRO não é uma preocupação de hoje”.¹³⁴

Mas, em se tratando do Projeto Pró-Criança, o que significa de fato esta preocupação com o pequeno?

Segundo o Documento Básico:

Considerando, pois, suas características eminentemente preventivas e por incidir diretamente sobre os fatores que influenciam o rendimento escolar, a ação junto aos pequenos é estratégia para a promoção da igualdade de oportunidades, entendida não apenas como igualdade de acesso mas especialmente de sucesso.

Aqui se faz necessário perguntar que espécie de igualdade é esta que está sendo proposta pelo Projeto, igualdade de oportunidades, quais? Ou seria uma igualdade pautada sobretudo, nas diferenças?

¹³² Ibidem, p. 146.

¹³³ Idem.

¹³⁴ AMIN, E. ; FONTANA, Victor. **Carta dos Catarinenses**. Florianópolis: [s.n], 1982. Não paginado.

As justificativas apresentadas pelos idealizadores do Projeto pautam-se, especialmente nas necessidades que a economia de mercado impõe, porém há uma nítida preocupação de expor quem de fato é o alvo deste projeto:

Nas economias de mercado a crescente participação da mulher no sistema de produção condicionou a multiplicação de agências destinadas a “tomar conta” das crianças, enquanto as mães trabalham ou participam de ‘chás e shows’. Para a **clientela** das camadas médias e altas, as soluções se deram a nível das forças de mercado. Para as **camadas mais baixas** tornou-se **indispensável a presença do Estado**, através de seus órgãos assistenciais.¹³⁵

Sem pretender generalizar, mas com o intuito de caracterizar o que o Documento do Pró-Criança está propondo, temos de um lado, aquelas mulheres tidas como grandes consumidoras, participantes de eventos sociais, do outro, mulheres que saem para trabalhar e, concomitantemente temos as Escolas particulares e os órgãos assistenciais, demarcando uma fronteira entre privilégios, direitos e necessidade.

Com base em dados sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho¹³⁶, o Documento Básico propõe que, “hoje, entre nós, a ação direta junto aos pequenos é um imperativo da política social proposta, pois, por um lado, significa uma renda indireta para as famílias, por outro, possibilita a ampliação direta da renda familiar pela possibilidade de as mães exercerem as atividades remuneradas”.

¹³⁵ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado. [Grifos nossos].

¹³⁶ Os dados censitários registram que na década 1970/1980, a força total de trabalho do Estado aumentou em 53,4% enquanto a participação da mulher nesta força, no mesmo período, aumentou em 103,8%. Especificamente no setor secundário o crescimento da força de trabalho foi de 139,6%, enquanto a participação da mulher no mesmo setor, aumentou em 336,4%. Há que se considerar, ainda, a presença da mulher no mercado informal de trabalho. In: COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

E o que vem a significar isto para o Estado, e principalmente, para Esperidião Amin, intimamente ligado a grupos empresariais?¹³⁷

Significava evidentemente maior lucratividade e a manutenção e consolidação do poder do capital, já que a mão de obra feminina tem sido historicamente ainda mais explorada do que a masculina, e certamente “liberar” essas mulheres para o mercado de trabalho era conveniente, ainda mais quando as condições de cuidado ofertadas para os filhos dessas trabalhadoras eram visivelmente precárias. Contudo, esse atendimento é anunciado pelo Projeto em questão por outras características, como educação integrada, comunitária e especialmente, por ampla “criatividade”. E assim justificam esse projeto:

Considerando-se os dois eixos básicos que fundamentam a política social, ou seja, participação e emprego/renda, pode-se avaliar o alcance imediato e remoto do Pró-Criança: atinge o pequeno no seu contexto (família e comunidade) e valoriza a participação não apenas como estratégia para, mas, acima de tudo, como o conteúdo do próprio processo de educação comunitária. Convém, no entanto, frisar que a proposta não é de escolarizar os pequenos. A ampliação do atendimento institucional, quando for necessário, deverá ser sempre acompanhada de ampla criatividade, no sentido de propiciar as melhores condições para os pequenos viverem em plenitude o “ser criança”.¹³⁸

Diante do exposto, é possível inferir que o Pró-Criança pretende cuidar do processo educativo dessas crianças, o que neste caso significa a negação da

¹³⁷ Uma das informações que reafirma esta ligação de E. Amin a vários grupos empresariais é que o próprio Diretório Regional do PDS (partido a que Amin era vinculado) era composto por vários representantes de grupos empresariais, dentre os mais conhecidos: Ivan Orestes Bonato, Grupo Perdígão, ingressara em 1983, Secretário da Fazenda no governo Bornhausen/Córdova; Atilio Francisco Xavier Fontana, grupo Sadia, membro fundador em 1980; o mesmo ocorrendo em relação a Victor Fontana, etc. (Conf. Aguiar, p. 188-190).

¹³⁸ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

escolarização¹³⁹ e por outro lado, pode ainda justificar qualquer ação, em qualquer área, saúde, cultura, etc., como sendo parte integrante de tal Projeto, e daí a constatação de que nele tudo cabe.

Ao referenciar o III Plano Setorial de Educação, o Documento Básico aponta que “nessa faixa etária, especialmente, as ações educativo-culturais precisam estar integradas com outras iniciativas de política social, particularmente com as de saúde, saneamento, alimentação e organização comunitária”.¹⁴⁰

Por que é necessária esta integração, porque se trata essencialmente de sobrevivência?

A linguagem adotada por tal Documento traz à tona o referencial do projeto Pró-Criança, expondo quem de fato são os seus alvos:

Os que mais precisam de ajuda são os portadores de problemas de ordem física e/ou mental e os que vivem nos maiores focos de pobreza, ou seja, nas áreas rurais (agricultores sem terra) e nas periferias urbanas, entendidas estas não no mero sentido geográfico, mas como as áreas de concentração da população urbana carente. Dois outros focos merecem destaque: as comunidades pesqueiras e a região carbonífera onde, além dos problemas sócio-econômicos, existe a poluição ambiental (solo, água e ar), registrando-se um dos maiores índices de mortalidade infantil do Estado. Embora não se constitua em um foco localizado geograficamente, merecem uma atenção especial os filhos de delinqüentes e das vítimas de crimes violentos.¹⁴¹

¹³⁹ Cabe ressaltar que esta questão ainda não é algo resolvido dentro do campo da educação infantil. Nas palavras de ROCHA: (...) se parece termos chegado a um consenso sobre a educação infantil como espaço educativo, o mesmo não acontece em relação à definição do que isso significa e de como deve ser viabilizada esta possibilidade junto às crianças de 0 a 6 anos de idade. Afirmar que a creche e a pré-escola, além de desempenharem um papel social específico na sociedade industrial contemporânea, define-se por ser um local onde deve prevalecer a intencionalidade e a sistematização do trabalho realizado junto à criança, parece estar longe de configurar-se como um consenso e uma obviedade. A questão da caracterização deste espaço educativo e a definição de critérios mínimos para a qualidade do atendimento prestado às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos permanecem como desafios. In: ROCHA, Eloísa A. C. R. et. al. **Creches e Pré-escolas: diagnóstico das instituições educativas de 0 a 6 anos em Florianópolis**. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: UFSC/CED/NDI, 1995, p. 8.

¹⁴⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **III Plano Setorial de educação, cultura e desportos – 1980/1985**. Brasília, 1979 Apud Documento Básico.

¹⁴¹ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

É importante não perder de vista esses focos; são, portanto, os filhos de pescadores, os que vivem nas periferias urbanas, os pobres em geral, os filhos de delinquentes e das vítimas de crimes violentos. É, enfim, essa “gatinha” que se busca deixar de fora do processo educativo mais amplo, ao mesmo tempo em que se tenta construir uma identidade, a identidade da pobreza, da seletividade.

Em artigo escrito no mesmo período em que estava sendo implementado o Projeto Pró-Criança (1984), CERIZARA apontava que ainda não existia um consenso sobre o que deveria ser a pré-escola. Muito menos sobre a criança, suas características e necessidades e, portanto, sobre o perfil do professor que atua neste nível.

Segundo a autora, “desde o início da década de setenta e se firmando nos últimos sete anos, o Estado encampou a causa do Pré-Escolar, a partir de uma orientação do ensino, onde a educação escolar é vista como investimento necessário a um tipo de desenvolvimento econômico que supostamente beneficiará a todos”.¹⁴²

Deste modo, a autora apresenta a partir do ponto de vista de PATTO, o que seria esta orientação do ensino, cabendo a pré-escola “colaborar na formação de recursos humanos, de capital humano, pois à medida em que o país se desenvolve como sociedade industrial capitalista, à medida em que a indústria se desenvolve e toma o lugar do modelo econômico agro-exportador, é necessário ampliar a faixa consumidora, ampliar a mão-de-obra qualificada e criar um clima favorável ao congelamento salarial, criando condições político-sociais que sustentem a nova ordem”.¹⁴³

¹⁴² CERIZARA, Ana Beatriz. A Pré-Escola em Questão. **Perspectiva**. Florianópolis: CED/UFSC, jan/jun, 1984, p. 71-72.

¹⁴³ PATTO, M. H. Apud CERIZARA, p. 72.

CERIZARA discute essa postura, argumentando que “a escola, chamada a cumprir o seu papel de qualificação, uma vez que é considerada importante aparato de controle ideológico e de qualificação de mão-de-obra, em pouco tempo constata a sua incapacidade em cumprir seu papel de qualificar e sujeitar, buscando-se então, solução para as dificuldades do ensino primário, no ensino pré-primário. Por outro lado, há uma crescente absorção da força de trabalho feminina, tornando-se necessário o atendimento das crianças de 0 a 6 anos”.

Considerando que falar de educação é inteiramente falar de embates, daí a diversidade de posicionamentos e percepções acerca da realidade, trazemos uma apreciação de CAMPOS sobre este momento político educacional em questão:

De **esquecido e ignorado**, o pré-escolar foi repentinamente **colocado sob os holofotes** de educadores, sanitaristas, assistentes sociais, jornalistas e autoridades (...) de tal maneira que hoje é possível identificar no discurso e na movimentação que gira em torno deste tema (...) algo que já se tornou um mito: o mito do atendimento ao pré-escolar, considerado como **solução de todos os males, compensadora** de todas as deficiências educacionais, nutricionais e culturais de uma população. Enfim, a panacéia universal.¹⁴⁴

Daí, os argumentos exaustivos acerca de uma educação integrada, leia-se compensatória, presente nos documentos do Pró-Criança e, em conformidade com uma política de âmbito nacional que, precisa construir consenso, mas sobretudo, responder à demandas populares.

A justificativa para uma educação integrada é corroborada também por SOUZA, o qual argumenta desta forma:

¹⁴⁴ CAMPOS, M. Malta. Apud CERIZARA, p. 72 [grifos nossos].

Com os avanços dos conhecimentos sobre a natureza e o ritmo da aprendizagem infantil, que nos últimos tempos foi possível obter dos progressos havidos na área da psicologia genética, e mais, com a evidência das precárias condições sócio-culturais em que vivem as populações de baixa renda que se adensam nos grandes centros urbanos, foi possível visualizar uma nova função para a pré-escola: a de preparar convenientemente as crianças de zero a seis anos para um melhor desempenho no ensino obrigatório de 1º grau. Noções como: currículo oculto, carências nutricionais e culturais, potencial intelectual da infância, programas compensatórios e outras vieram valorizar extremamente a importância educativa da pré-escola (...) seja para aumentar o rendimento, já de si alto, da inteligência das crianças socialmente privilegiadas, seja para suprir as desvantagens culturais dos filhos da pobreza material e intelectual.¹⁴⁵

Na perspectiva deste autor, a pré-escola é entendida como um instrumento de educação compensatória, para uma pobreza que ele define como sendo material e intelectual, colocando a realidade de forma dicotômica, na qual de um lado pobre/pobreza intelectual e material, do outro, a criança rica/riqueza intelectual e material. Assim, na sua leitura, o pré-escolar está na condição de “indispensável pré-requisito para a fase de ensino formal obrigatório, que, no Brasil, vai dos 7 aos 14 anos (...) o que importa não são as séries formais nem os rótulos hierárquicos dos estágios sucessivos de aproveitamento dos alunos, como também **pouco interessa haver ou não prédios especialmente construídos** para esse fim. Importa, isso sim, **mobilizar todos os recursos oficiais e comunitários** para a realização de verdadeira cruzada de **recuperação das crianças carentes** (...) com professores especializados ou com **leigos emergencialmente qualificados** (...)”¹⁴⁶

Nesta mesma perspectiva SOUZA prossegue: “afinal, quanto de economia não seria possível fazer-se, se se pudesse garantir o fluxo regular do alunado do ensino de 1º

¹⁴⁵ SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Pré-escola: uma nova fronteira educacional**. Série Cadernos de Educação. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987, p. 11.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 12 [grifos nossos].

grau, da 1ª à 8ª série, sem reprovações e evasões, senão as que são inevitáveis, mesmo nos sistemas de ensino de maior eficiência?”¹⁴⁷

Ou ainda:

“Dinheiro gasto em educação infantil é dinheiro ganho, com juros e correção monetária, no ensino regular”.¹⁴⁸

Esta mesma orientação, já estava presente em um livro/documento elaborado pelo Centro Internacional da Infância, a pedido da Unesco, em 1976, onde podemos ler:

Prevalece a impressão que a educação pré-escolar deveria fazer parte integrante das estruturas educativas globais e, conseqüentemente, não deve ser considerada unicamente como um luxo. Ela tem um significado novo na perspectiva da educação permanente e um papel importante a desenvolver na marcha em direção à democratização da educação. Em numerosos países com orçamentos limitados, ela não pode ser, contudo, generalizada, enquanto medidas severas não reduzirem seu custo. Para que isto seja feito, deve-se procurar novas abordagens e **fórmulas engenhosas** que tirem proveito dos recursos educativos oferecidos pela comunidade e da relação entre a educação pré-escolar e o contexto social e cultural.¹⁴⁹

Do ponto de vista do Projeto Pró-Criança, esse processo de convencimento da viabilidade de uma política para a infância sob a égide de um barateamento e qualificação desqualificadora é apresentada sob diversas justificativas, uma delas é a de que “**os grandes precisam ser gente**”, isto é, aquele que trabalha com as crianças de 0 a 6 anos. Assim, o Documento Básico enfatiza que:

¹⁴⁷ Ibidem, p. 15.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 16.

¹⁴⁹ CENTRO INTERNACIONAL DA INFÂNCIA. **O desenvolvimento da criança** – do nascimento aos seis anos. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, Série Cadernos de Educação, 1987, p.63 [grifos nossos].

O último estágio da carreira do magistério universitário é o de “professor titular – ter títulos. Pode-se até constatar casos em que a bagagem acadêmica é inversamente proporcional ao equilíbrio emocional do professor. Para trabalhar com os pequenos é **preciso, acima de tudo ser gente**. Muitos dos que têm vivência não tem a adequada formação científica. Outros passam por um processo regular de formação que pouco tem a ver com a realidade em que vão atuar.¹⁵⁰

Das entrelinhas subjazem os verdadeiros significados desta defesa em prol da desqualificação profissional. Será que para quem é “pequeno” qualquer coisa serve? E aqui, nos referimos à ambigüidade do termo, que soa como desassistido ou desafortunado. Aliás, como argumenta FONTANA, acerca da sintomática expressão “cidadãos desassistidos”, utilizada por Ângela Amin na campanha municipal de Florianópolis em 1996, e que está bastante presente nos documentos do Pró-Criança: “sua consciência política só lhe permitia [permite] ver os efeitos de uma causa, não o produto de uma relação de exploração, que torna o cidadão não apenas eventualmente desassistido, mas estruturalmente explorado, que só um discurso crítico sobre a realidade pode revelar. (...) Sua concepção de governante não é a de uma autoridade que represente cidadãos, ou lhes franqueie parcelas de poder, mas um exercício seletivo de mando inquestionável que, paternalisticamente (matriarcalmente) confere assistência a uma massa carente”.¹⁵¹

Gradativamente a participação comunitária no atendimento a crianças de 0 a 6 anos vai ganhando impulso nos discursos e práticas por justificativas persuasivas e devastadoras tais como, por sua viabilidade financeira, a integração e participação da comunidade, enfim, uma forma de construir uma democracia ancorada no princípio de doação, solidariedade e comprometimento (da comunidade), ao contrário do Estado que

¹⁵⁰ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

¹⁵¹ FONTANA, Remy In: GRANDO, Sérgio (org.). **Florianópolis de todos**. Florianópolis: Ed. Insular, 2000, Prefácio, p. 41.

firma as suas bases numa perspectiva de gerenciador, mas não de executor. E principalmente desqualifica o institucional, visando uma descaracterização da “res pública”.

Assim, enfatizando o problema da falta de opções de atendimento às crianças, vão sendo construídos consensos, e um deles sob a premissa de que para ser educador da criança basta gostar delas, basta ter amor; ao mesmo tempo em que se salienta a veemente importância dessa intervenção na faixa etária de 0 a 6 anos. Mas afinal, o que é decisivo mesmo?

Os idealizadores do projeto afirmam intensamente que “tudo se decide antes dos sete anos”, porém, concomitantemente descaracterizam esta afirmação ao longo do Projeto, no interior das propostas de efetivação do Pró-Criança. Porque afinal o que está em jogo, principalmente, é a forma como o homem e a realidade vêm sendo concebidos.

A dicotomia grande/pequeno reflete a percepção de uma minoria que acena para a infalibilidade de um destino, para uma realidade cuja síntese é a de “um homem que anda sobre a cabeça”¹⁵², em oposição à síntese da filosofia da práxis, isto é, “o homem que caminha sobre as pernas”.¹⁵³

E este homem que caminha sobre as pernas é, nas palavras de FERNANDES, “a turbulência dos de baixo [os “pequenos”] que se tornou persistente e contínua, como uma chuva fina, não há como arredá-la. A compressão ditatorial forçou o aparecimento e a consolidação de órgãos de base que permitiram e deram eficácia às comissões de

¹⁵²Síntese elaborada por Gramsci acerca do pensamento de Hegel. In: GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. p. 107.

¹⁵³ Síntese da filosofia da práxis, em contraposição à síntese do pensamento de Hegel. In: GRAMSCI, A. op. cit., p. 107.

fábrica, aos comitês de bairro, as associações de camponeses (...)”¹⁵⁴, ou as reivindicações de mães/trabalhadoras por atendimento a seus filhos, ou ainda por movimentos de educadores em busca da democratização da educação não apenas no sentido de expansão, mas de qualificação e participação no interior das decisões.

As respostas a essas demandas são dadas no interior do Pró-Criança, de forma, às vezes, bastante hábeis e sutis, como é o caso da justificativa de desqualificação do profissional que cuida/educa a criança e, por conseguinte, da desqualificação da área. Deste modo, afirmam que...

O problema mais crítico localiza-se nos dois primeiros anos de vida e que para esta faixa etária o atendimento institucional é mínimo, torna-se urgente investir nos “grandes” junto aos quais o pequeno vive, ou seja, a constelação familiar, com ênfase no papel da mãe. **Para este tipo de ação é necessário um educador comunitário (...)** Esta atividade é por definição interdisciplinar, intersetorial e integrada. Apesar da terminologia sofisticada trata-se de uma ação simples que **muitas mães ou líderes comunitários fazem muito bem e poderão ensinar os “doutores”**.¹⁵⁵

Considerando as especificidades, o Pró-Criança orienta-se por demandas que não são tão diversas das existentes no âmbito nacional. Sendo desta forma, possível vislumbrar uma conformidade entre as propostas do Projeto Pró-Criança e as propostas apresentadas pelo Documento do Ministério da Previdência e Assistência Social, que sobressaem-se pelas mesmas justificativas para as formas de atendimento a crianças “carentes” de 0 a 6 anos, pautando-se fundamentalmente numa desqualificação profissional, num barateamento, isto é, são programas que têm baixo custo na ponta, mas que gastam na máquina administrativa criada para sua execução e na propaganda

¹⁵⁴ FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p.25.

¹⁵⁵ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado. [grifos nossos].

expressa. Compartilha-se ou delega-se às comunidades os custos, soma-se os lucros e os benefícios para os donos do capital (os grandes).

Não obstante as inúmeras recomendações e prescrições acerca das formas “engenhosas” de atendimento a estas crianças, o documento do Ministério da Previdência e Assistência Social sugere, que não se trata da elaboração de uma política nacional de atendimento ao “Pré-escolar carente”, mas essencialmente de “realizar um estudo com vistas a oferecer subsídios, através de propostas concretas ao aperfeiçoamento das ações em desenvolvimento, à estimulação de novas ações, à racionalização do próprio esforço ministerial e mesmo à elaboração de uma política nacional para o setor”.¹⁵⁶

A melhoria da situação em que se encontram as crianças, segundo a análise dos proponentes, isto é, Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Assistência Social e Fundo das Nações Unidas para a Infância, implica na necessidade de intervenção nos fatores responsáveis por essa situação, a qual consideram resultar de um jogo complexo e permanente de forças: onde de um lado, está o próprio indivíduo, com seu potencial bio-psíquico, de outro, está o ambiente físico, social e econômico.

Porém, esses fatores parecem existir como os pobres no cosmos dos livros didáticos analisados por ECO e BONAZZI, são um fenômeno natural, como a chuva e o vento, existem de per si, como os castores ou pingüins¹⁵⁷, como se não fossem frutos da historicidade das relações humanas.

¹⁵⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade**. 2ª ed. Brasília: MPAS/SPR, 1983, p. 14.

¹⁵⁷ ECO, Humberto; BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980, p. 21.

Para caracterizar as propostas apresentadas, o MPAS desdobra os “serviços prestados”¹⁵⁸ em dois tipos: “os serviços básicos de natureza preventiva – de promoção geral das condições de vida e de proteção específica a grupos de populações mais vulneráveis e os serviços de recuperação/reabilitação que se exercem sobre incapacidades e carências agudas individuais”.¹⁵⁹

Um dos argumentos, para justificar estas propostas de atendimento digamos atenuantes do UNICEF/MPAS, é o de optarem pela estratégia de serviços básicos, porque tinham presente que esta era a mais recomendada ao atendimento das necessidades essenciais de 13 milhões de crianças carentes – a operacionalização simultânea de alguns de seus princípios básicos seria capaz de produzir melhorias sensíveis na situação daquelas mesmas crianças.¹⁶⁰ A seguir apresentamos resumidamente algumas das principais características e respectivas justificativas destas propostas de atendimento a estas crianças.

Uma primeira característica apresentada seria o atendimento integrado à criança de 0 a 6 anos, cujas justificativas seriam a de que “a criança é um todo, e pelo menos suas necessidades básicas: saúde, nutrição e estimulação essencial devem ser atendidas de forma integrada”. Uma outra justificativa seria as recomendações internacionais (UNICEF, 1979; Winick, 1980; Gwatkin et al, 1979, etc) e nacionais (Didonet, 1979; COBES, 1980; OMEP/Brasil, 1980, etc.)”.¹⁶¹

¹⁵⁸ Expressão utilizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

¹⁵⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade**. 2ª ed. Brasília: MPAS/SPR, 1983, p. 14.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 13.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 14-16.

A segunda característica seria o atendimento à criança em todas as idades de 0 a 6 anos, justificado a partir da premissa de que “o processo de desenvolvimento bio-psico e social é contínuo, portanto, o atendimento também deve ser contínuo”.¹⁶²

A terceira seria o atendimento prioritário às crianças de baixa renda, já que, segundo tal documento, “são estas que têm seu processo de desenvolvimento mais prejudicado e que, sobrevivendo, serão portadoras de seqüelas de toda ordem”.¹⁶³

Uma outra característica apresentada refere-se a ampliação da cobertura, as justificativas viriam da constatação que de “22 milhões de crianças de 0 a 6 anos, somente 6% são atendidas (pelo Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Previdência e Assistência Social/ Legião Brasileira de Assistência), a ampliação de cobertura se torna um princípio básico. Das 6% atendidas, grande parte é constituída por crianças dos extratos favorecidos da sociedade”.¹⁶⁴

Essencialmente, as características apresentadas conciliam a prioridade às ações preventivas e a participação comunitária, com base nos argumentos de que são “as mais eficazes, por utilizar tecnologias simples e pessoal sem especialização (mas treinado), permitindo assim uma ampliação de cobertura devido ao custo unitário relativamente baixo”; e a participação comunitária representaria a “observância do direito que as comunidades têm de discutir e decidir sobre questões que lhes dizem respeito. Neste sentido, o próprio apoio aos programas será maior”.¹⁶⁵

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

É importante lembrar que o número de crianças desnutridas no Brasil, em 1980, era de 12 milhões, e estas representavam no momento da elaboração do documento do MPAS um contingente de 13 milhões de crianças. In: MPAS, op. cit., p. 14.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 14-16.

¹⁶⁵ Idem.

Há aqui, a nosso ver, uma inversão, argumenta-se que se trata da observância dos direitos das comunidades, mas esta participação não se restringe a execução?

E por fim, o documento apresenta a ampla participação de mães, gestantes e nutrízes e a utilização de capacidade ociosa existente. Na primeira característica, o argumento é de que “a mãe é beneficiária e recurso humano fundamental (como agente de nutrição, saúde, estimulação essencial, que esta é capaz de localizar-se e de comunicar-se com profissionais de saúde, nutrição, de educação e também de alterar as relações de comunicação e decisão entre os membros da família, especialmente marido e filho, passando a atuar de forma mais protetora sobre o segundo)”. Na segunda, “em geral, as ações básicas não necessitam de instalações complexas e especializadas; contribui à redução do custo, viabilizando ampliação da cobertura. Sendo necessário construir, as instalações serão simples”.¹⁶⁶

E, na esteira dessa proposta, segue o Projeto Pró-Criança com a perspectiva de “construir gente, não prédios”.¹⁶⁷

Desse modo,

o ponto de partida deverá ser sempre a realidade existente. Mesmo as pequenas aldeias têm algum **espaço comunitário disponível**: igreja, galpão de festas, escola (...) Construir novas unidades somente quando ou não houver outra alternativa. Assim mesmo, **essas construções devem ser muito semelhantes às casas nas quais as crianças vivem** e sempre que possível devem servir como instalações comunitárias polivalentes. Aproveitando outros espaços existentes, como praças públicas, sedes de associações, clubes sociais, parques, campos de esportes, casa de moradia. E porque não desenvolver, também, atividades sem base física definida?¹⁶⁸

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

¹⁶⁸ Idem [grifos nossos]

Compreendendo a partir de GRAMSCI, que a “opinião pública está estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a sociedade política, entre o consenso e a força” e que o Estado “quando quer criar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”¹⁶⁹, podemos inferir que o Pró-Criança utiliza-se de diversas táticas para a consolidação de uma opinião pública favorável, seja através das estreitas relações do governador Esperidião Amin com donos ou representantes de órgãos de comunicação¹⁷⁰, seja através do conteúdo do projeto que vem a público não enquanto o descomprometimento do Estado, mas enquanto defensor e propiciador da participação da comunidade; ou no conteúdo público sob a forma de integração ambiental do sujeito, não enquanto barateamento e sujeição às mesmas condições econômico-sociais expostas como naturais.

2.3. Como foi criado o Projeto Pró-Criança?

Até o presente momento, temos nos empenhado no sentido de compreender o Projeto Pró-Criança enquanto uma determinada resposta a complexificação da sociedade civil; complexificação que ocorre não apenas em âmbito regional, mas que se integra a uma realidade mais ampla, na qual o problema da criança, principalmente na faixa etária de 0 a 6 anos, vai ganhando visibilidade e, através de uma multiplicidade de vozes, a noção de criança enquanto um ser de direitos vai sendo lentamente ampliada.

¹⁶⁹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vl. 3, 2000, p. 265.

¹⁷⁰ Sobre a relação de Esperidião Amin e os empresários da comunicação, ver: AGUIAR, Itamar, principalmente o capítulo III, intitulado **A estratégia do governo federal e estadual na campanha do PDS**.

No entanto, as políticas destinadas à infância, têm sido constituídas no interior de uma diversidade de posições (algumas delas já mostradas em momentos anteriores neste trabalho), posições estas que levaram a substanciais transformações na década de 80, dentre essas transformações, como nos alerta CAMPOS, “destaca-se a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/86) que reconhecem como dever do Estado o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em instituições educativas — creches e pré-escolas. Além desses documentos, as crianças tiveram seus direitos reconhecidos também, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Referencial Pedagógico –Curricular para a formação de professores de educação infantil e no atual Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI). A educação infantil passa então, a ser discutida como um direito e uma opção das famílias, sendo questionadas ferreamente as políticas governamentais pautadas na concepção compensatória, massificada e precarizada, assim como qual seria a formação necessária para quem atua na área.¹⁷¹

Do ponto de vista formal, as justificativas trazidas pelos documentos de implementação do Projeto Pró-Criança, apontam na direção de uma diversificação de vínculos empregatícios e de remuneração para prestar serviços similares no âmbito do Estado, isto é, no atendimento a crianças de 0 a 6 anos. Entre os principais problemas relacionados com este atendimento direto e indireto, formal e informal foram destacados os seguintes:

¹⁷¹ CAMPOS, Rosânia. **Políticas Governamentais e Educação Infantil: histórias ou estórias?** Artigo elaborado na Disciplina: Políticas Internacionais de Educação e suas repercussões no Brasil, PPGE/CED/UFSC, sob a responsabilidade das Professoras Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista. Florianópolis, 1999/2, p. 5-6. Não publicado.

(...) superposição de instituições para o mesmo objetivo, ocasionando conflitos; predominância de atendimento casuístico em prejuízo de uma ação global, decorrente de diretrizes e prioridades estabelecidas com participação e abrangência estadual - quem está fazendo o quê; pluralidade de fontes e pulverização de recursos condicionando a multiplicação de convênios pelos executores, com concentração de esforços nos meios burocráticos e não nos fins educativos - não há uma política definida (...) é agudizado pela existência de várias instituições, da administração estadual, que atuam junto à mesma clientela com diretrizes diferentes e especialmente com política de recursos humanos muito diversificada. A administração estadual reflete e perpetua os problemas que ela mesma critica na atuação da esfera federal.¹⁷²

Partindo destas constatações, o Pró-Criança propõe algumas atribuições, distinguindo três níveis de atuação: o primeiro, seria o nível do fazer acontecer; o segundo, o nível da coordenação¹⁷³ e o terceiro, o nível de definição da política para a infância:

¹⁷² COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p. 1.

¹⁷³ Com vistas a operacionalização desta coordenação geral tão enfatizada foi criada a **Comissão Pró-Criança**, designada pelo Governador, no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social. Essa comissão era integrada por representantes (a nível de decisão), das seguintes entidades, cuja ação global ou setorial é fundamental para os objetivos do PRÓ-CRIANÇA: Gabinete do Governador, Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense - LADESC, Legião Brasileira de Assistência - LBA, Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM, Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE, Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Santa Catarina - SEEESC, Secretarias de Estado; da Educação, do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Agricultura. **Presidente:** - Angela Regina Heinzen Amin Helou, Conselheira do Conselho de Desenvolvimento Social e Presidente da Ladesc. **Membros:** Antenor Manoel Napolini, Gabinete do Governador, Assessor especial - Especialista em Planejamento Educacional; Inez Zita de Campos Albino, Secretária da Educação, Pedagoga - Chefe da Sub-unidade de Educação Pré-escolar; Vukberto Giancesini, Secretária de desenvolvimento social, Assessor especial - educador; Mario Roberto Cavallazzi, Secretária da Agricultura, Secretário adjunto - agrônomo/economista rural; Antonio Rogério Matos, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Chefe da representação da Funabem - Advogado; Maria de Lourdes Vieira, Fundação Legião Brasileira de Assistência, Chefe da divisão de Serviço Social - Assistente social; Miriam de Fátima Bora Rosa, Movimento Brasileiro de Alfabetização, encarregada dos Programas de Desenvolvimento Cultural, Especialista em Educação Pré-escolar; Álvaro José de Oliveira, Universidade federal de Santa Catarina, Chefe do Departamento de Pediatria da UFSC, Médico pediatra; Miriam Schlickmann, Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, Professora e Diretora Assistente da Faculdade de Educação; Maria Suzanila Lopes Flores, Associação Catarinense das Fundações Educacionais, Técnica em Educação da UDESC; Irmã Maria Pauli, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina, Diretora do Curso Elementar Menino Jesus; Mariette Van de Sande Silveira, Secretária da Saúde, Diretora de Serviços Básico de Saúde do DSP, Médica sanitária; Stela Maria Napolini, Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense, Assessora Técnica - Especialista em Educação Pré-escolar; Rosita Maria Almeida D'ávila, 1ª Secretária da Ladesc, Secretária da Comissão Pró-Criança. In: COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

No nível 1 – pessoas e instituições públicas e privadas que atuam diretamente junto aos pequenos. Os que fazem efetivamente acontecer. Precisam ser apoiadas e fortalecidas técnica e financeiramente para que possam fazer mais e melhor. Ser conhecidas e conhecerem-se entre si para desencadear um processo de cooperação.

Muitas ações comunitárias além de não serem apoiadas pelo poder público, às vezes sofrem a desleal concorrência dele e de dirigentes mais interessados em promoções pessoais do que no desenvolvimento comunitário.

Apoio especial merecem as Prefeituras Municipais, que vêm se destacando pela ação crescente junto aos pequenos.

Não se trata, pois, de montar um projeto tipo “pacote”. Trata-se de ouvir, discutir com, decidir com, cooperar com. O fazer acontecer deverá ser uma expressão da identidade cultural. Nesse aspecto, o plural deve ser a regra.

No nível 2: (coordenação) – ocorrem os maiores problemas tanto no âmbito federal como estadual e municipal. Inexistência de uma política explícita para a infância.¹⁷⁴

Nesta perspectiva, o documento explicita dois principais aspectos analisados como sendo problemáticos, distinguindo os setoriais, na medida em que instituições de esferas administrativas diversas atuam em áreas semelhantes sem articulação entre si, um exemplo citado refere-se a Secretaria da Educação, Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social. O segundo aspecto seria a ausência de coordenação geral, apresentada da seguinte forma:

“Às vezes as crianças recebem alimentação, mas não dispõem dos mínimos cuidados na área de saúde. Em outros casos, as áreas de saúde e nutrição estão razoáveis, mas as áreas afetivas e cognitivas deficientes”.¹⁷⁵

E no interior desta falta de articulação e coordenação geral, o Documento Básico evidencia alguns rótulos que são prescritos à criança de acordo com a instituição que a atende. Assim, a criança passa a ser desnutrida para as instituições dedicadas à alimentação; doente para os órgãos de saúde; pré-escolar para a educação; dependente de seguro para os órgãos da previdência; menor abandonado para as entidades

¹⁷⁴ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

¹⁷⁵ Idem.

assistenciais; pivete e trombadinha para os órgãos da segurança. Ao que nós acrescentamos, “pequeno” prescrito pelo Pró-Criança.

Aliás, um fator que chama atenção no referido documento, é a maneira direta e incisiva com que são apresentadas “novas expressões”, e uma delas, bastante significativa, é a expressão “Encher a barriga/fazer a cabeça”, onde o documento alertava que isto não significava programar as pessoas, o que demonstra nitidamente a compreensão de homem, de indivíduo presente na proposta em questão, isto é, como seres autômatos, incapazes de vir a compreender a complexidade das relações.

Neste item (Encher a barriga/fazer a cabeça), o documento aponta o estado nutricional das crianças brasileiras, considerado “grande em termos de número; sério em termos de grau; crônico em termos de natureza; está atingindo crianças cada vez mais cedo nas suas vidas; está concentrado em áreas rurais e está presente em qualquer lugar onde se encontram famílias de baixa renda”¹⁷⁶, lembrando que em 1980, estimava-se que uma em quatro crianças brasileiras era portadora de desnutrição de 2º e 3º graus e que na maioria absoluta dos óbitos de criança de 1 a 5 anos, a má nutrição aparecia como causa associada às doenças típicas de regiões subdesenvolvidas.¹⁷⁷

No Documento Básico estas questões aparecem do seguinte modo:

Evidentemente, sem alimento e saúde não se pode ir longe. Mas isso deve ser o ponto de partida para um processo muito mais abrangente. E aqui se coloca uma questão fundamental: o que transmitir aos pequenos? Como formar os recursos humanos que vão atuar junto a eles? Como elaborar material adequado para o desenvolvimento cognitivo respeitando o ambiente cultural? Como desenvolver a afetividade? Que tipo de estimulação é essencial para cada idade? Quem pode/deve fazer o quê? Como estimular os pais para estimular os filhos?

¹⁷⁶ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

¹⁷⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade**. 2ª ed. Brasília: MPAS/SPR, 1983, p. 12.

Será necessário: interação cooperativa entre os que estão fazendo acontecer, os que se propõem e as instituições educacionais de todos os graus.

E, com vistas a definição dos recursos para a viabilização desses discursos, da “prioridade aos pequenos”, aparece claramente aquela que representa a maior estratégia e arma para a consecução do Projeto Pró-Criança, a “**participação**”, que assim pode ser visualizada:

Na fase do discurso foi firmado um compromisso importante: **primeiro os pequenos**. O momento que se inicia agora é o do fazer acontecer. E os recursos precisam estar presentes. O maior deles é sem dúvida a participação.

Geralmente, o discurso da participação comunitária é mais freqüente quando o poder público deseja implantar algum serviço em áreas mais pobres.

O que se deseja é uma efetiva participação das pessoas ou apenas se está sofisticando os mecanismos de exploração dos que sempre foram explorados?

É fundamental que se estabeleça uma nítida distinção entre participação e envolvimento. Envolvimento implica em executores.

Na participação **há sócios corresponsáveis** que decidem juntos durante todo o processo: planejar/ executar/avaliar. É comum afirmar-se que com participação é mais barato fazer e manter. É que o preço, embutido no processo, é a divisão do poder. Administrar participativamente é, também, coordenar conflitos.¹⁷⁸

Enfim, quanto aos recursos disponíveis ou levantados para a efetivação do Projeto em questão, além da decisiva participação comunitária proposta, a atuação do poder público segundo o documento, deve acontecer no âmbito da cooperação técnica e financeira, através de alguns instrumentos de gerenciamento como o Plano de Ação Integrada, que “deverá potenciar o uso de recursos existentes nas Instituições que se dedicam aos pequenos. Por mais que seja a racionalização do uso dos recursos existentes não poderá ser apenas com esses recursos que será viabilizado o discurso do Pró-Criança. Alguns dispositivos poderiam ser acionados: Constituição do Fundo Pró-Criança, gerido pela COMISSAO DE COORDENAÇÃO e Companhia de

¹⁷⁸ NASPOLINI, Antenor. Planejamento Participativo. *Anuário da Educação*. [S.l.]: Tempo Brasileiro, 1980 Apud Documento Básico.

Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC); negociação do PRÓ-CRIANÇA, como projeto integrado, com todas as agências da esfera federal que aplicam recursos na infância; idem com agências internacionais governamentais, intergovernamentais e não governamentais, inclusive religiosas (fundos perdidos ou melhor: ‘ganhos’).¹⁷⁹

Mas, o que de fato chega na ponta, no atendimento efetivo do dia-a-dia dessas crianças? A precariedade responde.

Podemos vislumbrar que as propostas de atendimento à criança de 0 a 6 anos têm sido orientadas pelas demandas, que se traduzem pelos movimentos sociais, pela ausência das condições propícias à própria sobrevivência destas crianças e entre outros, pela necessidade de gerar condições para que as mães pudessem trabalhar fora de casa; no entanto, as propostas vêm acompanhadas, de forma implícita, à defesa da baixa qualidade da educação infantil, o que compreende a desvalorização da criança, sobretudo das classes populares, já que apenas o 1º grau era considerado obrigatório pelo Estado, isto é, entre a idade de 7 a 14 anos.

“Desse modo, concentrando sua atuação na faixa do ensino obrigatório, os governos estaduais e as prefeituras municipais deixaram o pré-escolar e o 2º grau como áreas abertas às escolas privadas”.¹⁸⁰

Considerando que “uma definição mínima de democracia reconhece como tal o regime onde exista um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos

¹⁷⁹ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

¹⁸⁰ CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: ed. da UFF. Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991, p. 331.

interessados”¹⁸¹, pode-se depreender que o sentido de participação dentro do Projeto Pró-Criança ganha uma dimensão restrita, no que concerne ao âmbito das decisões políticas e de participação da “res publica”, mas ao mesmo tempo ganha uma dimensão ampla, já que propõe uma participação integrada e com isto o caráter de que tudo cabe. Nessa perspectiva, as formas de cuidado das crianças vão ser amplamente influenciadas e a partir disso decididas, podendo ser visualizadas também a partir da exacerbação da importância da família no processo educativo. Cabe ressaltar, que não almejamos aqui negar esta importância, mas gostaríamos de mediar esses discursos no interior do Projeto Pró-Criança.

A família sempre exerce a influência mais fundamental no desenvolvimento afetivo e intelectual da criança, **antes, durante e depois da escola**. Além disso, a família existe inclusive onde não existem escolas. Toda família, independentemente das circunstâncias que a caracterizam (pobre ou rica, rural ou urbana) cria seu próprio conjunto de valores e condutas, conhecimentos e atitudes, que a criança adquire através de um processo de interação e influência recíproca com os pais, irmãos e irmãs e outros membros da família. Na realidade, a função educativa é uma das tantas funções da família (embora sem dúvida a mais significativa) como instituição completa e complexa cuja participação no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e moral da criança e em seu pleno bem-estar, se estende desde a infância até a vida adulta.¹⁸²

É um argumento bastante convincente, mas o que se esconde por detrás dele?

Talvez seja redundante dizer que o Projeto em questão teve suas raízes ancoradas em uma conjuntura que lhe dava subsídios e que o fundamentavam em todos os seus princípios, assim, a filiação partidária longe de representar apenas siglas, ela

¹⁸¹ BOBBIO Apud CUNHA, P. 20.

¹⁸² 37ª Sessão da Conferencia Internacional sobre Educação – UNESCO – Genebra 5 a 11 de julho de 1979 Apud Doc. Básico. [Grifos nossos].

significava também princípios, dentro dos quais o Pró-Criança apresentou-se como um legítimo defensor desses valores.

AGUIAR, em seu estudo sobre o processo eleitoral de 1982 em Santa Catarina enfatiza a importância de um documento publicado pela Fundação Nereu Ramos¹⁸³, trata-se da formulação do programa do PDS elaborado pelo Centro de Pesquisas e estudo do órgão, intitulado uma **Proposta de Programa**, dentre outras coisas o documento afirmava que:

O modelo proposto para a Nova Sociedade induz à explicitação do Programa do Partido. O Programa se constitui de um conjunto de posições e afirmações nucleares do Partido em relação à organização do Estado, às suas funções e à vida nacional. Além de defender a eleição indireta para a escolha do presidente da República, o programa proposto pela Fundação defende a política de exportação do governo federal; afirma ser a favor da economia de mercado” e contra a presença agressiva do Estado na economia e pelo estímulo a “progressiva privatização das empresas estatais”, defendendo ainda a compatibilização dos investimentos estrangeiros no país com os interesses da indústria nacional.¹⁸⁴

¹⁸³ Podemos depreender a partir de AGUIAR, que “a Fundação Nereu Ramos exercerá intensa ação política e partidária, participando, inicialmente, na definição das principais ações do governo Jorge Konder Bornhausen. Ela foi criada em 79, justamente no primeiro ano de governo Bornhausen e era responsável mais tarde pela elaboração de documentos que serviram para orientar a campanha de Amin. Reuniu em torno de 40 pessoas, distribuídas nos diversos conselhos de entidade, dentre políticos, secretários de Estado, governador e intelectuais orgânicos, a exemplo dos professores Marcondes de Mattos e Alcides Abreu. (segundo ex-membros da entidade, ela chegou inclusive a assumir papel preponderante na campanha de Amin). Obteve certa importância no contexto do partido governista a nível nacional, chegando inclusive a ministrar palestras através de seus representantes em Brasília. Ou seja, era responsável pela organização de seminários, simpósios e encontros, do qual participavam secretários de Estado e até ministros. Os temas dos encontros giravam em torno de formas de governo, trabalhismo, com a presença de líderes sindicais. Muitos desses encontros eram financiados por grandes grupos empresariais, a exemplo da Artex, Hering, etc. Além do patrocínio do próprio governo do Estado. Este último dado, é particularmente importante pois torna evidente a participação da elite empresarial no financiamento da campanha eleitoral de Amin, além de demonstrar de forma inequívoca a utilização do aparelho de Estado em benefício de um projeto político das elites”.. In: AGUIAR, op. cit., p. 197-198.

¹⁸⁴ AGUIAR, op. cit., p. 214.

Em âmbito nacional, CUNHA nos aponta que em novembro de 1984 vários diretórios regionais promoveram o Simpósio Nacional do PMDB, visando a elaboração do programa de governo. E, logo “nas diretrizes gerais, o texto – síntese do Simpósio formulava que a **escola pública e gratuita em todos os níveis é um direito de todos e dever do Estado**. Residia aí uma **grande diferença da Constituição em vigor**, que dizia ser a educação (não a escola pública) direito de todos e dever do Estado. Enquanto a Constituição assegurava a gratuidade apenas do ensino de 1º grau para a população de 7 anos”¹⁸⁵.

Posição exatamente oposta tem o programa do PDS, no qual o apoio ao ensino privado é ostensivo e aparece mais de uma vez. Primeiramente, proclama que **“à família estão afetos o direito e o dever de educar a criança, já que é a sua primeira e mais importante comunidade educacional”**. Depois de assinalar o dever do Estado de garantir ensino gratuito de 1º grau para a população de 7 a 14 anos, diz que se deve “fazer um esforço” para que os estudantes carentes de recursos tenham ensino gratuito também no 2º grau, “seja por meio da escola pública, seja por intermédio da escola particular subsidiada”. Além disso, o programa do PDS propõe-se a defender o princípio de “subsidiar a escola particular, notadamente aquela mantida por sociedade ou instituição sem fins lucrativos e voltada para os objetivos prioritários da educação brasileira.”¹⁸⁶

Assim, a própria justificativa de que a família exerce papel fundamental, é diluída neste contexto visando convencer/justificar um atendimento a crianças de 0 a 6 anos pautado basicamente na participação, mas de qual tipo? A participação é assim definida no Documento Básico:

O caminho da participação é sempre muito mais longo, muito largo, e nele cabem as diversas tendências.

¹⁸⁵ CUNHA, op. cit., p. 39 [Grifos nossos].

¹⁸⁶ Ibidem, p. 43.

Através do subprojeto Gaivota (atendimento a crianças sem base física definida) cujos objetivos, segundo os proponentes, seriam “testar alternativas de atendimento para crianças oriundas de famílias de baixa renda; atender às necessidades básicas (afeto, estimulação, nutrição e saúde) de 15 crianças da comunidade Beco das Lavadeiras, em Florianópolis entre os 2 1/2 e os 6 anos de idade”,¹⁸⁷ podemos visualizar de forma mais próxima como o Pró-Criança caracteriza a comunidade atendida por esta modalidade (Gaivota):

As mães são lavadeiras, faxineiras, os pais muito deles são biscateiros e ou motoristas de empresas. Casas espremidas no meio de duas ruas com residências de classe média/alta.

As crianças: no início do trabalho a linguagem é bastante defasada, as cores são todas iguais, senso de realidade muito presente, não dando espaço à fantasia, desenho ainda na fase da garatuja, brincadeiras muito individuais. Hoje são 15 crianças que experimentam as alegrias, possibilidades e limitações de tentarem viver como gaivotas. Os espaços (ruas, terrenos baldios, praias, casas, escolas, vendas, etc.) cenários para estimulação, nutrição, saúde e afeto para estas crianças.¹⁸⁸

Quanto à aceitação desta modalidade de atendimento às crianças, podemos vislumbrar que as famílias apresentavam reações diversas, mas os descontentamentos das mesmas são silenciados, no discurso do documento.

¹⁸⁷ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p. 4-5. Cabe ressaltar que o horário de atendimento deste projeto era das 8:00 às 12 horas.

¹⁸⁸ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p.4.

Estas são algumas posturas das mães diante desta modalidade “engenhosa” de atendimento¹⁸⁹:

- Não interessa. O trabalho é muito perigoso deixando as crianças andar por aí...
- Eu quero. Começa desse jeito mais logo vai ter sala.
- Quero. É uma boa. As crianças continuam livres, mas com alguém para ajudar.¹⁹⁰

Conforme os proponentes, “após um mês de trabalho, num encontro com as famílias, se deixou claro que a terceira postura citada seria permanente”¹⁹¹, isto é, a postura de aceitação das mães, argumentando que as crianças continuam livres, mas com alguém para ajudar. Entretanto, há segundo tal Informativo, uma participação intensa para oferta de espaços para o trabalho; o que no nosso entendimento, pode inclusive demonstrar o próprio descontentamento destas famílias por não haver uma base física fixa para a efetivação da proposta.

Um outro aspecto apresentado, enquanto participação da comunidade, é o auxílio dos irmãos mais velhos como “Monitores Voluntários” o que implica, no argumento dos proponentes, em ajuda e momento de aprendizagem para eles. No nosso entendimento constitui-se em artifício para construção e consolidação do consenso da desqualificação do educador da educação infantil e, sobretudo, contribui para a separação entre o cuidar/ educar, função que, nas atuais discussões da área, distinguem

¹⁸⁹ As atividades realizadas no subprojeto Gaivota são: desenho, história, música, colagem, dramatização, jogos, pintura, lanches, recorte, exercícios corporais. Os locais de atendimento eram a Escola de Educação Física – UDESC, Escola Básica Presidente Roosevelt, Parque e Praias de Coqueiros, as próprias casas das crianças, e venda da dona Clarice. Algumas limitações são apresentadas, dentre elas, a superproteção dos monitores voluntários em relação às crianças menores, em atividades que estas são capazes; lanche disponível para os acompanhantes do trabalho; dispersão rápida do grupo quando ocorrem mudanças bruscas de tempo. In: COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p. 4-5.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 4.

¹⁹¹ *Idem*.

o ensino fundamental da educação infantil, não havendo uma subordinação da dimensão do cuidar à dimensão educativa.¹⁹²

Há ainda, uma outra questão fundamental, que passa pelo desrespeito/descompromisso para com a educação dos “irmãos mais velhos” desta população pobre, até mesmo porque poderíamos nos questionar sobre o que estaria fazendo uma criança com a mesma idade desses “irmãos mais velhos”, sendo pertencente a famílias de outra camada social, ou até mesmo sendo filhos dos proponentes desta alternativa de viabilização do projeto. Estariam elas fazendo natação, aulas de dança, aulas de língua estrangeira?

Na perspectiva do Pró-Criança, os custos para a operacionalização:

São mínimos destinando-se a pessoal e alimentação. Se a alimentação for assumida na comunidade o custo se restringe unicamente a pessoal. No caso do Gaiivota, a alimentação é fornecida pela Merenda Escolar através do Colégio Estadual Presidente Roosevelt e do Curso Elementar Menino Jesus”.¹⁹³

Utilizam-se de argumentos falaciosos que engendram uma postura de Estado, que ao mesmo tempo dá sem de fato oferecer muita coisa, mas que cerca-se de apoio, de forças, de participação incessante de comunidades, propagando seus feitos convenientemente, retoricamente em busca da democratização.

Entretanto, o que de fato representa esse aceno para a democracia? Nas palavras de CHAUI, “a democracia modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade sócio-

¹⁹² O artigo de CAMPOS, Rosânia, já citado no nosso trabalho, faz uma síntese muito perspicaz acerca dessas discussões mais atuais da área de educação infantil.

¹⁹³ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984, p.5.

econômica, é uma farsa bem sucedida visto que os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da democracia”.¹⁹⁴

Aliás, como bem nos lembra FONTANA, inspiram pouca confiança as propostas de participação vindas de um governante como Esperidião Amin, “quando sabemos que o sistema de forças ao qual pertence teve como um ponto de honra na campanha de 82, derrotar e desagregar a experiência de participação comunitária que a Prefeitura de Lages, gestão Dirceu Carneiro, PMDB, promovia com a simpatia de amplos setores da opinião pública nacional. O Sr. Jorge Konder Bornhausen, companheiro de chapa do Sr. Amin em 82, declarava como governador, a este respeito, em 78, ‘não podemos deixar prosperar republiquetas (...) não devemos deixar prosperar a ideologia marxista’. Como se nota, o povo em movimento desperta verdadeiras paranóias ideológicas em governantes que não tiveram seu mandato nutrido na vontade popular soberana”.¹⁹⁵

¹⁹⁴ CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1997, p. 41.

¹⁹⁵ FONTANA, Remy. Governo Amin – Um voto de desconfiança. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 2, n. 3, dez., 1982, p. 36.

Capítulo III –

Por Entre Creches, Livros e Canções, A Busca de Consensos

Ao problematizarmos o subprojeto de Creches Domiciliares, desenvolvido pelo Projeto Pró-Criança em Santa Catarina, os livros infantis e as canções selecionadas no interior do mesmo projeto, esbarramos numa questão intrigante: houve uma direção a priori deste Projeto, principalmente em se tratando dos livros e canções selecionadas pelo projeto em questão?

Nossa exposição ao longo deste trabalho vem se dando sob a perspectiva de um entendimento do Projeto Pró-Criança enquanto direcionamento ou redirecionamento político e cultural das camadas da população em condições de subalternidade, condição que, conforme já salientamos, não se dá naturalmente mas que é construída e/ou reafirmada também por projetos de natureza político-conceitual como por exemplo, a do Projeto Pró-Criança.

Cabe ressaltar que não nos aventuramos aqui, a buscar a gênese das creches ou especificamente das creches domiciliares, nem tampouco das histórias e músicas

infantis; alguns estudos bastante reconhecidos já foram realizados acerca desses aspectos da educação infantil.¹⁹⁶

Nosso propósito, ao trazermos sinteticamente os subprojetos Creches Domiciliares e Pró-Criança Cultural, dar-se-á numa tentativa de compreensão de um Projeto que se utiliza de diversos instrumentos, creches, livros, canções, etc, para construção e consolidação de consensos, de conformismos, explícitos ou implícitos, mas que contribuem em grande medida no processo de constituição de hegemonia de uma “nova direita” política, no caso de Santa Catarina, representado principalmente por Esperidião Amin e sua esposa Ângela Amin. Volto a frisar, ele atualmente, na condição de novamente governador do Estado, ela na condição de primeira Dama e Prefeita reeleita da Capital.

Mas afinal, que consensos permeiam estes subprojetos, que corroboram a “opção pelo pequeno” e que, no nosso entendimento, comprometem-se com a reprodução da subalternidade?

¹⁹⁶ Alguns estudos acerca da literatura infantil aos quais nos referimos encontram-se listados na Introdução deste trabalho, quanto às músicas, não encontramos estudos que as contemplasse, mas como consideramos o nosso trabalho bastante introdutório acerca destes instrumentos que o Projeto Pró-Criança dispõe, acreditamos que as bibliografias por nós utilizadas possam nos possibilitar a compreensão dos conteúdos trazidos por estas músicas. Quanto às creches, podemos contar com estudos de alta relevância, tais como:

CAMPOS, Maria M. Pré-escola; entre a educação e o assistencialismo. **Cadernos de Pesquisa** São Paulo, n. 53, maio, 1985.

CAMPOS, M. M. & ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1995.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**- uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

GOHN, Maria da Glória. A Creche: Origens e Conjuntura atual. **Revista Educação Municipal**. São Paulo, ano 1, n.3, dez., 1988

ROSEMBERG, Fúlvia. Creches Domiciliares: Argumentos ou Falácias. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 56, fev., 1986

3.1. Argumentos de convencimentos sobre a conveniência e viabilidade das Creches Domiciliares

Nas palavras dos idealizadores do Projeto Pró-Criança, têm-se evidentemente um festival de autoproclamações, de auto-elogios, e de argumentos que tentam convencer o leitor da “grandeza e generosidade” daqueles que, de repente, propõem uma política de atendimento à criança catarinense.

Presas fáceis leriam com olhar de fascinação as “belas palavras” ditas por estes idealizadores, palavras que enredam o leitor pelos constantes apelos a democracia, a participação popular, a solidariedade. Argumentos que apontam “o novo”, no intuito de persuadir de que é simplesmente o melhor. O que pode ser visualizado na seguinte citação:

As experiências inovadoras precisam informar à opinião pública, de que estas alternativas são válidas porque são a expressão da cultura popular e por isso dignas de respeito e que uma pessoa da comunidade, comprometida com ela, é capaz de conduzir, com eficácia, a atenção e o desenvolvimento das crianças. Na aplicação de alternativas inovadoras deve-se buscar o fortalecimento de um trabalho conjunto entre os sistemas formal e informal. A legislação educacional e a ação educativa devem responder a novas realidades, ser flexíveis e adaptar-se às características de cada lugar levando em conta a participação da comunidade. Isto garante a incorporação, pela sociedade, das novas experiências educacionais.¹⁹⁷

A fala acima, está inserida no discurso sobre a viabilidade das Creches Domiciliares, um discurso que visa o convencimento sobre a viabilidade de lidar “pobrememente com a pobreza”¹⁹⁸, sobre a necessidade da comunidade engajar-se no projeto, e aproveitar a “ajuda do governo”, já que o próprio Documento do Pró-Criança

¹⁹⁷ COMISSÃO PRÓ- CRIANÇA. **Carta de Florianópolis** – pela criança Afro-Latino Americana. Florianópolis: UNICEF /LADESC, primavera, 1985. Não paginado.

¹⁹⁸ Expressão usada por Fúlvia Rosemberg.

afirma que “a parcela mais pobre da população não dispõe de qualquer poder de barganha para enfrentá-las [as dificuldades]. Por isso, é dever do Estado ajudar e proteger esses cidadãos”.¹⁹⁹

Na esteira desse discurso sobre a viabilidade das creches domiciliares, diversos elementos são apontados pelos proponentes, cuja ótica lhes permite induzir sobre a conveniência e viabilidade, apresentando os custos concernentes ao subprojeto, da seguinte forma:

QUANTO CUSTA E QUEM PAGA? ... As creches domiciliares custam menos que as alternativas tradicionais. É importante frisar que o custo relacionado com construções, equipamentos e material permanente praticamente não existe. Logo, não há custo decorrente do uso dos mesmos, pois, o ambiente em que as crianças vivem a interação educativa é a casa da família.²⁰⁰

Assim, gostaria de endossar a idéia de MEURER, quando infere que o Estado neste caso, propõe uma divisão com a população, de custos que seriam do próprio Estado²⁰¹.

“A família ‘paga’ a crecheira pelas horas de trabalho. A crecheira põe sua casa à disposição, transferindo para si o custo relacionado com construções, equipamentos e material. Ao Estado cabe prover a creche de gêneros alimentícios e pessoal técnico. Parece pertinente aqui, perguntar se o Estado não estaria, desta forma, facilitando a implantação de programas de ‘baixo custo’?”²⁰².

¹⁹⁹ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico**. Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

²⁰⁰ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Creches Domiciliares**. Florianópolis: IOESC, versão 3, 1984. Não paginado.

²⁰¹ MEURER, Cleusa. **Creche Domiciliar: nem Escola, nem Família**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGE/CED/UFSC, 1994, P. 24.

²⁰² Idem.

Para entendermos o modo pelo qual o Estado atua diante destas questões, é preciso pensar um pouco como se deram concretamente as lutas e reivindicações para que estas creches, ou as crianças se tornassem alvos de suas preocupações.

No Brasil, segundo GOHN, embora o atendimento à criança de “tenra”²⁰³ idade tenha sido objeto de reivindicações populares desde o início do século, estas reivindicações foram sempre isoladas. Somente na década de 70 é que surgirá uma organização popular voltada especificamente para o atendimento às crianças de 0 a 4 anos.

Em 1979 é criado o Movimento de Lutas por Creches em São Paulo, em meio a um processo de rearticulação geral da sociedade civil, apoiado pelos movimentos: das Mulheres, Anistia, do Custo de vida, etc.²⁰⁴

Ainda segundo GOHN, dois destaques fundamentais podem ser observados na questão das creches a partir da década de 70: primeiro, elas passam a ser reivindicadas como um direito da população. Segundo, elas passam a ser também redefinidas pelos órgãos públicos, como uma necessidade da mulher que trabalha fora.²⁰⁵

Nesse sentido, como resposta a demandas, é criado no interior do Pró – Criança, o subprojeto Creches Domiciliares. Sinteticamente falando, trata-se, segundo ROSEMBERG, de um modo de guarda da criança pequena: uma mulher toma conta em

²⁰³ É interessante perceber que o próprio termo “tenro” empregado para designar as crianças pode ser bastante significativo. De acordo com o Dicionário Aurélio, este termo pode ter os seguintes significados: 1. mole; brando; macio. 2. delicado, mimoso 3. fresco, viçoso; 4. que tem pouco tempo, recente, novo; 5. pouco crescido. Mole – pode significar, grande massa informe. Brando - que cede fácil às pressões.

²⁰⁴ GOHN, Maria da Glória. A Creche: Origens e Conjuntura atual. **Revista Educação Municipal**. São Paulo, ano 1, n. 3, dez., 1988, p. 80.

²⁰⁵ Idem.

sua própria casa, mediante pagamento, de filhos de outras famílias enquanto os pais trabalham fora.²⁰⁶

Segundo a autora, esta modalidade de atendimento tem sido divulgada como uma solução alternativa e adequada de guarda da criança para países de Terceiro Mundo, recebendo estímulos inclusive, de organismos internacionais (OMEP, UNICEF), tendo como principais argumentos, a conciliação de baixo custo, baixa tecnologia e participação da comunidade.²⁰⁷

Argumento que a autora destrói veementemente, a começar pela própria ambigüidade conceitual em que se apóia este tipo de proposta, a associação da creche à família. Aqui, a autora aponta o uso propagandístico do termo, na medida em que ao adjetivo familiar se oporia um atendimento institucional.²⁰⁸

Segundo ROSEMBERG, esta ambigüidade, casa e família, “parece refletir o momento de transição em que se encontra o Estado Brasileiro, que se vê pressionado a compartilhar com as famílias a guarda e a Educação da criança pequena e que, ao mesmo tempo, reluta em assumir (quer econômica, política e ideologicamente) (...) parece-nos que a proposta de creche domiciliar encerra uma opção ideológica de relacionamento entre Estado e Família”.²⁰⁹

No interior dessa discussão, chegamos a algumas facetas deste projeto, que se caracteriza por reduzidos custos e pela sua grande eficácia na popularização do casal Amin como expressão de determinada força política, a “nova direita”.

²⁰⁶ ROSEMBERG, Fúlvia. Creches Domiciliares: Argumentos ou Falácias. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 56, fev., 1986, p. 73.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Ibidem, p. 74.

²⁰⁹ Ibidem, p. 75.

No interior do projeto Pró-Criança, em meados de 1984, realizou-se um Seminário na cidade de Araranguá²¹⁰, o qual contou com a participação da Comissão Interinstitucional Pró-Criança²¹¹ e pela Comissão Pró-Criança, tendo como principais enfoques de discussão os principais fundamentos do Projeto, isto é, o porquê do direcionamento às crianças na faixa etária de zero a seis anos. A resposta a este questionamento é bastante incitante, uma vez que exhibe claramente o caráter disciplinador, construtor de uma direção cultural, e fundamentalmente política de tal programa:

Quando a criança nasce já sabemos o peso e a altura. Imaginem que processo violento nestes 9 meses?

Com que idade se acaba de crescer biologicamente?

Se a nossa cabeça cresce explosivamente nos primeiros anos de vida. O maior fenômeno se registra no sistema nervoso. Até os seis anos, 90 % está desenvolvido. O período de zero a seis anos é de importância fundamental. Tudo se define até os sete anos de idade.

²¹²

Quer nos parecer que ao tentar mostrar retoricamente a importância fundamental do processo de desenvolvimento infantil no período de 0 a 6 anos, o Pró-Criança acaba por descaracterizar isto na prática, na medida em que há uma desvalorização efetiva da

²¹⁰ “O objetivo inicial foi o de desenvolver um processo com a participação de todas as instituições estaduais, municipais e particulares que atuam no atendimento às crianças até 7 anos.

A idéia chave, segundo o Informativo Pró-Criança, era ouvir, discutir com, decidir com, cooperar com. Assim, segundo tal documento, realizaram-se os seminários Regionais, onde a preocupação maior foi investir em gente”. É importante lembrar, que os assuntos debatidos neste Seminário foram em grande medida assimilados pelo Documento Básico do Projeto Pró-Criança. In: COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 3, inverno, 1984, p.1.

²¹¹ Esta Comissão foi criada em maio de 1983, através do órgão de assessoramento do Governador do Estado na formulação da política social, como órgão vinculado ao governo. Era formada por representantes do Gabinete do Governador, da Secretaria da Educação, da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Secretaria da Saúde e da Secretaria da Agricultura.

²¹² COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Relatório Araranguá**. Florianópolis: [s.n.], 1984. Não paginado.

própria criança, quando os argumentos em favor da implantação de creches domiciliares leva em conta os baixos custos, e a “participação” da comunidade na efetivação de tal proposta, o que no momento histórico atual é bastante perceptível, haja vista a retomada de programas compensatórios e de propostas que visam desqualificar e descaracterizar o Professor à medida em que todos ou qualquer um podem ser “amigos da escola”. Concorrendo assim, para o processo de descomprometimento do Estado para com os direitos sociais e com as especificidades da educação infantil, um Estado “mínimo” e ao mesmo tempo máximo no controle, sob a égide dos financiamentos internacionais. Pode-se depreender também a partir do Relatório **A Experiência de desenvolvimento Infantil Pró-Criança**, encomendado pelo UNICEF, o quanto as políticas de atendimento a criança de 0 a 6 anos, em caráter emergencial/compensatório, gozavam de prestígio, ou como nos referimos no capítulo anterior, estavam em conformidade com as políticas de âmbito nacional e também apoiadas por órgãos como o UNICEF.²¹³

O referido documento²¹⁴ anunciava em 1986 que o governo do Estado de Santa Catarina conseguiu, em cerca de três anos e meio, um volume notável de ações específicas em favor da criança de 0 a 6 anos, haja vista que “em 1984 haviam quase 700 mil crianças de 0 a 6 anos no Estado. Mais de 20% destas, pertenciam a famílias em

²¹³ Cabe ressaltar que em março de 1985, o Pró-Criança recebeu a visita de uma equipe do UNICEF, integrada pelo representante daquele órgão no Brasil, John Donohue, Rosa, sua esposa, a psicóloga Martha Llanos do Escritório Regional para a América Latina e Caribe e da Assistente Social Alzêmira Araújo consultora para o Desenvolvimento infantil. A equipe discutiu com a comissão os fundamentos, diretrizes, prioridades e perspectivas do Pró-Criança e visitou algumas atividades em andamento. In: COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 4, outono/inverno, 1985, p.28.

²¹⁴ Convém destacar, que a avaliação apresentada no relatório **A Experiência de desenvolvimento Infantil Pró-Criança** foi realizada por uma equipe de técnicos num período de duas semanas: 25 de agosto a 9 de setembro de 1986 e as informações na qual este relatório se baseia foram extraídas da documentação originada pelo Programa e seus projetos, e das visitas de campo realizadas neste período.

situação de pobreza extrema (1/4 de salário mínimo per capita), com péssimas condições de saneamento. E, em 1982 apenas 10% destas foram atendidas pela rede institucional em suas necessidades de desenvolvimento psicossocial. Os serviços particulares atenderam 42% deste total”.²¹⁵

Uma outra justificativa para a implantação das creches domiciliares em Santa Catarina, dá-se a partir das exigências do mercado, já que, na década 70-80 a força total do trabalho do Estado de Santa Catarina aumentou em 53%, enquanto a participação da mulher no mesmo período cresceu em 104%. No setor secundário, o crescimento da força de trabalho foi de 104 %, enquanto a participação da mulher no mesmo setor foi de 336%. Considere-se ainda, a presença da mulher no mercado informal de trabalho.²¹⁶

Assim, segundo o relatório do UNICEF, estas mudanças vieram a criar novos problemas para as crianças de famílias pobres. Ao sair para trabalhar, as mães deixavam seus filhos em casa, completamente sem assistência para suas mais elementares necessidades. A exigência das mães de terem uma instituição onde pudessem deixar seus filhos pequenos, enquanto trabalhassem, recebeu apoio decisivo do Movimento de Reivindicação dos Direitos da Mulher trabalhadora. Esta pressão de ordem política – ideológica provocou uma resposta em órgãos federais, estaduais, municipais e privados, que então começaram a colocar em funcionamento serviços de creches institucionais, para atender à demanda cada vez maior.²¹⁷

²¹⁵ LEON, Ramon. **A Experiência de Desenvolvimento Infantil – Pró-Criança**. Florianópolis: UNICEF, 1986, P. 02.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 22.

²¹⁷ “Nesse sentido, o governo do Estado, através da LADESC/ Pró-Criança, iniciou estudos a partir de 1983 com o objetivo de atender esta necessidade da criança – força feminina de trabalho. Para tanto, foi realizado um estudo das experiências alternativas de atendimento de Recife, Fortaleza e Brasília”. In: LEON, Ramon. *op. cit.*, p. 22.

O Documento do Pró-Criança assim define as Creches Domiciliares:

(...) se constitui basicamente, pela formação de um sistema natural em que as crianças são atendidas por uma família vizinha, enquanto seus pais desempenham tarefas remuneradas fora do lar. Deste modo possibilita que muitas crianças sejam atendidas em seu próprio ambiente e no seu modo de vida, impedindo que fiquem entregues a si mesmas, quando não a irmãos que necessitam também de alguém que cuide deles.²¹⁸

A aplicabilidade desta proposta em Santa Catarina, é argumentada fundamentalmente a partir de alguns pilares, assim apresentados pelos proponentes:

Por que é bom?

A proposta aplica-se ao Estado de Santa Catarina uma vez que podemos considerar: o grande número de crianças desassistidas; O nível sócio-econômico e cultural das comunidades; A necessidade do trabalho da mãe fora do lar, para complementar a renda familiar; O baixo custo do projeto, possibilitando o atendimento a um maior número de crianças; A grande importância de se desenvolver um trabalho com crianças de 0 a 6 anos dentro da realidade sócio-econômica e cultural em que elas vivem.²¹⁹

Para que serve?

As creches domiciliares objetivam proporcionar alimentação, saúde, educação, estimulação e proteção às crianças oriundas especialmente das famílias de baixa renda, no seu próprio meio ambiente possibilitando que as mães exerçam atividades produtivas fora do lar, aumentando a renda familiar (...) procura atender às necessidades básicas da criança: educação, saúde, recreação, segurança, amor e compreensão; Atender a criança no seu meio ambiente, respeitando seus padrões culturais, valores, aspirações e costumes; Minimizar o processo de subnutrição; Assegurar a saúde das crianças atendidas; Oferecer à criança um lar substituto sadio; Possibilitar à criança um relacionamento contínuo com uma figura materna; Oferecer condições para que a mãe possa trabalhar fora do lar, sabendo que seu filho não ficará em abandono ou sob cuidado de irmãos, vizinho ou outra pessoa sem condições; Oferecer a crecheira oportunidade de exercer uma atividade produtiva, promovendo consequentemente a sua família; Possibilitar a criação de uma consciência participativa da comunidade, no atendimento à criança.²²⁰

²¹⁸ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Creches Domiciliares**. Florianópolis: IOESC, versão 3, 1984. Não paginado.

²¹⁹ *Idem*.

²²⁰ *Idem*.

No que concerne às características da crecheira, do monitor de campo (responsável por visitas às creches) e do ambiente em que o trabalho deveria ser desenvolvido, o documento apresenta a exigência de algumas características, requisitos para a participação do projeto.

Deste modo, a crecheira deverá ser “uma mãe alfabetizada residente na comunidade das crianças atendidas e sua casa deverá apresentar condições de higiene e segurança. Sua família deverá possuir fonte de renda além da proveniente do seu trabalho como crecheira, o companheiro deverá exercer uma atividade remunerada. Na sua família não pode haver problemas de conduta (alcoolicismo, tóxico, etc...) Além de ser necessário à crecheira boa saúde, é fundamental que ela seja indicada ou aprovada pela mãe das crianças que ficarão aos seus cuidados”.²²¹

Parece haver uma vultosa preocupação com aspectos referentes à higiene, alimentação, ou de forma mais genérica com o que o documento chama de “administração do lar”. O que aparece nitidamente no Relatório do primeiro Encontro de Planejamento do Pró-Criança pesqueira, realizado em Florianópolis, em abril de 1984.²²²

²²¹ O monitor de campo será também uma pessoa identificada com as comunidades onde funcionam as creches. Seria recomendável que o monitor morasse numa destas comunidades, conhecendo assim suas necessidades, valores, cultura, costumes e aspirações. Além de disponibilidade integral de tempo é determinante na escolha do monitor que goste de crianças e demonstre criatividade, organização, iniciativa, responsabilidade e comunicabilidade.

Quanto às crianças que seriam admitidas no projeto, as exigências eram feitas em torno da faixa etária, isto é, de 0 a 6 anos; deveriam proceder de famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos) e apresentar certidão de nascimento e cartão de vacinas em dia. In: COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Creches Domiciliares**. Florianópolis: IOESC, versão 3, 1984. Não paginado.

²²² Cujos participantes foram 49 pessoas (Lideranças Comunitárias) provenientes de 16 municípios litorâneos, o Grupo Coordenador, formado por dirigentes da ACARPESC e do Coordenador do Evento Antenor Manoel Napolini.

Segundo o referido documento, os objetivos do Encontro eram debater a realidade das comunidades pesqueiras de Santa Catarina, identificar o perfil das crianças de 0 a 6 anos dessas comunidades e discutir alternativas de atendimento destas crianças.²²³

Neste Encontro, no que concerne ao subprojeto de Creches Domiciliares, foi discutido um Manual para Monitor de Campo – área de economia doméstica²²⁴ (ver anexo II). A partir deste, são ditados numerosos “conselhos” ou “normas” sobre como administrar um lar, proposta que no nosso entendimento requer uma cuidadosa atenção, já que esta postura, tanto do ponto de vista de seu conteúdo, ou da própria intenção subjacente, busca dentre outras coisas abster o Estado das suas obrigações coletivas, transformando-as em obrigações privativas e individuais. É o que podemos depreender ao longo de todo o Manual, que, pelo nível de detalhes e importância inerentes a eles, transcrevemos alguns trechos:

Administrar um lar é planejar, dirigir, guiar, coordenar os recursos da família para assim alcançar seus objetivos e seu bem estar. Os recursos da família são: tempo, energia, dinheiro, bens, habilidades, conhecimento e atitude. Atitude é saber se conduzir, manter uma atitude adequada em cada ocasião.

Habilidade é a capacidade que a pessoa tem para realizar certos tipos de trabalho, por exemplo: costurar.

Como Economizar os recursos da família e conseguir o bem estar: Planejando o que fazer; organizando o tempo, reservando momento para o descanso e a distração, fazendo trabalhos pesados alternados com trabalhos leves.²²⁵

²²³ As Instituições representadas neste Encontro foram as seguintes: Colônias de Pescadores, ACARPESC, Prefeituras Municipais, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, MOBREAL, ACARESC, FUCABEM, LBA, Projeto Rondon, UFSC, UDESC, LADESC e Gabinete do Governador.

²²⁴ O referido Manual foi extraído pelo Projeto Pró-Criança, do Manual para “auxiliares de campo”, projeto de atendimento ao pré-escolar carente/PROAPEC – Fundação do Serviço Social, Brasília. In: COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Relatório Araranguá**. Florianópolis: [s.n.], 1984. Não paginado.

²²⁵ COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Relatório Araranguá**. Florianópolis: [s.n.], 1984. Não paginado.

Nesse sentido, o referido manual traz modelos de planejamento, segundo o qual “pode ser adaptado a qualquer família de acordo com suas condições”. Sugere, por exemplo, que determinadas tarefas domésticas sejam feitas diariamente; propõe que outras sejam realizadas semanalmente, mensalmente e/ou ocasionalmente. Enfatiza as vantagens do orçamento familiar, “ensinando” como evitar dívidas, gastos supérfluos, cobradores à porta e os cuidados com o crediário, “alertando” para não deixar-se influenciar por propagandas, moda ou liquidação. Ou ainda, propõe alguns outros comportamentos como o hábito de pechinchar, não deixar luzes acesas quando não estiver ninguém no ambiente; não deixar a porta da geladeira aberta; saber comprar alimentos; fazer um planejamento das refeições; dicas de vestuário e higiene, entre outros.

Aqui, em nossa compreensão, há uma questão fundamental, na verdade quem são os pequenos a quem o Projeto Pró-Criança teima em anunciar a sua preocupação e generosidade? Estes “conselhos”, noções, consideram que existem recursos, sobras de alimentos, reserva de dinheiro para imprevistos. Para qual classe? A que tem casa? A que tem sobras de comida? Evidentemente este discurso chega apenas a determinados segmentos, parece mesmo tratar-se de um povo estrangeiro dentro do seu próprio país.

Quer nos parecer, que o Manual traduz para o campo da “administração do lar”, os critérios de desempenho dos modelos da produção industrial. Há uma tentativa de otimizar os escassos recursos produzidos/desfrutados por estas famílias, sem contestar ou formular alternativas de como suplantá-los com novas formas de produção ou de melhor distribuição. O que se propaga, e de forma bastante acentuada, é a utilização de forma eficiente o que se possui. O que demonstra o descaso/descomprometimento em relação à condição de pobreza estabelecida.

É claro que as experiências levantadas no Manual são corriqueiras das classes médias/altas, mas até que ponto podem ser entendidas e absorvidas pelas classes pobres ou miseráveis? Quanto menor o nível sócio-econômico das famílias, menos se aplicam as regras do “guia”, visto que não se pode falar em higiene quando muitas vezes tem-se apenas a água e não o sabão, e ainda mais se esta for suja, sem um mínimo de tratamento. Ou falar de planejamento das refeições, quando a preocupação primordial é apenas sobreviver. É o Estado administrando de olhos fechados a situação real? Ou, de olhos bem abertos a um projeto mantenedor da política dos “grandes”, lê-se, poder do capital?

Enfim, gostaríamos de fazer uma síntese, dos argumentos empregados para divulgar e implantar as creches domiciliares em Santa Catarina, através do Projeto Pró-Criança, que coincidem ou reafirmam o que ROSEMBERG aponta acerca deste tipo de atendimento a crianças de 0 a 6 anos no Brasil.

O primeiro argumento, é de que se trata de uma forma alternativa de atendimento à criança pequena. Para ROSEMBERG, esta modalidade prevê um atendimento de emergência e os programas nacionais que a têm proposto partem efetivamente dessa ótica. Seus objetivos quase sempre se limitam a procurar garantir a sobrevivência física da criança pequena.

Ainda no interior deste argumento, a autora problematiza o adjetivo alternativo, que “vem usufruindo de um pré-conceito positivo, sendo associado a propostas novas, significando saídas para os impasses criados pelos programas existentes, tradicionais, institucionais. O adjetivo alternativo se contrapõe à burocracia: imaginamos, através dele, soluções ágeis, efetivas e eficientes. Sua associação a uma proposta suscita um movimento de adesão a priori. (...) se o adjetivo alternativo associado à modalidade

creche domiciliar tem uma função propagandística, sua utilização nos parece adequada. Se se pretende, porém, chegar a uma avaliação sobre vantagens e desvantagens de se expandir o atendimento da criança de 0 a 6 anos através do sistema de creche domiciliar, parece-nos que se deve usar uma terminologia adequada, que descreva e não iluda as intenções e possibilidades”.²²⁶

Um segundo argumento utilizado com bastante frequência, é a de que as creches domiciliares compreendem uma modalidade de atendimento familiar, tendendo a uma desinstitucionalização. Acerca disto, ROSEMBERG atenta que “a palavra de ordem progressista é desinstitucionalizar, isto é, desinternar. Ora, muitos dos argumentos em torno das vantagens da creche domiciliar, apoiados numa política de desinternalização da criança, se opõem à creche coletiva porque seria uma instituição pernicioso, baseando-se em generalizações abusivas a partir de estudos realizados sobre internatos. Consideramos, pois, necessário que se atente para a amplitude e significado das propostas de desinstitucionalização, precisando qual tipo de instituição se está visando”.²²⁷

Um terceiro argumento teria como base o baixo custo, já que nesta modalidade de atendimento não haveria “necessidade” de construção de novos prédios. Este

²²⁶ ROSEMBERG, Fúlvia. Creches Domiciliares: argumentos ou falácias. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 56, 1986, p. 74.

²²⁷ *Ibidem*, p. 75.

A autora aponta ainda que esta ambigüidade conceitual pode acarretar um retrocesso grave na busca de identidade da instituição creche. (vários estudos têm apontado para as complexas conseqüências de a creche se colocar como instituição substituta ao cuidado materno.) Se este risco já existe na creche institucional, ou seja, aquela que funciona fora do domicílio particular, no caso da creche domiciliar a confusão entre os papéis da pajem e da mãe é acentuada, poderíamos até mesmo afirmar que é incentivada, na medida em que o espaço doméstico e o de trabalho se confundem, na medida em que sua formação para a função é improvisada, e que certos programas usam termos ambíguos tais como mãe substituta, mãe de origem, mãe natural. Por trás do modelo familiarista de creche existe a aceitação – da qual discordamos – de que qualquer mulher, desde que seja calorosa, goste de crianças, seja dotada de bom senso e não possua problemas pessoais, pode cuidar de filhos de outros pais.

raciocínio pode ser desdobrado, segundo ROSEMBERG em outros dois argumentos, no de que o alto custo da creche provém de sua construção; e que o atendimento em creche domiciliar implica obrigatoriamente em baixo custo.

Aqui, mais uma vez chegamos aquela discussão dos baixos custos apoiados na alta “participação” da comunidade.

(...) não nos parece correto afirmar que não existam custos com o equipamento. Eles existem, mas não implicam em investimento do Estado. À semelhança do que ocorre com o trabalho fabril a domicílio, quando a empresa não investe na ampliação e modernização do equipamento, no modelo de creche domiciliar é a casa da crecheira – o terreno, a construção, os móveis e seus utensílios – o custo de capital que o Estado não contabiliza (...) O Estado também tem economizado no pagamento da crecheira. Apenas em raras exceções, a crecheira é assalariada em regime CLT recebendo um salário mensal e o usufruto dos benefícios trabalhistas: registro em carteira, 13º salário, licença maternidade, férias, pagamento de horas extras etc.²²⁸

Outro argumento que se faz presente é o de que a criança é atendida de forma integrada, pois passa a receber atenção de saúde, alimentação orientada, atividades pedagógicas e de estimulação essencial. Segundo ROSEMBERG, “todas as avaliações nacionais a que tivemos acesso, e grande parte das estrangeiras, apontam que a principal falha na proposta de creche domiciliar é a de desempenhar essencialmente a função de guarda e praticamente não ter condição de assumir a educação da criança”.²²⁹

E por fim, um último argumento seria o de que as creches domiciliares envolveriam a participação da comunidade, uma espécie de co-gestão, no qual os “os programas administrados por órgãos públicos ou entidades assistenciais têm

²²⁸ Ibidem, p. 76.

²²⁹ Ibidem, p. 78.

estabelecido uma divisão de funções onde a população local simplesmente executa as atividades planejadas pela equipe técnica local ou central”.²³⁰

Enfim, corroboro a posição de CAMPOS, ao analisar a atuação do Estado nos Programas destinados a pré-escola, quando afirma que a “questão da participação da comunidade torna-se bastante complicada. Em muitos casos, em nome da participação, o que parece existir, na realidade, é uma exploração de mão-de-obra gratuita ou sub-remunerada, sem o correspondente espaço de co-gestão que poderia justificar o recurso ao trabalho voluntário ou informal”.²³¹

3.2. E os Livros e Canções Selecionados pelo Projeto Pró-Criança, o que dizem?

Emilinha sonhava em ter um aquário, com dois lindos peixinhos dourados. Marcos, um menino moreno, de cabelos encaracolados, sonhava em apanhar aquela laranja, que do alto da árvore parecia chamá-lo. Havia também uma minhoquinha que morava com seus pais e irmãozinhos e também tinha um grande sonho, tornar-se uma dançarina.²³²

Além de algo que explicitamente aproxima esses personagens, o caráter sonhador, existe algo mais profundo que os confere semelhanças e identificação. Foram produzidos no interior do mesmo projeto, isto é, o Pró-Criança Cultural, portanto, têm suas existências marcadas por objetivos comuns, que ganham vida nas páginas dos

²³⁰ Idem.

²³¹ CAMPOS, Maria M. Pré-escola; entre a educação e o assistencialismo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 53, maio, 1985, p. 24.

²³² Extraído da coleção de Livros Pró-Criança. Esse é o enredo de algumas das estórias dos livros infantis selecionados no concurso realizado pelo Pró-Criança.

livrinhos, na imaginação dos leitores e nas matrizes discursivas que orientam o Projeto Pró-Criança em toda a sua complexidade.

Coordenado pela Fundação Catarinense de Cultura, o Pró-Criança Cultural, segundo os seus idealizadores, está presente como pano de fundo de todo o processo educativo da infância. Nas palavras de Amin, “tem por finalidade preservar a **identidade cultural catarinense** e estimular o surgimento de **novos valores culturais**”²³³.

Assim, no interior do Pró-Criança realizou-se um concurso de estórias²³⁴, tendo sido escritas em 122 municípios catarinenses, obtendo-se um resultado numérico de 1142 estórias escritas para crianças na faixa etária de 3 a 6 anos.²³⁵

Estas estórias aparentemente inocentes exibem de forma às vezes discreta, outras menos, tentativas de moldar os indivíduos, seja através da legitimação de valores, de comportamentos, impondo critérios de civilidade, transmitindo e repassando preconceitos, sexismo, e essencialmente definindo o papel do Estado e dos indivíduos.

Seguindo os rastros de BENJAMIN²³⁶, vamos chegar a uma questão que parece configurar a literatura infantil nas suas décadas iniciais e que parece persistir, inclusive, ao longo do século XX. Trata-se do seu caráter edificante e moralista. Segundo o autor,

²³³ HELOU FILHO, Esperidião Amin. **A vez do Pequeno: uma experiência de governo**. Florianópolis: Casa Civil, 1985. p.29-30 [grifos nossos].

²³⁴ O Dicionário Aurélio recomenda o seguinte: “Recomenda-se apenas a grafia história, tanto no sentido de ciência histórica, quanto no de narrativa de ficção, conto popular, e demais acepções”. Porém, considerando que a lingüística também tem a sua historicidade, gostaria de manter o termo estória, a fim de que haja um claro limite entre a ficção e o real.

²³⁵ Deste conjunto de 1142 estórias, numa primeira etapa, 20 foram selecionadas para publicação. Numa segunda etapa, foram selecionadas onze.

²³⁶ BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e história da cultura**, 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, obras escolhidas, v. 1, 1994.

o livro infantil alemão nasce com o iluminismo e, por meio da pedagogia, os filantropos punham à prova o seu grande programa de remodelação da humanidade.²³⁷ De acordo com BENJAMIN:

“Se o homem é por natureza piedoso, bom e sociável, deve ser possível fazer da criança, ente natural por excelência, um ser supremamente piedoso, bom e sociável”.²³⁸

Nesse momento, começam a apresentar-se o emaranhado de questões que envolvem esse universo “infantil”, ou digamos “adulto”, já que na maioria das vezes ou na quase totalidade, estas obras são produzidas por pessoas adultas, em um dado contexto, onde inevitavelmente imprimem as suas marcas.

Considerando a literatura infantil brasileira, podemos depreender a partir de estudo de ZIBERMAN e LAJOLO, que o seu nascimento acontece no final do século XIX, coincidindo com o momento da abolição da escravatura e o advento da República, coincidência que segundo as autoras, não parece fortuita, já que “nesse fim de século, vários elementos convergem para formar a imagem do Brasil como a de um país em processo de modernização e que por isso, quer ostentar, ao nível de suas instituições políticas e culturais, a renovação que o café, produto, como nos tempos coloniais, destinado à importação, mas agora cultivado em moldes capitalistas mais avançados, imprimia à economia brasileira”.²³⁹

²³⁷ Na Alemanha, Basedow (1723-1790), admirador de Rousseau, começa o importante movimento pedagógico conhecido como filantropismo (Filantropia significa amor à humanidade). Para este, a educação tem por fim dar condições para o homem ser feliz, por isso a aprendizagem deve ser prática e agradável, estimulando a atividade racional e a intuição, mais do que a memória, com igual interesse pela educação física. (conf. ARANHA, M^a Lúcia de. **História da Educação**, p. 126.

²³⁸ BENJAMIN, Walter. op. cit., p. 236.

²³⁹ ZIBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para Crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos**. 4^a ed., São Paulo: Global Universitária, 1993, p. 15.

Ao lado deste projeto de modernização sócio-cultural, posto como um dos elementos que viabilizaram o surgimento da literatura infantil brasileira, as autoras apontam a permanência de estruturas sociais anacrônicas e a superficialidade das alterações promovidas em nome do progresso, o que explicariam, por sua vez, o caráter conservador que este gênero de literatura adota. “Este conservadorismo também pode, ao menos parcialmente, ser atribuído ao modelo cívico-pedagógico no qual, mesmo que à revelia, ela se insere; ou, por outro lado, ao ranço dos padrões europeus que forneciam o material para as adaptações e traduções que precederam a propriamente dita produção brasileira de literatura infantil”.²⁴⁰

Assim,

De um lado, a literatura infantil se converte facilmente em instrumento de difusão das imagens de grandeza e modernidade que o País, através das formulações de suas classes dominantes, precisa difundir entre as classes médias ou aspirantes a elas no conjunto das camadas urbanas de sua população. De outro, inserida no bojo de uma corrente mais complexa de nacionalismo, a literatura infantil lança mão, para a arregimentação de seu público, do culto cívico e patriotismo como pretexto legitimador. Paradoxalmente, no entanto, a concepção de certos livros como verdadeiras cartilhas de nacionalidade tem inspiração em modelos estrangeiros.²⁴¹

Inserida neste processo de difusão, a escola é apontada no referido estudo como fundamental enquanto destinatária prevista para estes livros, que nela circulam como leitura subsidiária ou como prêmio para os melhores alunos. Ao mesmo tempo, emigrando para o interior dos textos, tornando-se com frequência tema privilegiado, o

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 17.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 18.

que reforça sua função pedagógica na polaridade das figuras antípodas do bom e do mau aluno.²⁴²

Neste sentido gostaria de estabelecer uma relação com os livros infantis selecionados pelo projeto Pró-Criança, os quais são voltados teoricamente para crianças de 3 a 6 anos, mas que foram distribuídos para as Escolas da Rede Estadual de Santa Catarina. Portanto, os leitores objetivados vão além da faixa etária anunciada, já que no momento de difusão destes livros, o pré-escolar ainda não se constituía, como ainda não se constitui generalizadamente, em uma realidade.²⁴³

Ainda numa tentativa de percebermos os primeiros passos da literatura infantil brasileira, podemos depreender a partir de ZIBERMAN e LAJOLO, os temas abordados pela literatura infantil em suas décadas iniciais, no qual muitos textos exortam explicitamente a caridade, a obediência, a aplicação no estudo, a constância no trabalho, a dedicação à família. Em outros momentos, os livros infantis endossam e difundem visões idealizadas da pobreza e difundem modelos da língua nacional.²⁴⁴

A mudança nos temas abordados pela literatura infantil brasileira parece estar intimamente relacionada à realidade que o objetivava, como nos lembram as autoras, esta literatura “até os anos 50 era ainda fortemente marcada pelo ruralismo, com as várias aventuras de Glorinha, de Isa Silveira Leal, parece encerrar-se o ciclo de sítios e fazendas. A partir de então, de modo irreversível e progressivo, o universo da cidade introduz-se nos livros para crianças. O urbano, enquanto temática, linguagem, modo de

²⁴² Ibidem, p. 19.

²⁴³ Outra identificação é que todos os autores selecionados no concurso de estórias receberam 20 exemplares da estória de sua autoria, também como uma espécie de prêmio.

²⁴⁴ ZIBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. op. cit., p. 19.

produção e circulação, representa a primeira aproximação da literatura infantil de hoje da não-infantil, muito embora os livros para crianças só raras vezes acompanhem a radicalidade dos outros”²⁴⁵.

Nas imagens do Brasil que os livros infantis dos últimos 20 anos constroem, percebe-se a trajetória ideológica pela qual a literatura infantil contemporânea aproxima-se da não infantil. Os primeiros livros urbanos dedicaram-se à reprodução verossímil de cenários, condições de vida e valores da classe média brasileira, que a partir do final dos anos 50, iniciava-se em hábitos de consumo. Chegando aos arredores dos anos 70 essa reprodução eufórica de um Brasil moderno coexiste com representações mais críticas de nossa realidade social urbana.²⁴⁶

Inserir a literatura infantil, produzida pelo Pró-Criança, em uma ou outra perspectiva de abordagem das últimas duas décadas do século XX, isto é, na perspectiva de reprodução de condições de vida e valores da classe média, ou na perspectiva de um Brasil moderno com críticas mais acuradas acerca da realidade social, certamente requereria um estudo mais aprofundado sobre as minúcias das mesmas.²⁴⁷ No entanto, é possível perceber determinadas características que coincidem com algumas já presentes ao longo da trajetória dessa literatura, mas que têm as suas especificidades, haja vista o interesse fundamental anunciado ao se propor um concurso de estórias em Santa Catarina, que, como já citamos anteriormente, visava preservar a “identidade cultural catarinense” e estimular o surgimento de “novos valores culturais”.

²⁴⁵ Ibidem, p. 176.

²⁴⁶ Ibidem, p. 176-177.

²⁴⁷ Gostaríamos de ressaltar que a leitura acerca dos livros infantis realizada neste trabalho apresenta inúmeras limitações, haja vista que não somos especialistas do assunto, porém, tentamos evidenciar o que salta destas estórias à luz do nosso referencial.

No início do presente capítulo, colocamos em questão se havia ou houve uma direção a priori do projeto Pró-Criança, principalmente em se tratando dos livros e canções selecionados por tal Projeto. Talvez não possamos falar em definições a priori, mas em circunstâncias, em tendências, que vão delineando a direção que subjaz também às histórias e músicas infantis no interior do Projeto Pró-Criança. Contudo, havemos de levar em consideração alguns pontos que indicam essa direção político-cultural, o que só pode ocorrer mediante os indicativos de nossas fontes.

O primeiro ponto seria em relação a essa intenção de “preservar a identidade catarinense”, cabendo, portanto perguntarmos qual é esta identidade que aparece no enredo dos livros da coleção Pró-Criança? Estaria esta intenção, de construir uma identidade, relacionada à tentativa de homogeneização?

Um segundo ponto que também requer atenção, são as cidades a que estavam vinculados, seja por nascimento ou vínculos profissionais, os escritores que tiveram suas histórias selecionadas. Das 31 histórias, 14 são de autores de Florianópolis, o que no nosso entendimento pode representar uma tendência a uma regionalização dessa identidade que se anuncia “catarinense”, mas que se define a partir da capital do Estado, já que haviam participantes de 122 municípios catarinenses e foram inscritas 1142 histórias.

Um terceiro ponto, na nossa compreensão, mais sutil e ao mesmo tempo um grande indicativo da direção do Projeto Pró-Criança, pode ser considerado a partir dos patrocínios de alguns dos livros selecionados. Este ponto é bastante curioso, já que dos 31 livros, todos sem exceção traziam na capa o logotipo da LADESC- Liga de Apoio ao

Desenvolvimento Social Catarinense.²⁴⁸ Entretanto, apenas 10 dos 31 livros apresentavam patrocínio empresarial.

Ao analisarmos o conteúdo dessas histórias, podemos vislumbrar que o foco das mesmas apresentava uma relação direta ou indireta com o produto ou serviço da empresa patrocinadora. Cabe ressaltar, que mesmo que este patrocínio não tenha influenciado na seleção das histórias vencedoras, tudo está a indicar que houve por parte do patrocinador uma escolha das que mais identificavam-se com o perfil do produto ou serviço oferecido.

Estas 10 histórias, às quais nos referimos, são as seguintes: “Benina-Bernunça com dor de barriga”, na qual a ênfase estava na necessidade de fazer um chá para a bernunça, integrante do boi-de-mamão. Assim:

“todo mundo se prontificou! Mas o jeito era fazer um chá reforçado porque a Benina-Bernunça era enorme...Meu Deus! Eram vinte litros de chá. Mas a Benina-Bernunça não deixou nadinha. E não é que funcionou?”²⁴⁹

Importante lembrar, que o patrocinador desta história era a Coca-cola²⁵⁰, cujo slogan evidenciado no logotipo era: “Beba Coca-cola”.

Uma outra história que apresentava patrocínio empresarial, precisamente o da empresa Sadia²⁵¹, intitulava-se “O Pintalho”, cujo enredo fala de um pintinho “muito inteligente e curioso”.

²⁴⁸ As capas dos 31 livros selecionados estão em anexo (ver Anexo III).

²⁴⁹ SOUZA, Sérgio Jeremias de. **Benina-Bernunça com dor de barriga**. Col. Pró-Criança. Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

²⁵⁰ Originalmente conhecida como chá gelado.

Um dia, Pitu perguntou para mamãe Cora:

—Por que os outros bichos têm dentes e a gente só tem bico?

Mamãe Cora sacudiu as asas e respondeu:

— Por que tu és um pintinho muito engraçadinho e eles são outros tipos de bichos (...)

Pitu não se conformou. Pensou, pensou, e achou um jeito de ter dente também. (...) No dia seguinte, quando foi ciscar, procurou a roça do Seu Manoel, o verdureiro, e ao chegar em casa estava bem diferente: no bico aparecia uma coisa esquisita (...) Pitu pegou na roça um dente de alho e prendeu no bico, falando satisfeito: EU SOU UM PINTINHO INTELIGENTE QUE TAMBÉM TEM DENTE.²⁵²

Uma terceira estória intitula-se “A Palavra Mágica” cuja empresa patrocinadora foi a RBS²⁵³. O enredo é o encontro de várias crianças, no qual tentam criar novas brincadeiras, dentre as quais a invenção de uma palavra mágica escolhida e reconhecida pelo grupo, que fazia tudo de positivo acontecer.

Uma quarta estória é intitulada “Pituca”, nome de uma locomotiva pequena, que era auxiliar do Papai Noel na entrega dos presentes de Natal e, que numa noite escura, enguiçou e não pode realizar a entrega dos brinquedos para as crianças. A empresa patrocinadora era a Luminar²⁵⁴.

Outra das estórias intitula-se “Uma Sociedade Interessante”, na qual dois meninos João Sorriso e João Tristeza unem-se para ajudar a Natureza a livrar-se dos males provocados pela poluição. Esta trazia o patrocínio das Empresas Guglielmi – Carbonífera Metropolitana SA.

²⁵¹ Trata-se de uma indústria catarinense de alimentos.

²⁵² ARECO, Neide Maria de Souza Moreira. **O Pintalho**. Col. Pró-Criança. Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

²⁵³ Rede Brasil Sul de Comunicações.

²⁵⁴ Empresa de Materiais Elétricos.

A sexta estória, patrocinada pela IBM²⁵⁵, era denominada “Kinkim o Pingüim”, o seu enredo tratava da chegada de um pingüim, “que vestia-se todo formal”, numa das praias da ilha. “Ficou muito famoso. Todos o queriam ver. Andava todo pomposo pra na televisão aparecer”.²⁵⁶ Vale lembrar que o logotipo da IBM também aparece em outra das estórias, intitulada “Dr. Barbado o Rei da Lagoa”, trata-se da estória de uma tainha, dona Floripa, a qual segundo o enredo “tinha idéias maravilhosas para dirigir seu pequeno mundo”, e desta forma tenta se tornar a líder, a rainha do fundo do mar, isto, através de um processo eleitoral.

Temos ainda a estória “Um dia na vida do Sol”, a qual enfatiza as benesses do Sol, o conforto, a saúde, as comodidades proporcionadas por ele. E das inseguranças promovidas pela ausência dele, como no caso das enchentes, citando inclusive as ocorridas em Santa Catarina. A empresa patrocinadora era a Pátria Seguros.

E por fim, temos as estórias “Mino o Passarinho do Sino” e “A minhoquinha dançarina”, com o patrocínio do BESC, cujo slogan bastante evidenciado é: BESC - o banco da terra da gente.

A primeira, é a estória de um pardal chamado Mino, o qual “vivia numa praça, com árvore, pipoqueiro, vendedor de balão, gente passeando, gente lendo jornal, uma catedral com sino e tudo, e ainda muitos pardais”. A ilustração é nitidamente uma tentativa de mostrar a Praça 15 de novembro e a Catedral Metropolitana de Florianópolis.

²⁵⁵ International Bussiness Machines – Empresa de Computadores dos EUA (evidencia o caráter de novidade: computadores, eleições, turista e a anunciada novidade do Pró-Criança).

²⁵⁶ CALAZANS, Carla. **Kinkim o Pingüim**. Col. Pró-Criança. Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

A segunda estória enfatiza o sonho de uma minhoquinha em ser bailarina. Esta, “morava com seus pais e irmãozinhos num lugar muito bonito. Lá as florzinhas desabrochavam maravilhosamente e as ervilhas cresciam rapidamente”.

3.3. Quais consensos podem ser evidenciados nestas estórias?

De forma inegável e recorrente, a comunicação ou as vias de propagação do Projeto Pró-Criança, podem ser admitidas em grande medida, seja pela circularidade dos Informativos Pró-Criança, mediante a sua divulgação via Instituições do Estado, principalmente Escolas Estaduais, seja pelos órgãos de Imprensa, que segundo os proponentes do referido Projeto “funcionou como instrumento de promoção e contribuiu para a divulgação e identificação do Pró-Criança”.²⁵⁷

Desse modo, temos a partir do próprio relatório do UNICEF acerca do Pró-Criança, um indicativo do funcionamento da promoção do Projeto em questão:

A promoção funcionou em dois níveis: o da opinião pública e o dos estratos médios da burocracia estadual.

Foi importante o uso da TV, rádio e imprensa, que noticiavam tudo o que acontecia no programa, inclusive a série de eventos culturais e recreativos que contribuíram para que a idéia do Pró-Criança fosse adotada tais como Festivais da Canção, Concurso de Fotografias, exposição de artes plásticas. Os eventos de literatura infantil tiveram grande impacto na opinião pública, tendo sido divulgados através dos meios de comunicação.

Estas ações valorizaram e prestigiaram o trabalho das instituições envolvidas assim como mobilizaram recursos diretos e indiretos.²⁵⁸

²⁵⁷ LEON, Ramon. **A Experiência de Desenvolvimento Infantil – Pró-Criança**. Florianópolis: UNICEF, 1986, p.6.

²⁵⁸ Idem.

A exemplo do que ocorrera em todo o processo de campanha eleitoral em 1982, Esperidião Amin dispunha de bases empresariais que o apoiavam e certamente estavam interessadas nesta política de atendimento a infância catarinense, afinal os principais alvos pareciam ser mesmo filhos de trabalhadores assalariados/consumidores. Assim, os livros e canções funcionavam ou eram partes constituintes de um processo de popularização de uma política para a infância, ou para os “pequenos” de Santa Catarina, que pautava-se principalmente nas diversões corriqueiras e datadas, seja no dia das crianças, das mães, dos idosos, onde palhaços e brincadeiras, como corridas de saco ou de equilibrar ovos na colher, transformavam aqueles dias inesquecíveis²⁵⁹, o que ocorria com a participação fundamental da ACARESC²⁶⁰. Por outro lado, também a partir daquela imagem tão forte do pintinho que sai da casca, o Pró-Criança firmou-se como a grande política voltada para a Educação Infantil em Santa Catarina, aproveitando do histórico descaso com esta camada social, por parte de governantes que o precederam e o auxiliaram na chegada ao governo, mas visivelmente forçado pelas circunstâncias a um governo mais popular. A sociedade de fato havia se complexificado e concomitantemente a esta complexificação firmava-se um maior e mais diversificado processo de organização social.

Os livros infantis selecionados pelo Pró-Criança Cultural apresentam algumas especificidades que teimam de fato em construir ou manter uma “identidade catarinense”, mas uma identidade localizada em alguns bairros de Florianópolis. Mas, se

²⁵⁹ Falamos em tom um pouco memorialista porque vivenciamos uma dessas festas promovidas pelo Pró-Criança em uma Escola do Município de Paulo Lopes, pensamos que tínhamos entre sete e oito anos, estávamos em uma das séries do primeiro grau (hoje ensino fundamental). Daí podemos deduzir também, a propagação da simpatia a esse programa além da faixa etária de 0 a 6 anos.

²⁶⁰ **ACARESC** – Associação de Crédito e Assistência Rural. É um órgão estadual que orienta o pequeno produtor nas tecnologias agrícolas e gerenciais apropriadas, bem como em saúde, nutrição, desde, escolares e jovens até famílias.

por um lado, há uma tentativa de identificação de alguns segmentos da sociedade, seja através dos personagens como pescadores, ou lugares/bairros de Florianópolis, há por outro lado, uma descaracterização com a inserção de bichos que não fazem parte da fauna brasileira e dificilmente eram conhecidos dos leitores destes livros, como por exemplo, o urso, o Leão e a Girafa.

A ilustração²⁶¹ que abre o livro “A Baleia da Praia da Armação” traz alguns personagens bastante caracterizados ou estereotipados, como por exemplo, o pescador com sua rede, um chapéu, um cigarro na boca, uma calça um pouco abaixo do joelho, ou na estória “As traquinagens da Tainha Troc”, na qual o pescador é apresentado com uma aparência bastante rústica, com pêlos por todo o corpo, de forma bastante enfática na ilustração (ver anexo IV).

Voltando à estória “A Baleia da Praia da Armação” temos a figura da mãe que aparece com dois filhos, levando o menor de mãos dadas e outro abraçado. Caracteriza-se por ser uma mulher um pouco gorda, com um lenço na cabeça e uma saia abaixo dos joelhos. Duas meninas aparecem já bastante à frente dos pais, apontando e observando uma baleia que aparecia no mar. E o filho maior aparece ao lado do pai, fortalecendo a idéia apresentada textualmente, de que os meninos são ajudantes dos pais no trabalho (ver anexo IV).

A estória tem como cenário uma das Praias de Florianópolis, Armação do Pântano do Sul, na qual aparece o apelo bastante regionalista, sem querermos incorrer em anacronismos, parece existir já naquele momento, uma ênfase ou interesse na

²⁶¹ O Pró-Criança alerta que a criação e ilustração dos livros selecionados são de responsabilidade de seus autores. Entretanto, percebemos que a maioria dos livros, isto é, vinte e um foram ilustrados por Astrid Munch; um dos livros traz como responsável pela ilustração Zito; quatro das estórias foram ilustradas por Nice; uma por Mário César Coelho e quatro por Sérgio José Meurer.

construção da imagem da capital da “qualidade de vida”, um lugar cheio de atrativos e acontecimentos fantásticos.

Bem embaixo do mapa do Brasil existe uma ilha chamada Florianópolis. Nesta ilha há muitas praias e nelas, muitos pescadores com suas redes. Um dia, numa dessas praias, chamada Armação do Pântano do Sul, aconteceu algo muito esquisito. Era um dia de sol forte e os pescadores iam jogar suas redes no mar. De repente, avistaram uma baleia bem pequena que vinha se aproximando. Todos os moradores vieram expiá-la. Até as rendeiras largaram suas rendas e vieram apreciar a baleiazinha.²⁶²

FRANTZ elabora uma reflexão bastante profícua ao afirmar que a cada dia que passa mais se convence de que “a principal função da escola hoje, mais do que nunca, é formar leitores.”²⁶³

Formar leitores, essa idéia ou esse conceito compreende não o “simples” fato de conhecer e articular o alfabeto, de construir e pronunciar frases e palavras, mas algo que ultrapassa essa dimensão objetiva do ler, e que avança na perspectiva de se “apossar da palavra”²⁶⁴ e converge fundamentalmente para a formação de leitores da realidade, dos interesses, dos embates, das práticas políticas, das diferentes linguagens, isto é, que possam “compreender as intenções subjacentes ao texto, ler além do texto”²⁶⁵.

E esta função perpassa todo o livro infantil, seja porque como aponta GÓES, “é com o auxílio do livro e particularmente do livro infantil que poderemos influir sobre a vida afetiva e estética da criança: o livro infantil ocupa um lugar privilegiado, pois, é o

²⁶² TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **A baleia da praia da Armação**. Col. Pró-Criança. Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

²⁶³ FRANTZ, Maria Helena Zancan. **O Ensino da Literatura nas séries iniciais**. 2ª edição, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997 p. 13.

²⁶⁴ Expressão de Elvira França apud FRANTZ, M. H. op. cit., p. 20.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 20.

ponto de encontro entre duas artes, a da palavra e da forma, isto é, o texto e sua ilustração (...) auxiliam na aprendizagem do mundo e formar o leitor no gosto (...) o hábito da leitura ajudará na formação da opinião e de um espírito crítico – principalmente a leitura dos livros que formam o espírito crítico, enquanto a repetição de estereótipos empobrece”²⁶⁶.

No caso dos livros produzidos pelo Pró-Criança cultural, temos repetidas vezes, seja nas relações que se estabelecem nas estórias através de animais ou de pessoas, as posições ocupadas na sociedade, estabelecidas de forma natural e inexorável. Como por exemplo, na estória acima citada “A Baleia da Armação”, na qual todos os personagens do fundo do mar exerciam funções de dependência, de servidão para ser mais precisa. Assim, o Baiacu era um soldado, que revistou o menino ao chegar no fundo do mar, para ver se não estava armado (com anzóis); as Ostras e os Polvos eram definidos pelo lugar em que moravam, a primeira pela assiduidade e constância no trabalho e por morar em um bairro calmo e silencioso e por ficarem o tempo todo trancadas fazendo pérolas; já os Polvos moravam ou faziam do bairro, barulhento e encrenqueiro, sendo os mais fofos do fundo do mar. A Lagosta, previsivelmente era a grande rainha, tinha poder de decisão e de verdade. Sentava-se numa concha que era puxada por cavalos marinhos; os Golfinhos tinham como função tocar búzios para a Rainha, as Sardinhas maiores eram funcionárias eficazes, as menores suas ajudantes, no trabalho de cuidar dos peixes feridos, juntamente com os Camarões que “a todo instante passavam com injeções e remédios”. O menino foi o grande escolhido, já que a rainha considerava que as crianças tinham coração puro e bom. “Só as crianças podem tocar no

²⁶⁶ GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à Literatura Infantil e Juvenil**. 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1991, p. 27-28.

coração dos adultos”. Os homens são culpabilizados da desgraça, “destroem a vida no mar”.

Cabe lembrar, que a estória faz referência a duas formas de destruição: uma seria a poluição provocada pelos homens, e a outra forma depreendemos a partir da inspeção que o baiacu (soldado) faz ao menino, procurando anzóis, isto é, há aí a alusão a destruição advinda da pesca, mas em pequena escala.

E por fim, pode-se inferir acerca da importância que a Televisão desempenhava e ainda desempenha quando se afirma que “Até a TV desceu do Morro da Cruz e veio entrevistar Luca”. Lembrando que Luca, era o protagonista da estória **A Baleia da Praia da Armação**.

Por outro lado, outros consensos são estabelecidos e frisados a partir destes livros infantis como, por exemplo, nestes trechos a seguir:

“Era uma vez uma minhoquinha muito sonhadora. Morava com seus pais e irmãozinhos num lugar muito bonito. Lá, as florzinhas desabrochavam maravilhosamente e as ervinhas cresciam rapidamente”.²⁶⁷

“João Sorriso era assim chamado porque estava sempre alegre cantarolando musiquinhas que conhecia. Enfim, estava sempre sorrindo. Ele gostava muito de andar pelos jardins e praças públicas, olhando as flores, os pássaros, os lagos, as crianças. João Sorriso achava que tudo isso queria dizer vida. Ah! como ele gostava de viver”.²⁶⁸

Temos nestes casos acima, uma coisa que é bastante comum na literatura problematizada, isto é, a felicidade está quase sempre presente; a família aparece

²⁶⁷ SILVA, Sinclair da. **A minhoquinha dançarina**. Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

²⁶⁸ CRUZ, Vera Maria Silvestre. **Uma Sociedade Interessante**. Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

sempre unida, morando num lugar muito bonito, onde ocorrem muitos fenômenos fantásticos; o sorriso constante, demonstrando a alegria de viver. A tristeza é quase sempre omitida, porém quando aparece é causada em grande medida por motivos muito distantes de problemas reais.

Outro aspecto que sobressai, nesta literatura em questão, é a perspectiva de deixar à mostra um caráter utilitário da criança, onde se relacionam repetidas vezes o “prazer em servir”, o amor ao trabalho por ser útil a Pátria, a Deus, aos homens, ou no sentido de receptora de bons preceitos hoje e, amanhã, o adulto, seguidor e propagador desses valores. Neste mesmo sentido, são definidos o que se espera de homens e mulheres dentro da sociedade, como na estória que segue:

“Pedro, Pedrinho e Pedroca eram três rapazes amigos e estudiosos que moravam na Rua Nova, bonita, de casas simples, mas caprichadas. Maria, Mariquinha e Maricota eram três meninas amigas e trabalhadeiras, moravam na Rua da Figueirinha, pequenininha, de casas miúdas, mas muito limpinhas.”²⁶⁹

Tem-se de forma bastante evidente aquilo que se espera, que se postula de um menino e de uma menina.

Os meninos, nas estórias pesquisadas, são apresentados quase que invariavelmente como os protagonistas delas. Sempre acompanhados de predicados bastante favoráveis, desejáveis, como por exemplo: estudioso, criativo, amigo, etc.

²⁶⁹ SASSE, Marita Decke. **Uma Família Feliz**. Florianópolis :LADESC, 1986. Não paginado.

As meninas, por sua vez, são sempre acompanhadas por predicados referentes ao trabalho, como no caso acima, ou referentes a vaidade, comportamentos irracionais, desequilíbrio emocional, conferindo-as, assim como aos “pobres” uma imaturidade.

Como nos adverte CHAUI:

“Quem, nas sociedades ocidentais modernas, tem sido sistematicamente definido como imaturo? A criança, a mulher, as ‘raças inferiores’ (negros, índios, amarelos) e o povo. Qual a consequência fundamental da imputação de imaturidade a essas figuras? A legitimidade de dirigi-las e governá-las, isto é, de submetê-las”.²⁷⁰

Continuando a estória acima citada, temos ainda “três cachorrinhos de raça, que viviam em uma Rua charmosa, de casas enormes, mas de muito bom gosto”.

Note-se que os cachorros não são uns “quaisquer vira-latas”, mas cachorros de raça. É ainda interessante perceber, que a autora, contrapõe casas enormes ao predicado/ mas de muito bom gosto.

Volto a questionar, qual a identidade da cultura e novos valores que se tenta construir mediante essas estórias? A que segmentos da sociedade chegam estas palavras, essa realidade? Consideremos uma criança de outro segmento social, lendo esta estória.

Possivelmente esta contraposição casas enormes/mas de muito bom gosto, deveria soar como um consolo àqueles economicamente/socialmente impedidos, de ter uma casa grande ou “enorme”, levando-os até a pensar que isto poderia beirar ao “mau gosto”.

Desta forma, o leitor deve sentir-se feliz por viver em uma casa pequena, porque pode parecer de “bom gosto”.

²⁷⁰ CHAUI, Marilena. Ideologia e Educação. *Revista Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, CEDES, n. 5, janeiro, 1980, p. 29.

E assim, a autora segue, contrapondo algumas características dos seus personagens, legitimando assim, aquilo, que é ou não, desejável nos comportamentos e práticas das pessoas. Vejamos:

“Pedro era um rapaz simples, mas muito ambicioso.
Pedrinho era um rapaz miudinho, mas muito ativo.
Pedroca era um rapaz muito sério, mas muito prosa.”²⁷¹

A simplicidade aparece como uma característica desejável. É importante lembrarmos que na maioria das vezes, a simplicidade aparece vinculada a outras características como a humildade e a pobreza.

A ambição é condenada, o que nos leva a pensar em sujeitos passivos, sem pretensões. É importante perceber o sentido que esta palavra pode representar.

No dicionário, por exemplo, o adjetivo ambicioso é sinônimo de ganancioso. E o termo ambição como um desejo veemente de poder, de glória e de riqueza.

Em outras palavras, isto significa a defesa da imobilidade social, do acesso a privilégios e não a direitos, de uma minoria que se considera “a escolhida”, de uma relação que se pretende natural e não histórica.

Pedrinho era miudinho, o que é colocado como um defeito que, logo tenta-se corrigir com o adjetivo muito ativo. É interessante perceber, que ativo pode representar o oposto de preguiçoso.

Pedroca era sério, o que é colocado como uma virtude. Mas era prosa, e isto é condenado. Prosa, pode significar tanto uma pessoa vaidosa, pedante ou pretensiosa.

²⁷¹ SASSE, Marita Decke. op. cit.

Para as meninas não há inovação. Maria também é simples e ambiciosa. Mariquinha é miudinha e ativa. Maricota é séria e prosa e, o que já era previsível, os cachorros também têm as mesmas características, na mesma ordem.²⁷²

O futuro parece bastante previsível e o mais natural e aceitável possível.

Pedro e Maria cresceram, casaram e foram morar na Rua Nova. Ganharam como presente o cachorro Pito, aquele que tinha as suas respectivas características.

A estória segue nessa seqüência chata, previsível e linear, onde os “iguais” se unem, da forma mais aceitável, isto é o casamento, com alguém do sexo oposto, de véu e grinalda, Igreja e presentes e é lógico, uma casa para morar.

E o pior: começa tudo de novo, quando eles casam e têm filhos, inclusive os cachorros.

E assim, termina a estória:

“Todos foram muito felizes, até que passou algum tempo e começou tudo de novo”²⁷³.

Há uma forte insistência em uma padronização, uma homogeneização. Busca-se moldar um ideal de sujeito, semelhantes, passivos e previsíveis, uma uniformização que persiste em omitir o que está subjacente.

Nas palavras de DEIRÓ:

A sociedade capitalista, burguesa professa, como princípio expresso, que os homens são iguais. A práxis sócio econômica em tal formação, no entanto, discrimina os homens dentro de uma estrutura de classes.

²⁷² Ibidem.

²⁷³ Ibidem.

A ideologia da classe dominante é utilizada para mascarar essa incoerência entre os princípios expressos e a práxis sócio econômica, sustentando e justificando a práxis discriminadora.²⁷⁴

Outra estória que destacamos é “A mais fabulosa confeitaria do mundo”, a qual inicia-se assim:

“Era uma vez uma pequena cidade onde tudo era pequenino, até a Igreja.”²⁷⁵

Uma pequena frase, mas que nitidamente constitui e engendra valores, cujas funções transcendem o âmbito do visível.

A Igreja (na ilustração, nitidamente católica) se constitui não apenas em uma construção arquitetônica, mas uma linguagem e como toda linguagem, representa um sistema de signos que, por sua vez, é uma coisa que está em lugar de outra, sob algum aspecto.²⁷⁶ Neste sentido, historicamente a Igreja carrega uma carga de valores tanto morais quanto espirituais, que orientam e engendram comportamentos individuais e coletivos.

Desta forma, quando a autora apresenta uma pequena cidade onde tudo é pequenino e, com um assombro diz “até a Igreja”, representada na ilustração por uma Igreja católica, ela já está sobrepujando esta, em relação a todos os outros elementos constituintes desta cidade.

²⁷⁴ DEIRÓ, M^a de L. C. **As Belas Mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Editora Moraes, 11^a edição, 1978. P. 24.

²⁷⁵ LOPES, Ana Rita dos Santos. **A mais fabulosa confeitaria do mundo**. Florianópolis: LADESC, 1985, P. 01.

²⁷⁶ PEIRCE, Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 46.

Assim, os valores intrínsecos ao símbolo, ganham uma dimensão valorativa, através dos quais, julgam-se socialmente o que é considerado lícito e ilícito ou moral e imoral.

Portanto, a Igreja, um agente edificador de verdades, prescreve um rol de normas e funções aos indivíduos dentro da sociedade e o livro infantil, trata de repassar e até mesmo utilizar-se dos valores já imbuídos neste “precioso símbolo”.

A estória segue falando de Emilinha, a qual passava todos os dias na frente de uma confeitaria. Olhava os bolos e pães, mas sobretudo, para um aquário que ficava num canto da confeitaria.

Certo dia...

Seu Cazusa estranhou que não fora à confeitaria. Preocupado, foi ver o que tinha acontecido com Emilinha. Ela estava muito doente e era muito pobre. Mas não se preocupem, amiguinhos, pois ela ficou boa logo.
E sabem qual foi o presente que ela ganhou de seu Cazusa no Natal?
O aquário com dois peixinhos dourados. Sua alegria foi tanta, que não cabia em sua cidade.²⁷⁷

O enredo, aparentemente desprovido de grandes significados, confirma textualmente uma condição de pobreza. Segundo a autora “Emilinha era muito pobre”, pobreza que se contradiz nas ilustrações (ver anexo V). Cabe ressaltar que o pobre evidenciado é o que possui casa, dinheiro para remédios, sapatos e roupas. Afinal que mundo é este que se pretende identificar com a criança de Santa Catarina?

²⁷⁷ LOPES, Ana Rita dos Santos. op. cit.

O presente, para finalizar o enredo, vem acima de tudo, ressaltar um caráter bondoso; a generosidade dos ricos e a recompensa às crianças, mas não a todas, somente àquelas tão “queridas e especiais”, assim como Emilinha era descrita na estória. Aspecto que já havia sido observado por DEIRÓ ao analisar livros didáticos de primeira a quarta série, a partir dos quais aponta que “a justiça é praticada pelos ricos. Entretanto, a justiça, como é descrita, parece um favor que o rico concede ao pobre e não um direito”.²⁷⁸

Perde-se, portanto, em meio a uma simplicidade grotesca, o desafio de se problematizar as questões reais, presentes no cotidiano de personagens reais.

Segundo REGO, esta é uma característica bastante marcante nos livros e textos didáticos, isto é, mostrar a sociedade, as pessoas e a realidade de uma maneira muito simples, sem nenhuma dificuldade, complexidade ou problema.²⁷⁹

Isso fica também bastante evidente na “Floresta do Rima Tudo”²⁸⁰, onde os animais da floresta revoltam-se e armam uma cilada para os lenhadores, já que estes vão cortar as árvores porque há um projeto de criação de um condomínio no lugar da floresta.

Ora, o texto não problematiza os interesses dos grandes empresários, culpabilizando apenas os lenhadores, não discutindo assim, as relações de poder que se estabelecem na sociedade, ignorando a relação patrão – empregado.

²⁷⁸ DEIRÓ, M^a de L. C. op. cit. p. 129.

²⁷⁹ REGO, Maria Filomena. **O aprendizado da ordem: a ideologia nos textos escolares**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981, p. 32.

²⁸⁰ FREITAS, Luiz de. **A Floresta do Rima tudo**. Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

Outros detalhes ainda devem ser percebidos, como por exemplo, o distanciamento dos personagens ilustrados com a realidade objetiva daqueles à quem estes livros destinam-se. É o caso dos animais em questão e da própria figura do lenhador, os quais fazem parte de outros cenários. Os animais são tipicamente africanos e os lenhadores, são figuras bastante comuns em contos europeus.

Desta forma, a própria linguagem e os personagens focalizados, contribuem para um distanciamento do leitor com a realidade circundante. Vejamos:

Amanheceu.

Todos em posição de ataque, esconderam-se atrás de árvores e pedras e esperaram os malfeitores que queriam destruir a bela floresta. Muito felizes, cantavam assim:

_ Não gostamos da floresta! Para nós ela não presta! Despreocupadamente, entraram mata adentro, sem imaginar o que os esperava. Quando passavam por baixo da teia, o Leão – dono – deste chão urrou com todas as suas forças:

_ AAAgggooooorrraaa!!!

_ A Girafa – pescoço – de – garrafa soltou a teia, que caiu em cima dos lenhadores e todos os bichos os atacaram...²⁸¹

Uma outra estória em que percebermos essa simplificação da sociedade é “As Traquinagens da Tainha Troc”.²⁸² Trata-se de uma família (Oliveira) que vivia numa colônia de pescadores, composta por Pai, Mãe e dois filhos, uma menina e um menino.

O garoto aparece como o personagem mais inteligente e criativo.

O enredo retrata a invasão da casa da família Oliveira, por uma espécie de tainha que podia viver fora da água e assim fazer traquinagens por aí.

²⁸¹ Idem.

²⁸² SAAVEDRA, Eduardo. **As Traquinagens da Tainha Troc**. Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

Pedro, o garoto, tinha ouvido alguns pescadores conversarem sobre a existência desse peixe, mas, ninguém em casa acreditou, até serem vítimas das diabruras da tainha.

O primeiro a descobrir foi o próprio Pedro. Naquela mesma tarde, fazendo suas lições, Pedro traçou com a régua uma linha bem retinha. Mas nesse instante, Troc mexeu a mão de Pedro e a linha saiu torta como um caminho de montanha.

_ Vejam o que me fez a tainha! Gritou Pedro querendo chorar. Sim. A tainha, não é? Replicou Cora, sua irmã. O que acontece é que você não tem o devido cuidado!...

Um pouco depois, Cora que se vestia para sair, notou que faltava uma das meias. A meia havia desaparecido.

De repente, a tainhazinha Troc passou correndo e se escondeu no armário.

A garota gritou pela mãe, contando o que tinha acontecido, ao que a mãe retrucou:

_ bobagem! Sorriu mamãe – o que acontece é que você sempre perde as coisas.²⁸³

Enquanto isso...

Mamãe preparava um pudim.

Papai folheava o jornal.

Por fim, Pedro teve uma idéia para livrar-se da tainha. Pegou os lápis coloridos e desenhou um barco na parede. E Troc foi embora...

Mais uma vez evidencia-se no episódio relatado acima, onde a mamãe preparava um pudim e o papai lia o jornal, o afastamento da realidade, a falta de identificação dos personagens reais – leitores, com os personagens pintados, moldados, dos livros infantis.

Fica latente neste texto, o ideal estereotipado da família perfeita: Pai, mãe, poucos filhos, de preferência um menino e uma menina. E toda uma construção perversa e sexista que propaga uma superioridade masculina, que generaliza e simplifica as diferenças humanas. O sexismo, segundo Andrée Michel, “são as práticas,

²⁸³ Idem.

os preconceitos e as ideologias que desvalorizam e inferiorizam as mulheres em relação aos homens” .²⁸⁴

Dentre inúmeros agentes de propagação, reforço e transmissão de normas, valores e ideologias sexistas, os livros, destinados a crianças e adolescentes, estão entre os mais eficazes; o que ocorre também, com os livros ilustrados a que as crianças têm acesso antes de entrar na escola maternal, antes mesmo que saibam ler ou escrever.²⁸⁵

Segundo SHESTAKOV²⁸⁶, o estereótipo se define como uma tendência à padronização, como a eliminação das qualidades individuais e das diferenças e como a ausência total de espírito crítico nas opiniões sustentadas.

Essa posição define em grande medida a tendência constante de generalização presente em todos os livros da coleção Pró – Criança, nos quais, o universo masculino é sempre cercado por atributos como inteligência, eficiência, competência, iniciativa, coragem; o feminino, por vaidade; a mãe, uma criatura bondosa e doméstica; a sociedade simples, sem grandes problemas, todos têm casa e família.

Segundo FREIRE uma das conotações do autoritarismo é a total descrença nas possibilidades dos outros.²⁸⁷ Contudo, ao considerarmos os conteúdos das músicas e

²⁸⁴ MICHEL, Andrée. **Não aos Estereótipos! : vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares.** Trad. Zuleika Alambert, Violette Nagib Amary. São Paulo: Conselho Estadual da condição Feminina; (Paris) Unesco, 1989, p. 13.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 22.

²⁸⁶ Apud MICHEL, op. cit., p. 18.

²⁸⁷ FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios.** São Paulo: Cortez, 1993, p. 72.

livros selecionados pelo Projeto Pró-Criança²⁸⁸ e ainda, os objetivos do Pró-Criança Cultural, isto é, de construção de uma “identidade catarinense”, podemos mesmo nos questionar acerca do lugar da democracia tão proferida pelos idealizadores desse projeto, vale lembrar, por políticos que se ancoravam em frases de efeito como “inovar, renovar e distribuir”.

“Que estranha maneira é essa de fazer História, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar!”²⁸⁹

Na estória da tainha Troc, essa relação aparece de forma bastante evidente, através das próprias ações dos personagens no contexto.

Pedro, o garoto, fazia suas lições. A própria formulação do texto, já transcrita em um momento anterior, nos dá a impressão de que ele era bastante caprichoso.

A garota, vestia-se para sair.

Novamente aparece o aspecto vaidade e futilidade em torno da figura feminina, aspecto que não difere nas conclusões de BELLOTTI, formuladas a partir de pesquisas em torno de livros didáticos infantis:

²⁸⁸ Gostaríamos de salientar que o Festival de Canções para a Infância Catarinense foi realizado em três etapas, resultando destas, três discos, intitulados FECIC – 84, FECIC – 85 e FECIC – 86; cada um deles contendo 12 músicas. A exemplo do Concurso de estórias infantis, o FECIC é bastante abrangente e merece indubitavelmente um estudo detalhado sobre o seu teor. Compreendendo isso, apenas indicamos genericamente para o que essas canções indicavam. Assim, de forma muito semelhante às estórias selecionadas pelo concurso, as letras das músicas trazem um universo de personagens, representados por bichos, palhaços, pescadores, e referências a bairros de Florianópolis, ou em alguns momentos, a defesa de uma “catarinidade”, um orgulho por ser de Santa Catarina, uma espécie de idealização do Estado que vai de encontro ao proposto pelo Projeto Pró-Criança Cultural, isto é, a proposta de construção de uma identidade catarinense. As letras dessas músicas encontram-se em anexo no presente trabalho (ver anexo VI).

²⁸⁹ FREIRE, Paulo, op. cit., p. 33.

“As meninas são graciosas e apaixonadas (um “objeto”, uma coisa para brincar); vestilas traz satisfação (não valem por si mesmas, mas pelo seu aspecto; não é a inteligência que as valoriza, mas a sua beleza)”.²⁹⁰

E por fim, um outro aspecto focalizado por REGO, refere-se ao papel representado pela criança na família, onde ela deve ser um projeto de adulto. Em outras palavras, o adulto é o modelo a ser imitado²⁹¹. Desta forma, a criança é também orientada por um “modelo de família” fortemente ancorada num conjunto de preconceitos e adormecida num leito de passividade e para ela, seguir esta trilha é guiar-se pelo caminho mais claro, óbvio e natural.

²⁹⁰ BELLOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**; trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 23

²⁹¹ *Ibidem*, p. 40

Considerações Finais

Talvez não seja exagero fazermos essas considerações em tom de perplexidade.

Quando este trabalho era apenas um projeto tínhamos clareza de estarmos lidando com uma realidade que pululava diante de nossos olhos; costumávamos mesmo brincar, que o objeto desta pesquisa estava cada vez mais vivo.

Claro, tínhamos perante nós uma Prefeita que era a mesma primeira dama, do período histórico em que esta pesquisa trilhava, mas, ironicamente, a primeira dama atual do Estado, também era a mesma primeira dama do período a que nossa pesquisa se referia.

Contudo, o embaraço não parava por aí. José Murilo de Carvalho talvez tenha reforçado o tom de nossa perplexidade ao refletir que “a manutenção da democracia política está ameaçada pela persistência da exclusão social. A aplicação recente da LSN contra os militantes do MST, a proibição de entrevista de líder do mesmo movimento a uma TV pública, a volta do uso da palavra ‘baderna’ por parte do governo federal e dos editoriais da grande imprensa para caracterizar a ação da oposição, a tentativa do governo federal de fortalecer os instrumentos de repressão são indicadores da fragilidade de nossa democracia.”²⁹²

E, talvez esse fosse realmente o ponto maior de nossa perplexidade, a fragilidade da democracia que imperava nos discursos e propostas do Projeto Pró-Criança. Afinal de que forma aquele que é considerado já previamente como “pequeno”, participa do processo decisório? O reconhecimento da categoria homogeneizada sob a fórmula

²⁹² CORDEIRO, Leny; COUTO, José Geraldo (Org.). **Quatro autores em busca do Brasil: entrevistas a José Geraldo Couto**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.29.

“pequeno” constitui-se inegavelmente numa estratégia pela busca de consensos, de uma categoria social, empresarial, de grupos que têm historicamente articulações sociais e compromissos essencialmente excludentes, que buscam a conformação de seu domínio.

Assim, a criança, ou o “pequeno” torna-se instrumento de grande valor nesse processo de convencimento, que visa sobretudo, as famílias, apropriando-se daquela crença popular e muito consensual: “fez para o meu filho está fazendo para mim”.

Enfim, a inquietude vem também da percepção da concepção de ser humano que perpassa esse projeto, porque ao proporem no interior dos documentos que “os grandes precisam ser gente”, dando significado a esta fala num contexto de desqualificação do profissional que cuida/educa a criança de 0 a 6 anos, ou ainda, quando falam em “encher a barriga/fazer a cabeça”, salientando que isto não significava programar as pessoas, vem à tona o referencial de democracia e participação tão enfatizados retoricamente.

De fato, a fragilidade da nossa democracia é também (re) construída a partir de projetos como o Pró-Criança, com suas formas de “lidar pobremente com a pobreza”, vem, possivelmente, contribuindo para que, dentre outras coisas, chegássemos hoje, ao limite extremo da política do voluntariado ou ainda, para uma desqualificação da educação onde todos podem ser “amigos da escola”.

Indubitavelmente, a participação tão proclamada pelo Projeto Pró-Criança, justificada pela observância de direitos, dissimula as bases antidemocráticas desta “nova direita”. Compreendendo que a democracia ancora-se em noções de direitos, os adjetivos “pequenos” ou “desassistidos”, empregados ao longo de todo o Pró-Criança, trazem à tona a incoerência que permeiam os discursos dessas forças políticas. Esses termos ou “fórmulas” carregam consigo as relações/articulações dessas forças, que de

fato, não se propõem a lutar por causas democráticas, ou por igualdade, trata-se de delimitar, de aprofundar cada vez mais as relações de disparidade. E, no interior desse projeto, sob uma multiplicidade de formas, de subprojetos, são construídos/reafirmados conformismos, dentre eles, o da pobreza, das desigualdades, das faltas, seja de saúde, educação, alimento e lazer, entre outros. Nesse processo de construção de consensos, a participação é nutrida como a grande saída para os problemas sociais, visualizados e tratados como problemas da “comunidade”, homogeneizada sob este termo, contribuindo deste modo para o fortalecimento da percepção desses problemas num âmbito restrito, tratados individualmente, chegando-se mesmo ao extremo, como a realização de torneios de canastra para a construção de jardins de infância.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e Documentação- Referências- Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT/CB/NBR 6023, agosto, 2000.
- ABRAMOVICH, Fany (org.). **O mito da Infância feliz**. São Paulo: Summus, 1983.
- AGUIAR, Itamar. **As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina – Táticas e Estratégias das Elites no confronto com as Oposições**. Dissertação de Mestrado: UFSC, Florianópolis, 1991.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksmann. Rio de Janeiro :Zahar editores, 2ª edição, 1981.
- AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: Da Guerra aos “Fanáticos” do Contestado à ”opção pelos pequenos”**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1991.
- _____. O pensamento vivo do marxista Antonio Gramsci. **Revista Plural**. Florianópolis: [s.n.] ano 2, n. 2, jan/jun, 1992.
- AURAS, Marli et. al. A democratização da educação em Santa Catarina: um outro estilo de diagnóstico – documento síntese. **Perspectiva**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, nº 23, [s.d].
- BELLOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Trad. Ephraim Ferreira Alves; Petrópolis: Vozes, 1975.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e história da cultura**; trad. Sérgio Paulo Rouanet, 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, obras escolhidas, v. 1, 1994.
- CAMPOS, Maria M. Pré-escola; entre a educação e o assistencialismo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 53, maio, 1985.
- CAMPOS, Rosânia. **Políticas Governamentais e Educação Infantil: histórias ou estórias?** Artigo elaborado na Disciplina: Políticas Internacionais de Educação e suas repercussões no Brasil , PPGE/CED/UFSC, sob a responsabilidade das Professoras Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista .Florianópolis, 1999/2. Não publicado.

- COUTO, José Geraldo (org.). **Quatro autores em busca do Brasil: entrevistas a José Geraldo Couto**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- CENTRO INTERNACIONAL DA INFÂNCIA. **O Desenvolvimento da Criança- do nascimento aos seis anos**. São Paulo: Pioneira, (UNESCO), 1987.
- CERIZARA, Ana Beatriz. **A Pré-Escola em Questão. Perspectiva**. Florianópolis: CED/UFSC, jan/jun, 1984.
- CHARTIER, Roger. (org.) . **Práticas da leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologia e Educação. **Rev. Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados/CEDES, n. 5, jan., 1980.
- _____. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Universidade em Liquidação. Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jul., 1999.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: ed. da UFF. Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**; trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAROS, Maria das Dores. **Em busca da Participação- a luta dos professores pela democratização da educação**. Florianópolis: UFSC/CED, NUP, 1999.
- DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. **As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Editora Moraes, 11ª ed., 1978.
- ECO, Humberto; BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. Trad. Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980.
- FERNANDES, Florestan. **Nova República?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

FONTANA, Remy. Governo Amin- Um voto de desconfiança. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 2, n° 3, dez. 1982.

FRANTZ, Maria Helena Zancan. **O Ensino da Literatura nas séries iniciais**. 2ª edição, Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

~~F~~FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1993.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à Literatura infantil e juvenil**. 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1991.

GOHN, Maria da Glória. A Creche: Origens e Conjuntura atual. **Revista Educação Municipal**. São Paulo, ano 1, n.º 3, Dez., 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Edição e trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz S. Henriques e Marcos A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, vol. 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Edição e trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz S. Henriques e Marcos A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 2.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Edição e trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz S. Henriques e Marcos A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol.3.

GRANDO, Sérgio (org.). **Florianópolis de todos**. Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

GUIDO, Mantega. **A economia política brasileira**. 3ª edição, São Paulo: Vozes, 1984.

KULMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: ed. Mediação, 1988.

MANACORDA, Mario A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina, tempos de angústia e esperança:** subsídios para um programa de governo. 2ª ed., Florianópolis: Editora Lunardelli, 1986.
- MORENO, Montserrat. **Como se Ensina a ser Menina:** o Sexismo na Escola. Trad. Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- MEURER, Cleusa. **Creche Domiciliar: nem Escola, nem Família.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC/CED, 1994.
- MICHEL, ANDRÉE. **Não aos estereótipos!** Vencer o sexismo nos livros para as crianças e nos manuais escolares. Trad. Zuleika Alambert, Violette Nagib Amary; São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina; (Paris) UNESCO, 1989.
- MÜLLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce M. **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias.** Londrina: UEL, 1995.
- NASPOLINI, Antenor M. Pró- Criança. **Revista Perspectiva.** Florianópolis: Editora da UFSC, ano 1, nº 2, jan./jun., 1984.
- PRIORE, Mary del (org.). **História da criança no Brasil.** 4ª edição, São Paulo: Contexto, 1996.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar - a Utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1985.
- REGO, Maria Filomena. **O Aprendizado da Ordem:** a ideologia nos textos escolares; Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil:** trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: UFSC/CED,NUP, 1999.
- ROCHA, Eloísa A. C. R. et. al. **Creches e Pré-escolas:** diagnóstico das instituições educativas de 0 a 6 anos em Florianópolis. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: UFSC/CED/NDI, 1995.
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches Domiciliares: Argumentos ou Falácias. Caderno de Pesquisa.** São Paulo, n.º 56, fev., 1986.

- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHMIDT, M. A. Moreira dos Santos. **Infância : Sol do Mundo – A 1ª Conferência Nacional de Educação e a construção da infância brasileira, Curitiba-1927.** Tese de Doutorado, UFP, Curitiba, 1997.
- SINGER, Paul; BRANT, Vinícius C. **São Paulo: o povo em movimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Pré-escola: uma nova fronteira educacional.** Série Cadernos de Educação. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987.
- TRINDADE, Hélió (org.). **Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política.** Porto Alegre: Sulina, 1982.
- VIEIRA, Evaldo. **A República brasileira: 1964-1984.** São Paulo: Ed. Moderna, 1985.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et. al. **A Pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 1995.
- ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para Crianças - para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos.** 4ª ed., São Paulo: Global, 1993.

Fontes Documentais

AMIN, Esperidião; FONTANA, Victor. **Carta dos Catarinenses: Santa Catarina um compromisso com o futuro.** Florianópolis: IOESC, 1982. Não paginado.

AMIN, E. **A Vez do Pequeno: uma experiência de governo.** 2ª ed., Florianópolis: Casa Civil, 1986.

AMIN, E. **Resposta à Carta dos Catarinenses.** Florianópolis: [s.n], 1987.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Secretaria de Assistência Social. **Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade.** 2ª ed., Brasília, MPAS/SPR, 1983.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **A Criança Excepcional – Causas e Conseqüências: Juntos Podemos.** Florianópolis, Pró-Criança especial, nº 5, [s.d].

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **A Criança excepcional – causas e conseqüências.** Separata, Informativo 2, Florianópolis, [s.d].

COMISSÃO PRÓ- CRIANÇA. **Carta de Florianópolis – pela criança Afro-Latino Americana.** Florianópolis: UNICEF /LADESC, primavera, 1985. Não paginado.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Congresso Estadual Pró-Criança.** Florianópolis: LADESC, 1986.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Creches Domiciliares.** Florianópolis: IOESC, versão 3, 1984.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Creches Domiciliares – uma alternativa de atendimento em Santa Catarina .**Florianópolis, 1985.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Documento Básico.**Florianópolis: IOESC, 1984. Não paginado.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **A Criança e seus Direitos.** Florianópolis, [s.d].

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo.** Florianópolis: IOESC, n. 2, inverno, 1984.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 3, inverno, 1984.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 4, outono/inverno, 1985.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 5, primavera, 1985.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 6, 1986.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Informativo**. Florianópolis: IOESC, n. 7, 1986.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Projeto Gaivota**. Florianópolis: LADESC, [s.d].

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Relatório Araranguá**. Florianópolis: [s.n], 1984. Não paginado.

COMISSÃO PRÓ-CRIANÇA. **Pró-Criança Rural**. Florianópolis: [s.n], n. 12. 1987.

COMISSÃO REGIONAL PRÓ-CRIANÇA RURAL. **Cartilha da criança de 0 a 6 anos: estimulando a criança**. Joaçaba: [s.n], nº 1, 1986.

LEON, Ramon et al. **A Experiência de Desenvolvimento Infantil – Pró-Criança**. Florianópolis: UNICEF, 1986.

NASPOLINI, Stela Maria. **Recado para gente grande**. Florianópolis: LADESC, [s.d].

PRÓ-CRIANÇA. **Partituras Musicais - Fecic 85**. Florianópolis: IOESC, 1985.

PRÓ-CRIANÇA. **Partituras Musicais. Fecic 86**. Florianópolis: IOESC, 1986.

SANTA CATARINA – **Educação Pré-escolar em Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1982.

Coleção Pró – Criança

- ALBERTON, Deisi. **Um Planeta diferente.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.
- ARECO, Neide Maria de Souza Moreira. **O Pintalho.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- ÁVILA, Raquel Regis. **Renata cara de batata.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.
- BRANCHER, Ana Lice. **Gugu, da barriga verde.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- BRUM, Else Sant'Ana. **Miguelito, o Pirulito.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.
- BRUM, Silvia. **A Palavra Mágica.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- BRÜGGEMANN, Fábio & MENEGHELLO, Danusa. **A Lenda do Peixe boi.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- CALAZANS, Carla. **Kinkim, o pingüim.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. **A Lenda das cores.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.
- CORAL, Ruth de Farias. **Amigos Inseparáveis.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.
- CRUZ, Vera Maria Silvestre. **Uma Sociedade Interessante.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- FREITAS, Luiz de. **A Floresta do Rima tudo.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- HUSMANN, Irene Ritzman. **Um dia na vida do sol.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- LEVISKY, Anne Gerusca & SILVIA, Karina. **O Chapéu e a Chapela.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- LOPES, Ana Janete Pedri de Andrade. **O amiguinho círculo.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.

- LOPES, Ana Rita dos Santos. **A mais fabulosa confeitaria do mundo.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- MACHADO, Paulo Roberto Ataíde. **O Pingo de Chuva.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- MENEGHELLO, Danuza. **A Terra do Passavento.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.
- MEURER, Sérgio José. **Mino, o passarinho do Sino.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- _____. **Palito cabeça de TV.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.
- POLTRONIERI, Edith Kirchner. **Pituca.** Florianópolis :LADESC, 1985. Não paginado.
- RAMOS, Júlio César. **Presente da natureza.** Florianópolis :LADESC, 1986. Não paginado.
- SASSE, Marita Decke. **Uma Família Feliz.** Florianópolis :LADESC, 1986. Não paginado.
- SAAVEDRA, Eduardo. **As Traquinagens da Tainha Troc.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- SILVA, Paulo J. da. **Doutor Barbado o Rei da Lagoa.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- SILVA, Roseli Schütel. **A laranja bailarina.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- SILVA, Sinclair da. **A minhoquinha dançarina.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- SOUZA, SÉRGIO Jeremias de. **Benina Bernunça com dor de barriga.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **A Baleia da praia da Armação.** Florianópolis: LADESC, 1985. Não paginado.
- TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Dorotéia e o Vento Sul.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.
- TOMÉ, Elisabete Verônica. **Vivinha para sempre.** Florianópolis: LADESC, 1986. Não paginado.

Músicas Selecionadas no Festival da Canção para a Infância Catarinense

FECIC- 84

- 01- **A Lenda do Peixe Boi** – Fábio Brüggemann e Danuza Meneghello.
- 02- **Lagusta, Laguê** – Chica Cavalcanti e Adelino Dos S. Neto.
- 03- **Criança, Flor Iluminada** – Carlos Alberto Angioletti Vieira.
- 04- **A Bandinha** – Dalva e Osvaldo.
- 05- **Saudade de Minha Infância** – Grupo Cidade Educativa.
- 06- **O Galo Lilico** – Bruno Kohl.
- 07- **Minha Semente a Natureza** – Maria José Camargo.
- 08- **Sonho de Criança** – Gilmar José de Oliveira.
- 09- **A Tartaruga** – Denize Baptista Boppré.
- 10- **Casa de Boneca** – Denise Clecy.
- 11- **Semanada** – Dema.
- 12- **O Palhaço** – Aurélia Hackenhaar.

FECIC- 85

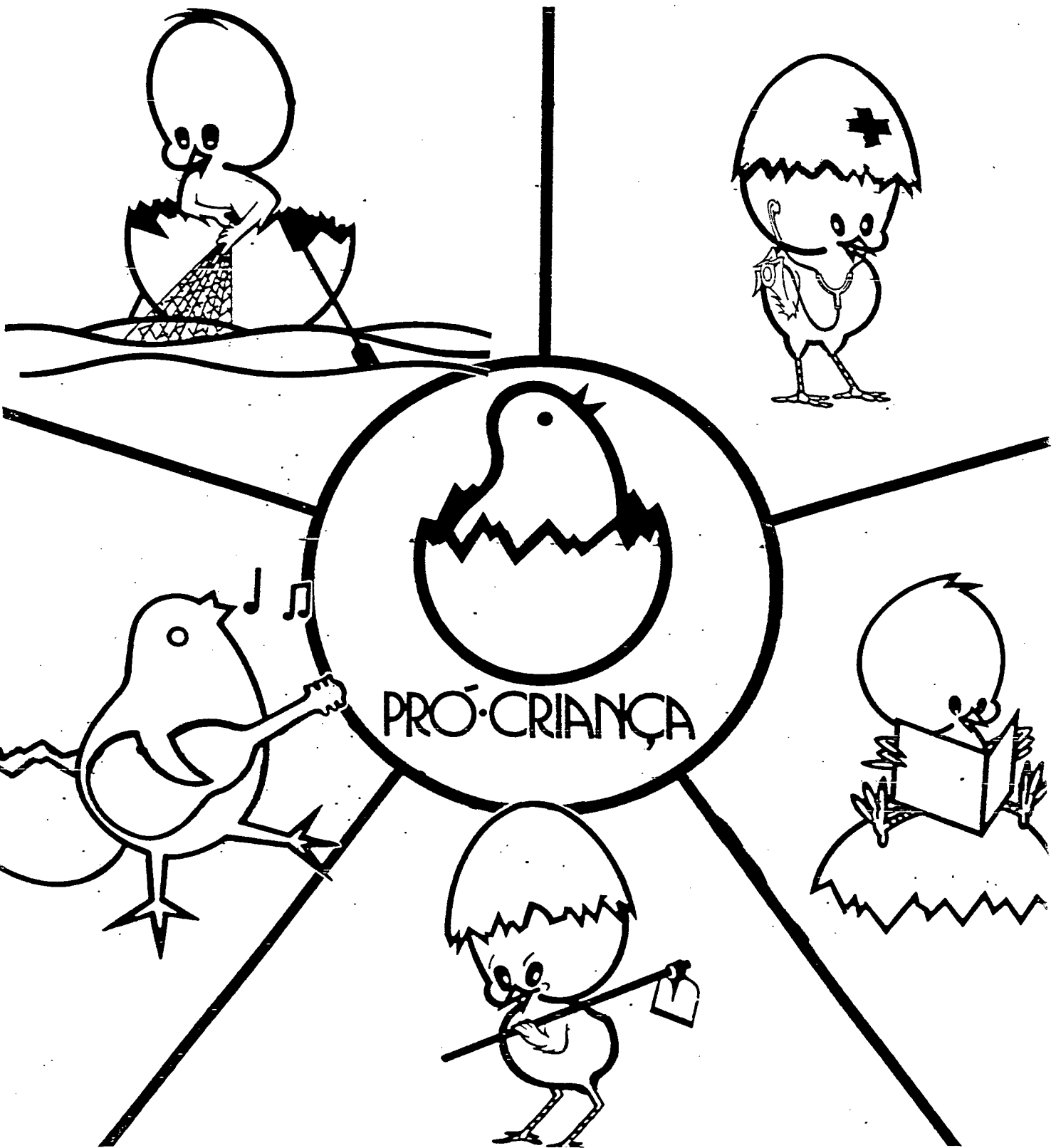
- 01- **A Festa da Bicharada** – Chica Cavalcanti e Cláudio Rosa.
- 02- **Vou Contar** – Tânia Barbosa.
- 03- **Eu Sou uma Criança Feliz** - Aurélia Hackenhaar.
- 04- **Você Sabe?** - Denize Baptista Boppré.
- 05- **Criança Esperança** – Jandir Luiz Ferrari.
- 06- **Patinho Patola** – Marcelo Chain.
- 07- **A Rua dos Bichinhos** – Sueli Ramos.
- 08- **O Papo do Sapo** – Anilson Spricigo.
- 09- **Canção de Roda** – João de Andrade.
- 10- **Meu Pai, Meu Herói** - Denize Baptista Boppré.
- 11- **Pato Gerimundo** – Braz Henrique.
- 12- **O Engraxate** – Dalva e Osvaldo.

FECIC- 86

- 01- **Os Segredos da Vitamina** - Denize Baptista Boppré.
- 02- **O Grilo Tranquilo** - Anilson Spricigo.
- 03- **Batuque de Caneca** – Denise Clecy Patrício.
- 04- **Fuxico no Terreiro** – Jól dos Santos.
- 05- **Um Mundo Colorido** - Anilson Spricigo.
- 06- **A Pantera em Férias** – João José de Andrade.
- 07- **Dum, Dum Jacutinga Laps** – Adelino dos S. Neto, Chica Cavalcanti, Tetê Leopardi.
- 08- **Barco** – Leandro e Falcão.
- 09- **Nova Geração do Halley** – Falcão, Fernando e Carico.
- 10- **Uma Bicharada** – Anna Carla Luz.
- 11- **Gato Jamelão** – Giselda Graciela Storck.
- 12- **Carrossel** – Carico, Falcão e Beto.

ANEXOS

ANEXO I



ANEXO II

Manual para Monitor de Campo

Administrar um lar é planejar, dirigir, guiar, coordenar os recursos da família para assim alcançar seus objetivos e seu bem estar. Os recursos da família são: tempo, energia, dinheiro, bens, habilidades, conhecimento e atitude. Atitude é saber se conduzir, manter uma atitude adequada em cada ocasião.

Habilidade é a capacidade que a pessoa tem para realizar certos tipos de trabalho, por exemplo: costurar.

Como Economizar os recursos da família e conseguir o bem estar: Planejando o que fazer; organizando o tempo, reservando momento para o descanso e a distração, fazendo trabalhos pesados alternados com trabalhos leves.

Tarefas mais comuns do lar diariamente:

- Arrumar e varrer toda a casa e arredores;
- Limpar o banheiro;
- Preparar as refeições;
- Arrumar a cozinha;
- Retirar o lixo

Tarefas mais comuns do lar semanalmente:

- Lavar, encerar;
- Limpar portas, quadros, espelhos;
- Limpeza geral no banheiro e cozinha;
- Limpar a geladeira;
- Lavar e passar roupas.

Tarefas mais comuns do lar mensalmente:

- Limpar colchões, armários e gavetas;
- Polir os móveis;
- Escovar janelas e cortinas;
- Limpar paredes.

Tarefas mais comuns do lar ocasionalmente:

- Lavar tapetes e cobertores;
- Pintar paredes.

Usando corretamente o corpo

Trabalhando muito mais tempo e sem cansar. Melhorando a aparência e diminuindo a tensão nervosa:

- Usando adequadamente os utensílios e equipamentos, contribuindo também para sua conservação e durabilidade;
- Acenda o fósforo antes de ligar a trempe e ligue o forno somente quando ele for útil. Assim você gastará menos gás;

- Sempre que usar os equipamentos limpe-os adequadamente antes de guardar, não acumule sujeira;
- Não ultrapasse a capacidade de seus equipamentos, você pode estragá-los.

Vantagens do Orçamento familiar: evitar dívidas, gastos supérfluos e cobradores à porta;

- Esclarecer à família, em quais setores o dinheiro foi mais ou menos empregado, e a quantia que poderá poupar, para suprir imprevistos.
- Modelos de um orçamento familiar: listar as necessidades da família por importância (despesas fixas): Alimento, habitação, vestuário,, educação, assistência médica, transporte, despesas diversas (devem ajustar-se as despesas à renda familiar).

Cuidando com o crediário

O crediário faz com que algumas pessoas abusem do mesmo, o que resultará em desequilíbrios financeiros e constantes preocupações. Estimula as pessoas a levarem um padrão de vida mais alto do que realmente podem principalmente pelo consumo de bens supérfluos ou desnecessários.

Fatores de Economia:

Não se deixe influenciar pela propaganda ou pela moda e por liquidação. Eduque-se, seja exigente, pechinche, adquira somente o que lhe será realmente útil, conveniente e prático. É essencial que todos os membros da família colaborem de uma ou de outra forma na economia de bens e serviços em uma casa.

Outros fatores de economia

Não desperdice o seu dinheiro deixando:

- Luzes acesas sem ninguém nos aposentos;
- Televisão e rádio ligados desnecessariamente;
- Porta de geladeira aberta;
- Água correndo em torneiras com defeitos;
- Restos de comida no prato quando poderia servir menos;
- De saber comprar os alimentos;
- De aproveitar as sobras de alimentos.

Funções da (o) dona (o) de casa

Conhecer quais as necessidades e objetivos de sua família. Decidir o que deve ou não ser feito, seguindo as prioridades da família. Dirigir as tarefas caseiras;

Orientar os membros da família e dar-lhes oportunidade para desenvolver seus interesses e habilidades; criticar de forma construtiva; saber consumir, ou seja: o que comprar – para que comprar – onde comprar;

Fazer com que todos os membros da família participem dos afazeres domésticos.

Planejamento das refeições

Importância: temos certeza de que todos os membros da família estão comendo diariamente os alimentos necessários a saúde.

Facilita o aproveitamento dos alimentos da safra;

Permite o aproveitamento das sobras de alimentos;

Facilita o trabalho da dona de casa economizando tempo e energia;
Facilita a adaptação do cardápio ao orçamento da família.

Higiene

Uma das mais importantes higiene é a que trata do indivíduo, através dos cuidados com o seu corpo, sua roupa, dos alimentos que come, da postura e dos exercícios físicos que faz.

A higiene individual é uma medida preventiva contra várias moléstias, uma prática individual de grande importância e também um dever social.

Banho

O corpo necessita de banho diário completo, com água e sabão e, de preferência de chuveiro. Se em sua casa não houver um, mantenha então a bacia ou banheira bem lavados. Nunca utilize a mesma água para o banho em mais de uma pessoa, e tenha sua própria toalha. O uso da mesma água, de roupas de banho em comum, pode ocasionar a transmissão de doenças.

A boca e o nariz

A coriza constante no nariz quando não é retirada se torna um chamariz de moscas que posam no mesmo e através de suas patas deixam aí, os micróbios que nos causam mal.

As mãos

Através dela toma-se conhecimento da forma e textura dos objetos, pega-se o dinheiro, revistas, jornais... Devem ser lavadas freqüentemente e, principalmente nessas ocasiões, antes de: tomar refeições, fazer curativos, preparar alimentos, cuidar do bebê. Depois de: cuidar de doentes, mexer com animais, usar o vaso sanitário.

Quando trabalhar com a terra, arranhe as unhas em sabão, que impede que a terra se aloje sob a mesma.

Os cabelos

Também merecem cuidados especiais a fim de remover os produtos de descamação de substâncias, os quais podem formar crostas (caspas), que impedem a respiração normal do couro cabeludo e também depreendem odor desagradável. Essa prática também deve ser aplicada dentro e atrás das orelhas: tenha seu próprio pente, penteia-os diariamente;

Pés

Os calos existentes nos pés devem ser removidos com lixas ou pedras pomes.

Para evitar problemas torna-se necessário lavar os pés regularmente com água morna e secar bem, principalmente entre os dedos.

Os sapatos não devem ser apertados, pois, além de deformarem os pés, causam prejuízos à postura.

Importância do Vestuário

É importante para nos protegermos das mudanças de temperatura e para nos embelezarmos.

Conserve as roupas em ordem. Prenda botão, colchete, zíper, bolso ou alça que saiu; repare a bainha que desmanchou, cirza onde rasgou, etc.

Não use em casa as roupas de sair, pois podem manchar, rasgar;

Remova as manchas enquanto frescas; guarde as roupas da estação que findou, envolva em plástico.

Muitas vezes quando vai comprar um tecido, escolhe um que seja barato, pensando que irá fazer economia. Porém, deve-se lembrar que tecidos baratos têm: menos resistência; desbotam com facilidade; têm muita goma; encolhem mais; são mais estreitos, gastando assim mais metros num vestido e ficam feios mais cedo. Comprando uma fazenda de boa qualidade, você estará economizando, pois a roupa irá durar mais tempo, e a aparência será sempre melhor.

Habitação

Funções primárias da habitação: são aquelas funções importantes para que a casa funcione realmente como lar.

Funções de sobrevivência: abrigo, saúde da família, onde refere-se a localização da casa, higiene da casa, ventilação e a situação quanto a água, esgoto e remoção de lixos.

Funções de alojamento: refere-se ao espaço que deve ser suficiente para as pessoas que moram na casa

Funções de intimidade: é na casa onde se desenvolve a intimidade de cada pessoa.

Função de depósito: a casa deve ter local próprio para guardar objetos e utensílios de cada pessoa e da própria.

A sala é um ambiente que deve ser bem ensolarado, por ser o lugar onde a família passa grande parte do dia, porém evitando-se o sol da tarde.



Gladys M G Teive

A BALEIA DA PRAIA DA ARMIXÇÃO



colecção
PRÓ-CRIANÇA

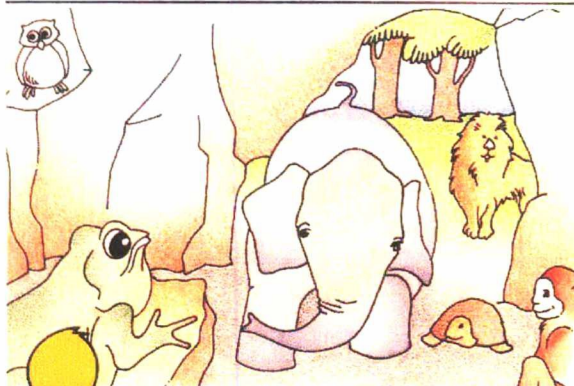


1.JPG



Luz de Freitas

A FLORESTA DO RIMA TUDO



colecção
PRÓ-CRIANÇA

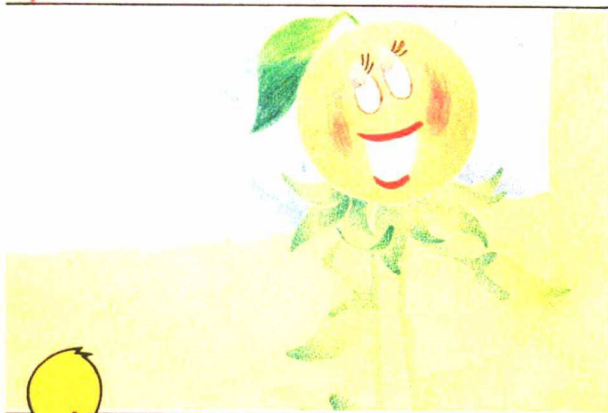


2.JPG



Roseli Schutel

A LARANJA BAIARINA



colecção
PRÓ-CRIANÇA

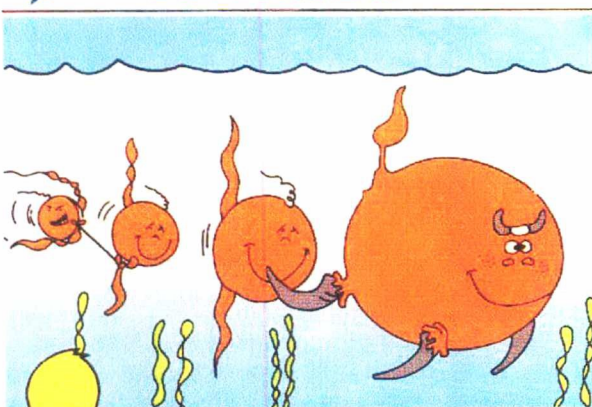


3.JPG



Fabio Ruggermani e Daniza Meneghelli

A LENDA DO PEIXE BOI



colecção
PRÓ-CRIANÇA



04.JPG



Ana Rita dos Santos Lopes

A MAIS FABULOSA CONFEITARIA DO MUNDO



colecção
PRÓ-CRIANÇA

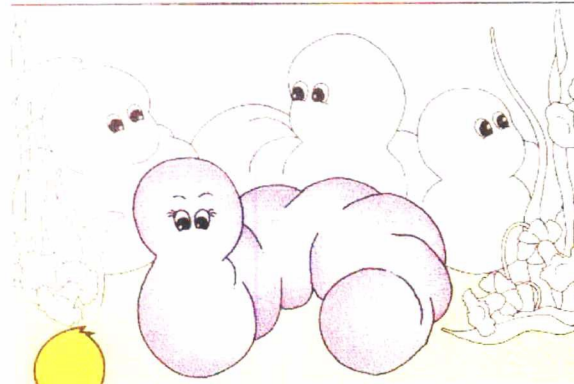


5.JPG



Sinclair da Silva

A MINHOQUINHA DANÇARINA



colecção
PRÓ-CRIANÇA



6.JPG

7

Silvia Brum

A PALAVRA MÁGICA



coleção
PRÓ-CRIANÇA

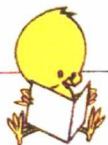
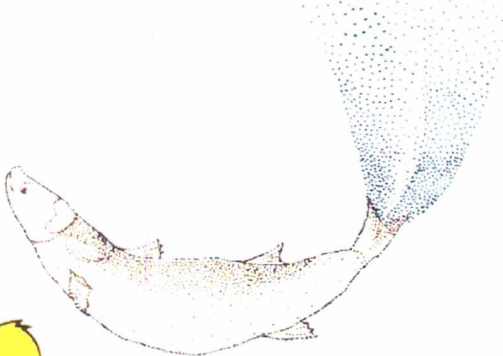


07.JPG

8

Eduardo Saavedra

AS TRAQUINAGENS DA TAINHA TROC



coleção
PRÓ-CRIANÇA



9

Sérgio J de Souza

BENINA - BERNUNÇA COM DOR DE BARRIGA



coleção
PRÓ-CRIANÇA



09.JPG

10

Paulo J da Silva

DR. BARBADO OREI DA LAGOA



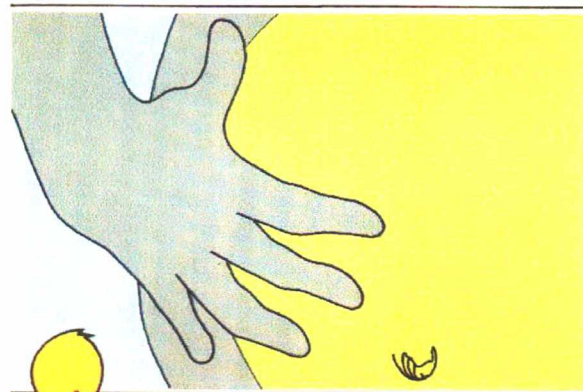
coleção
PRÓ-CRIANÇA



11

Ana Lize Brancher

GUGU DA BARRIGA VERDE



coleção
PRÓ-CRIANÇA



11.JPG

12

Carla Calazans

KINKIM O PINGÜM



coleção
PRÓ-CRIANÇA



12.JPG



MINO, O PASSARINHO DO SINO

BLOM!
BLOM!
BLOM!



coleção
PRÓ-CRIANÇA



14.JPG



MINO, O PASSARINHO DO SINO



coleção
PRÓ-CRIANÇA

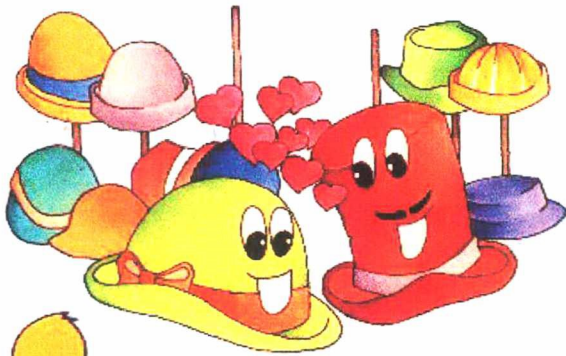


14.JPG



Sivia Karra Cord
e Ame G. Levisky

O CHAPÉU E A CHAPELA



coleção
PRÓ-CRIANÇA



15.JPG



Priscilla M. Mariani

O PINGO DE CHUVA



coleção
PRÓ-CRIANÇA



16.JPG



O PINTALHO



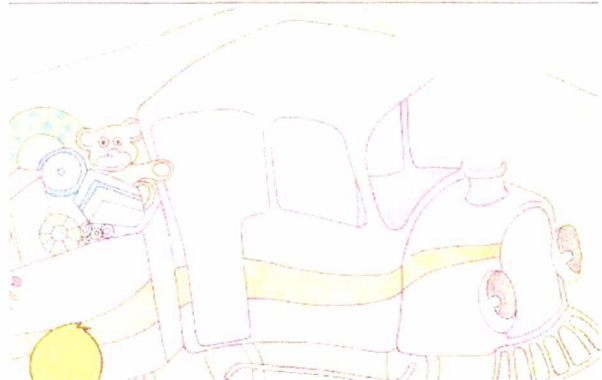
coleção
PRÓ-CRIANÇA



17.JPG



PITUÇA



coleção
PRÓ-CRIANÇA



18.JPG

GLADYS MARY GHIZONI TEIVE

DOROTÉIA E O VENTO SUL

25

colecção
PRÓ-CRIANÇA ANO2

25.JPG

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS ESCOLAS

ELSE SANT'ANA BRUM

MIGUELITO O PIRULITO

26

colecção
PRÓ-CRIANÇA ANO2

26.JPG

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS ESCOLAS

SERGIO JOSE MEURER

PALITO CABEÇA DE TV

27

colecção
PRÓ-CRIANÇA ANO2

27.JPG

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS ESCOLAS

JULIO CESAR RAMOS

PRESENTE DA NATUREZA

28

colecção
PRÓ-CRIANÇA ANO2

28.JPG

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS ESCOLAS

RAQUEL REGIS AVILA

RENATA CARA DE BATATA

29

colecção
PRÓ-CRIANÇA ANO2

29.JPG

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS ESCOLAS

MARITA DEEKE SASSE

UMA FAMÍLIA FELIZ

30

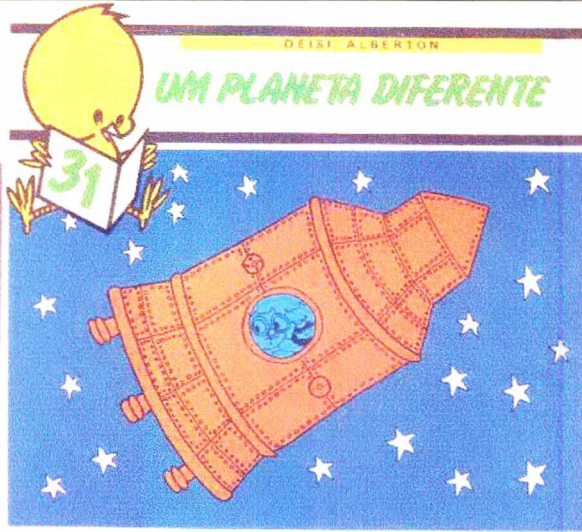
colecção
PRÓ-CRIANÇA ANO2

30.JPG

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS ESCOLAS

DEISI ALBERTON

UM PLANETA DIFERENTE

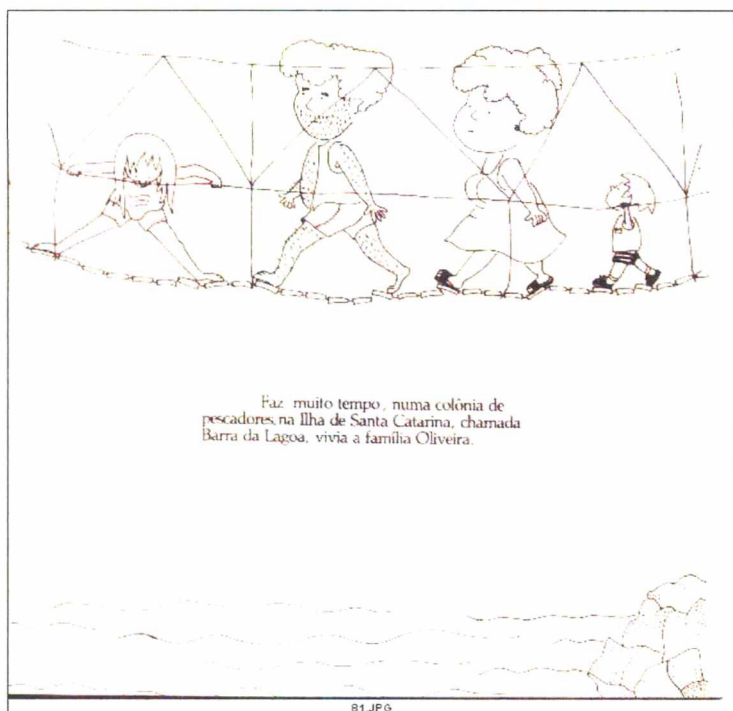


PRO-CRIANÇA

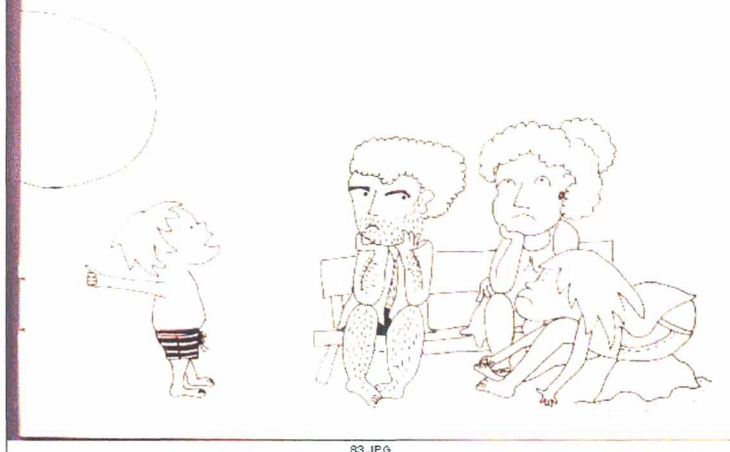


31.JPG

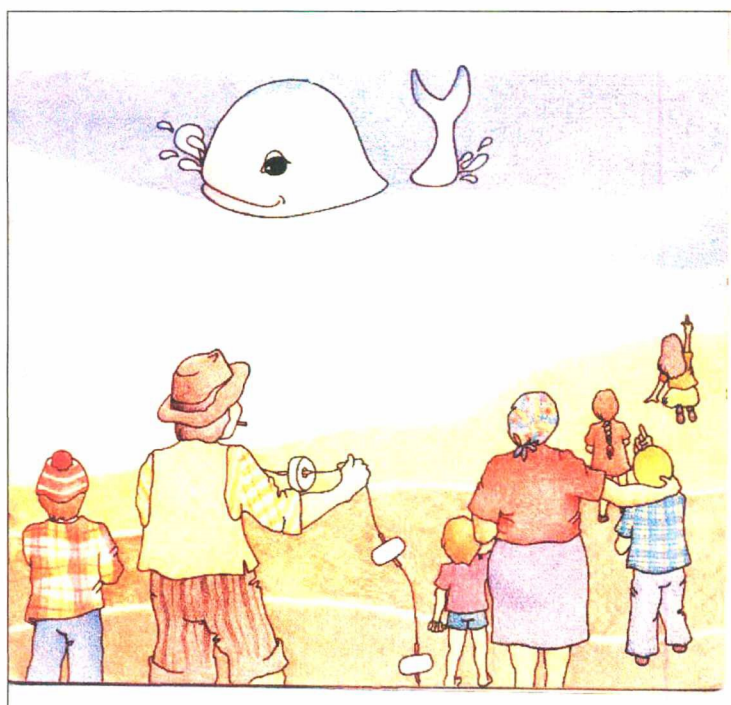
ANEXO IV



Mas nem papai, nem mamãe,
nem a irmã de Pedro acreditavam que
existissem de verdade essas tainhas.

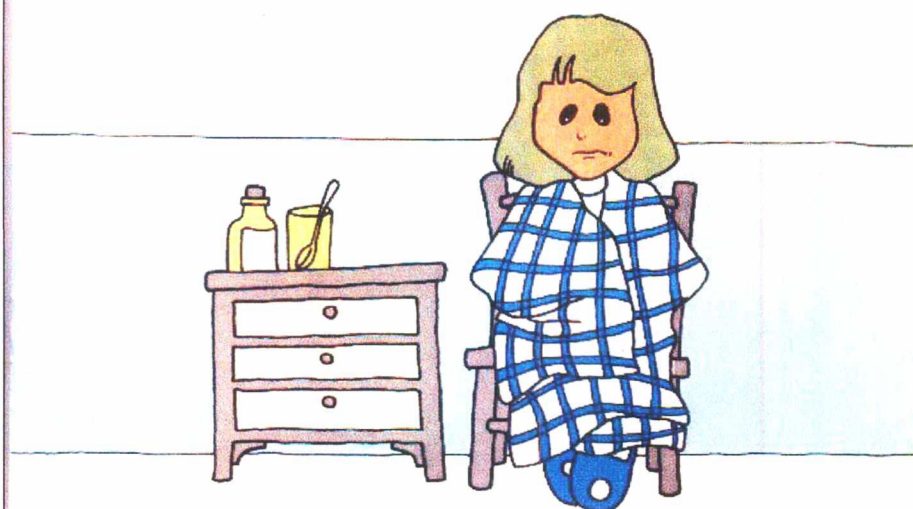


83 JP 6



ANEXO V

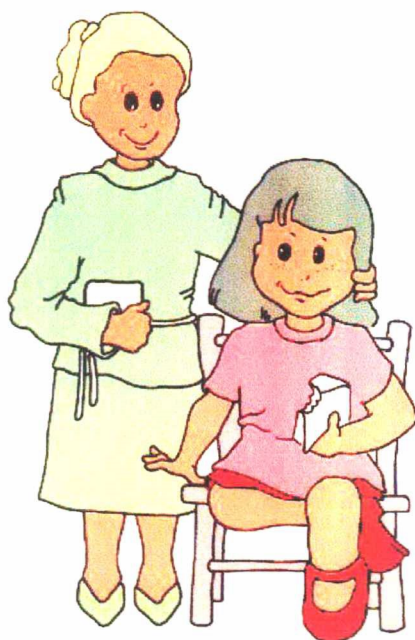
Sabe qual era sua especialidade?
Decifrar os mistérios mais estranhos e sabem onde?
Na mais fabulosa confeitaria do mundo.
Certo dia seu Cazusa estranhou que Emilinha não fora à confeitaria.
Preocupado, foi ver o que tinha acontecido com Emilinha. Ela estava doente e
era muito pobre. Mas não se preocupem, amiguinhos, pois ela ficou boa logo.



EMILINHA.JPG

Emilinha é pequenina, cabelos castanhos, olhos esverdeados, sardenta e sem nenhum dente na frente. Esta é Emilinha.

Aquela miudeza de criança era muito querida por todos os pessoas da Castrolândia, a cidade onde Emilinha morava, pois era uma garota muito especial.



JUNTOC-1.JPG

ANEXO VI

FECIC- 84*

Casa de Bonecas
Denise Clecy

*Casa de bonecas,
Sonhos, diversões,
Muitas bicicletas,
Carrinho e caminhões,
Quantas brincadeiras
Risadas pelo ar,
Brincar de esconde-esconde
Desta vez eu vou te pegar
“É o mundo encantado da criança
Toda esperança de um amanhã feliz”.
Da pista de Corrida
Sairá um campeão
Quem for obediente
E bom de coração
Viva o forte apache
Bandidos e mocinhos
No final da história
Somos todos amiguinhos
“É o mundo encantado da criança
Toda esperança de um amanhã feliz”.*

Lagusta, Laguê
Chica Cavalcanti e Adelino dos S. Neto

*Ema, Ema, Lagusta, Laguê
Lagusta papa, Lagusta Laguê
Lagusta nhenhe, lagusta laguê
Lagusta gogo, lagusta laguê.*

*Passeando no Ribeirão
Fui ver de perto o boi-de-mamão*

* Dispomos do Disco do Festival da Canção para a Infância Catarinense referente ao ano de 1984, mas não dispomos do Livro das Partituras musicais do mesmo ano. Desse modo, considerando que a qualidade sonora está um pouco prejudicada, achamos conveniente não transcrevermos as letras. Assim, trazemos apenas as três primeiras colocadas no concurso de 1984, já que estas estão transcritas no Informativo 2. Quanto ao FECIC – 85 e 86, pudemos contar com os citados livros de Partituras musicais.

*Mas lá encontrei você
Brincando, brincando de laguê
Ema, Ema, Lagusta, Laguê...*

*Caminhando na Barra da Lagoa
Fui ver a pesca da tainha boa
Mas lá encontrei você
Brincando, brincando de laguê
Ema, Ema, Lagusta, Laguê...*

*Na ponta do Sambaqui
Fui pra pescar muito siri
Mas lá encontrei você
Brincando, brincando de laguê
Ema, Ema, Lagusta, Laguê...
Depois de tanto girar
Senti como é gostoso brincar
E me encontrar com você
Pra brincar, pra brincar de laguê
Ema, Ema, Lagusta, Laguê...*

O Palhaço
Aurélia Hackenhaar

*O palhaço é camarada
O palhaço é um amigão
Piruetas, cambalhotas
O palhaço é meu irmão
:/ O palhaço, o palhaço
O palhaço é um trapalhão:/
Pra mim e pra você
Pro papai e pro vovô
É alegria de todos
Pro palhaço e meu avô.*

FECIC-85

A Festa da Bicharada
Chica Cavalcanti e Cláudio Rosa

*No dia da bicharada,
Lá no meio da floresta,
Tinha bolo, salgadinho e cocada, Hã!
Estava todo mundo alegre nessa festa.*

*Mesmo sem ser convidada,
Na festa a onça pintou.
Os bichinhos se assustaram
Do urro que ela aprontou.
Saltou por cima da mesa
E com o bolo se mandou.*

*Pega, Pega, Dona Onça!
Segura na pata dela
Que o bolo já está sumindo
No fundo da sua goela.*

*O gato mais que ligeiro
Ajuda pediu ao piolho,
Saltaram em cima da onça;
Morderam-lhe até o olho.
De tanto coçar o lombo
A onça largou o bolo.*

*Coça, Coça, Dona Onça!
Coça até se acabar.
Coça, Coça, Dona Onça!
A festa vai continuar.*

Vou Contar
Tânia Barbosa

*Você sabe? Você sabe?
Se não sabe vou contar.
Você sabe? Você sabe?
Se não sabe vou contar.*

1. *A boca é feita pra comer e pra falar;
O nariz pra cheirar e respirar.*

2. *O cabelo pra proteger e embelezar.
Os olhos pra chorar e enxergar.*

*Você sabe? Você sabe?
Se não sabe vou contar.
Você sabe? Você sabe?*

Se não sabe vou contar.
3. *Os braços foram feitos pra abraçar.
As mãos pra escrever e acariciar.*

4. *As pernas para nos equilibrar.
Os pés foram feitos para andar.*

*Você sabe? Você sabe?
Se não sabe vou contar
Você sabe? Você sabe?
Se não sabe vou contar*

5. *Tudo no corpo tem função:
Cabeça, tronco, pé e mão.*

Eu Sou Uma Criança Feliz
Aurélia Hackennhaar

*Eu posso ser bem pequeno,
Se estico, então vou crescer.
Balanço pra lá e pra cá.
É muito bonito viver!*

*/: Trá-lá-lá-lá. Trá-lá-lá-lá.
Eu sou uma criança feliz! :/ Refrão*

*Eu vejo as minhas mãos.
Com elas, eu posso brincar.
Depois, vou chegando assim
E um grande abraço lhe dar.*

*Eu tenho também dois pés
Tão bom é poder caminhar.
Às vezes, eu vou correr
Pular e até mesmo dançar.*

*Aqui estão os meus olhos,
Ouvidos, a boca e o nariz.
Eu sou tão feliz assim
Por isso, eu canto até bis.*

Criança Esperança
Jandir Luiz Ferrari

*/: Eu sou bem criança,
Eu quero viver;
Com amor e esperança
Um dia crescer. :/*

*Eu amo as flores,
As plantas, os rios,
As aves amigas
E os bichos irmãos.*

*Eu quero o mundo
Semeado de amor,
E a gente vivendo
Sem ódio e rancor.*

*Embora criança,
Sou muito capaz;
E sou esperança
De um mundo de paz.*

Você Sabe?
Denise B. Boppré

*Quero ver se você já sabe, sem errar,
Fazer tudo que eu lhe mandar:
Bata o pé,
Bata a mão,
Dê um viva;
Mais três passos para trás.
Dobre o joelho se abaixando e em seguida
Fique em pé com as mãos pra trás.
Feche os olhos
Abra a boca
Estique a língua..
Rode sem sair do lugar,
Escolha uma pose bem bonita
Que a brincadeira vai se acabar.*

Patinho Patolá
Marcelo C. Chain

*Quá, quá, quá, quá quá.
Olha quem vem lá.
Abanando o seu rabinho,
É o patinho Patolá.*

*É branco e bonitinho
O pato Patolá
E tem um bico grande
Que faz quá, quá, quá.*

A Rua dos Bichinhos
Sueli W. Ramos

*Na rua dos bichinhos
as crianças vão brincar;
Será que nesta rua
os bichinhos vão passar?
Será que nesta rua
os bichinhos vão passar?
Na rua dos bichinhos
Lá vem o cavalinho — Toc toc toc toc toc
toc toc toc
Lá vem uma cabrinha — Mé mé mé mé mé
mé mé mé
Lá vem uma galinha — Có có có có có có
có có có có
Lá vem um cachorrinho — Au au au au au
au au au au
Lá vem uma vaquinha — Mu mu mu mu mu
mu mu mu mu
Lá vem uma patinha — Quac quac quac quac quac
quac quac quac quac
Lá vem um gatinho — Mi mi mi mi mi miau
mi mi mi mi mi miau
Na rua dos bichinhos
Todo mundo brinca.
Na rua dos bichinhos todo mundo brinca.
Toc toc toc
Mé mé mé mé
Có có có có có có
Au au au au
Mu mu mu mu mu
Quac quac quac quac
Mi mi mi mi mi
mi mi miau. . .*

O Papo do Sapo
Anilson Spricigo

*O rato roeu o papo do sapo. Foi doutor
gato quem o socorreu
O pato danado, um tanto engraçado,
mentiu pro malhado que o sapo morreu.*

*Dona Perereca botou-se na beca,
e mais que depressa correu pro hospital.
Chegando na porta com cara de morta,
pediu se o sapo estava passando mal.
Coitado do sapo com ar de tristeza,
falou pra beleza: Me deixa chorar,
eu pego este rato que roeu meu papo
lhe dou um sopapo, lhe faço virar.*

*Coax, coax dizia o sapo:
sem o meu papo não posso cantar.*

Canção de Roda
João José de Andrade

*Vamos fazer
Uma roda gigante
Onde as crianças
Vão poder brincar.
A roda viva
Vai girando
Em volta
As crianças alegres
A cantarolar
Lará, lará, lará*

*E a roda gira,
Gira sem parar. Refrão
No girar da roda Bis
Vai pra lá e vem pra cá.*

*Entra na roda,
Linda menininha,
Canta o teu versinho
E vamos sorrir.*

*A roda agora
Gira ao contrário.
O girar da roda
Vai chegando ao fim.*

Meu Pai, Meu Herói
Denise B. Boppré

*Se o meu pai soubesse como eu gosto de escutar
As lindas estorinhas que ele conta ao me deitar.
Na estória vale tudo; o importante é imaginar,
Vale até um elefante que saiba voar.*

*Lá dias que eu me acordo com vontade de brincar
E ao super-herói eu me ponho a imitar.
As vezes, sou o Batman;
Outra vez o Homem Aranha.
Outra hora eu sou Popeye
E hoje o meu herói é você papai.*

O Engraxate
Dalva e Osvaldo

*Eu sou o engraxate
Mais querido da turminha.
Pego a minha caixa,
Vou batendo na latinha (bis)
Vai graxa, senhor!
Vai graxa, doutor! (bis)
O meu preço é baratinho,*

*Bato qualquer engraxate.
Tive um dia muito cheio
Mas sobrou pro chocolate.
Lá na praça sou o tal,
Dos meninos amigão;
Nos estudos do colégio,
Também sou um campeão.*

Pato Gerimundo
Braz Henrique

*O tal de pato é muito encrenqueiro,
Quando chega no terreiro já começa a aprontar.
Até parece que é o rei do galinheiro,
Quando pisa no puleiro faz poeira levantar.*

*Cadê o pato? eu não sei onde ele está.
Aprontou lá no terreiro; foi pra lagoa nadar. (Bis)*

*Ele é sapeca, o seu nome é Gerimundo
Passa a perna em todo mundo, faz o galo se irritar.
Quando sai na rua é aquela confusão
E tudo isso pra chamar sua atenção.*

*Cadê o pato? Eu não sei onde ele está.
Fez a confusão; foi pra lagoa nadar. (Bis)*

*Um certo dia, o galo se arrenegou
Por tudo aquilo que o pato aprontou.
Daí então aprendeu a lição:
Foi pra lagoa, cantar sua canção.*

*Quá Quá Quá Quá. Eu não sei onde ele está.
Quá Quá Quá Quá. Foi pra lagoa nadar.*

FECIC-86

Os Segredos da Vitamina
Denise B. Boppré

*Dentro de todas as cenouras
contém a vitamina A
Por isso quem comê-las
muito mais vai enxergar*

*Oh! Mãe vê se me entende por favor
Transforme este meu prato numa mina
Pois veja que é de imenso valor
As riquezas da vitamina*

Estrilho

*O meu amigo espinafre
Que jamais posso esquecer
Contém a vitamina B
Que me ajuda a crescer*

Estrilho

*O limão e a laranja
contêm a vitamina C
Posso ficar tranqüilo
Resfriado é difícil eu ter*

Estrilho

*O sol é nosso amigo
Contém a vitamina D
Se pego o sol todas as manhãs
Ossos fortes eu vou ter*

Estrilho

*Quando eu como a gema do ovo
Ganho a vitamina E
Esta servirá mais tarde
Para muitos filhos eu ter*

Estrilho (2 vezes)

O Grilo Tranqüilo
Anilson Spricigo

*Murilo era um grilo bem tranqüilo
Vivia alegremente a cantar*

*De noite ele saía
Pelos campos
Fazendo serenata pro luar* *Bis*

*E na sombra da noite
Ouvira uma guitarra
Era dona cigarra a tocar*

*Falou para a donzela
Que música mais bela
Eu quero que me ensine a cantá-la*

*Falou para a donzela
Que música mais bela
Eu quero que me ensine a cantar*

*Ao longo do caminho
Ouviu dona cutia
Com sua bateria a bater*

*Falou para a menina
Que coisa mais divina
Você também irá nos ajudar* *Bis*

*Murilo era um grilo bem tranqüilo
Vivia alegremente a cantar*

*De noite ele saía
Pelos campos
Fazendo serenata pro luar* *Bis*

*E o seu tucano
Estava dorminhoco
Fazendo seu piano bater*

*E na lagoa o sapo
Afinava o contra baixo
Eu também irei participar* *Bis*

*De repente a bandinha
Foi formada
Saíram a alegrar
A madrugada*

*A guitarra com a cigarra
O piano com o tucano
E o grilo ia na frente animando
O sapo no contra baixo
E a dona cutia
Sobrou a bateria e a alegria.* *Bis*

Batuque de Caneca
Denise C. Patrício

*Já chegou a hora
E todo mundo vem,
A nossa brincadeira
É pra você também.*

Valeu!!

*Tá valendo agora
E quem se escondeu
Não deixa nada de fora
Que a brincadeira já começou. . .*

*3, 2, 1
Macaco tu és um,
Bate lata,
Corrida do ovo,
Capitão pirata.*

*Chuta essa bola,
Bate na peteca,
Puxe o carrinho,
Trança na boneca,*

*Batuque de caneca
Essa é a nossa festa!!
Batuque de caneca
Essa é a nossa festa.*

Um Mundo Colorido
Anilson Spricigo

*Lá em cima da montanha mora um rei e uma rainha
Num castelo encantado enfeitado de estrelinhas.
E a porta da entrada se abre toda assanhada,
Quando a lua prateada bater de madrugada.*

*É um mundo colorido, onde mora a alegria
Que desperta fantasia e faz a gente ser criança todo dia.*

*Há uma escada meio estranha prá subir lá na montanha,
É redonda como a lua que clareia a noite escura.
Da janela do castelo, vejo o sol todo amarelo,
Que ilumina uma mina de bombons e caramelos.*

*Agora que conhecemos o castelo encantado,
Feito de esperança igualzinho a criança.
Vamos fazer da cidade um império de bondade,
Proclamando todo dia alegria e verdade.*

Fuxico no Terreiro
Joel dos Santos

(falado)
*Esta é uma história muito interessante
Que aconteceu lá na fazenda do seu Filisbino
A Patolina mulher do Pato Pateta
Ao passar pelo ninho da Francisquinha
mulher do galo Zé Carijó
Resolveu por um ovo no seu ninho
Sem pensar que isso daria o maior
Fuxico no terreiro*

(cantado)
*Lá na fazenda do seu Filisbino
Houve uma história que chega a dar dó
Com a galinha Francisquinha
mulher do galo Zé Carijó
Ela chocou com muito cuidado
todos os ovos que ela botou
Quando nasceram todos os pintos
Um era Pato grande Doutor*

*Pato Pateta ficou sabendo
Com a Patolina já foi falar
Disse mulher bem que eu avisei
Pra não por ovos fora do lugar
Zé Carijó esticou o peito
Muito zangado já quis brigar
Quando o Pateta disse baixinho
O filho é meu deixa que eu vou criar*

*Chamaram a pata e a galinha
Zé Carijó disse pro Pateta
Todo esse rolo vou desenrolar
Que história é essa de você dizer
Que o filho é seu e que vai criar
Chamaram a pata e a galinha
Para toda a verdade contar
A Patolina contou a história
Foram pra casa a gargalhar.*

A Pantera em Férias
João José de Andrade

*Vejam queridas crianças
Quem veio a cidade curtir o verão
A nossa amiga Pantera
Que tirou umas férias da televisão*

*Mas ao passar pela ponte
Com o seu carango entrou contra-mão
Ah! que menina assanhada
Por onde ela passa só faz confusão*

*Chamaram o baixinho
Que é Inspetor prá resolver tudo
O que a Pantera aprontou
Foi um corre-corre, prá lá e prá cá
Mas a Pantera Cor-de-Rosa
Conseguiu escapar*

*Ela dobrou uma esquina
E na Joaquina conseguiu chegar
Com seu jeitinho dengoso
Pegou sua prancha e foi surfar*

*Mas quando a onda subia
A coitada caía, começava a nadar
Então a Pantera invocada
Arrumou suas malas para viajar*

*Adeus amiguinhos embora eu já vou
Estou irritada não posso ficar
Com este baixinho a me perturbar
Terminaram as férias eu vou trabalhar.*

Refrão

O Barco
Leandro e Falcão

*Tal qual um barco
Eu vou deslizar
Doce e suave
Nas ondas do mar*

*Sua rota de paz
Eu vou comandar
Vou ser capitão
No balanço do mar
No balanço do mar*

*Conquistar novas terras
Além do vale azul
Aventureiro sem trégua
Na rota Norte e Sul*

*Vou longe/bem longe
Distante maricéu (mar e céu)
Vou longe/viajante
Com meu barco de papel*

Refrão

Dum Dum Jacutinga Laps
Adelino Neto, Chica Cavalcanti e Tete Leopardi

*Dum, dum
Jacutinga laps
Catunga laruêps
Catunga tinga. Refrão
Salaruêps sara meu paps
Catunga laruêps
Catunga tinga.*

*Estava a dona galinha
Com a pintaiada a passear.
Não é que a dona minhoca
Se intrometeu para atrapalhar.
Foi um tal de corre-corre,
Remexe mexe, socorre acode.
Lá foi a dona minhoca
Parar num bico
Ai que azar!*

Refrão

*Naquele bailado doido
que a minhoca pô-se a fazer
No bico de um pintinho
Que não parava de tremer.
Então no remexe mexe,
Socorre acode, no vai não vai
Não é que a magrelinha
Do bico fino
Pode escapar.*

Refrão

Nova Geração do Halley
Falcão, Fernando e Carico

*Halley, halley, halley
Somos a nova geração
do halley Refrão (bis)*

*Antigamente
eu curtia
um cowboy
tinha bandido
e o mocinho era o herói*

*Atualmente tudo está
tão diferente
espaçonave
intelsat, astronauta
e o raio laser*

Halley, halley, halley. . . Refrão (bis)

*O flash gordon no passado
era atração
sem a TV
o rádio era sensação
atualmente tudo está
modificado
computador, vídeo-cassete
vídeo-game programado.*

Uma Bicharada
Anna Carla Luz

*Crianças bem amadas
Como num conto de fadas
Correndo numa estrada
Encontraram uma bicharada*

*Eram pi. . . pi. . . pi. . . pi. . . pirilampos lá no céu
pe. . . pe. . . pe. . . pe. . . pe. . . peixinhos no mar
va. . . va. . . va. . . va. . . va. . . vaquinhas no campo
pa. . . pa. . . pa. . . pa. . . pa. . . passarinhos no ar.* Refrão

*E vamos de novo cantar!
E vamos de novo cantar!*

*Crianças bem amadas
Como num conto de fadas
Correndo numa estrada
Encontraram uma bicharada*

*Eram pi. . . pi. . . pi. . . pi. . . pirilampos lá no céu
pe. . . pe. . . pe. . . pe. . . pe. . . peixinhos no mar
va. . . va. . . va. . . va. . . va. . . vaquinhas no campo
pa. . . pa. . . pa. . . pa. . . pa. . . passarinhos no ar.* Refrão

*Era uma bicharada
Era uma bicharada.*

Lá. . . lá. . . lá. . . lá. . .

Gato Jamelão
Giselda G. Storck

*Preste muita atenção
na estória que eu vou contar
é a estória de um gato
chamado Jamelão*

*Jamelão é um gato engraçado
que vivia sempre apressado
correndo de cá pra lá
e de lá pra cá
correndo de cá prá lá
e de lá pra cá*

*Jamelão tinha pinta de malandro
e na rua era o chefe do bando,
o bando da confusão
confusão é o que ele queria
confusão é o que sabia fazer de melhor
tanto que na peixaria
Jamelão é palavrão
lá na rua do correio
Jamelão é nome feio
e pra velha com embrulhos
esse gato é do barulho
eh! Jamelão eta gato confusão
eh! Jamelão esse gato é confusão
Jamelão*

Carrossel
Beto, Falcão e Carico

*No Carrossel
Eu vou girando/soltando a fantasia
E cada volta/parece ter
A ilusão de dias*

*Gira, gira
Gira Carrossel
Gira, gira,
No azul do céu*

*Falta de amor
Também de paz/e verde na cidade
De tantas voltas
Onde andar/nossa felicidade?*

Gira, Gira. . .

*Roda cantiga/roda ciranda
Teu canto me ilumina
Roda gigante, roda pião
Que o sonho
Não termina*

*Roda cantiga/roda ciranda
Meu carrossel de estrelas
Quem dera a vida
Pudesse ser
Uma eterna brincadeira.*

Gira, gira. . .